

ISSN 0100-199X

bib

**BOLETIM INFORMATIVO E BIBLIOGRÁFICO
DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

ÓRGÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO
E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

22

Neste número:

Nordeste: Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização
Ciência: Mitos, Equívocos e Controvérsias
Brasil: Historiografia e Fontes, 1930-1954

O BIB – Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais (ISSN 0100-199X) é uma publicação semestral, da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais destinada a estimular o intercâmbio e a cooperação entre as instituições de ensino e pesquisa em ciências sociais no país. O BIB é editado sob a orientação de um Editor e um Conselho Editorial composto de profissionais em ciências sociais de várias instituições do país.

Editor

Charles Pessanha

Conselho Editorial

Aspásia Camargo, Presidente (CPDoc-FGV)

Anita Brumer (UFRGS)

Charles Pessanha (Iuperj)

Laura da Veiga (UFMG)

Lícia Valladares (Iuperj)

Mariza Corrêa (Unicamp)

Rosa Maria Godoy Silveira (UFPb)

Secretária

Maria Elizabeth R. Cobra

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em

Ciências Sociais

Editoria do BIB

Rua da Matriz, 82 – Botafogo

22.260 – Rio de Janeiro – RJ

Composição e Impressão

Gráfica Portinho Cavalcanti Ltda.

Rua Santana, 136/138

Rio de Janeiro – RJ

Sumário

Resenha Bibliográfica

- Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro:
Uma Resenha dos Estudos Recentes
Inaiá Maria Moreira de Carvalho 3

Problemas do Ensino e da Pesquisa

- Ciência: Mitos, Equívocos e Controvérsia
Edmundo Campos Coelho 26

Fontes de Pesquisa

- Historiografia e Fontes (1930-1954)
Israel Beloch 47

Perfil Institucional

- Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro 98

Colaboram neste número:

Edmundo Campos Coelho é professor do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro – IUPERJ e autor de *Em Busca de Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

Inaíd Maria Moreira de Carvalho, professora do Departamento de Sociologia e pesquisadora do Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Israel Beloch, pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea da Fundação Getúlio Vargas – CPDOC/FGV. É autor de *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*, Rio de Janeiro, Record, 1985.

Urbanização, Mercado de Trabalho e Pauperização no Nordeste Brasileiro: Uma Resenha dos Estudos Recentes

*Inaiá Maria Moreira de Carvalho**

Um dos aspectos mais significativos das transformações do Nordeste nas últimas décadas é a sua progressiva urbanização. Se em 1960 os moradores das cidades constituíam apenas 34,9% da população total da região, em 1970 eles passaram a 41,8% e em 1980 já representavam 50,44%, tornando-se, no presente, ainda mais acentuadamente majoritários. Duas das capitais nordestinas estão entre as cinco maiores cidades brasileiras. E com as mudanças na estrutura produtiva associadas à industrialização e ao desenvolvimento regional do período mais recente, as atividades de caráter urbano impuseram uma inquestionável hegemonia sobre a tradicional agropecuária nordestina, que por tanto tempo definiu a dinâmica da economia e a própria configuração social da região.

Dentro dos contornos mais gerais do padrão de urbanização da sociedade brasileira, o avanço desses processos vem sendo marcado por fenômenos como uma extrema concentração da população, da produção e da riqueza em algumas cidades; por mudanças na sua conformação espacial subordinadas às necessidades da expansão capitalista e à utilização especulativa do solo urbano; pelas dificuldades de acesso à moradia e enorme carência de serviços de consumo coletivo; por problemas de incorporação ao

mercado de trabalho e por uma extrema pobreza que atinge amplos segmentos da população nordestina.

Tais fenômenos têm despertado a atenção da comunidade acadêmica e de órgãos governamentais. Nos últimos anos, com o avanço das Ciências Sociais, uma vasta bibliografia vem se acumulando sobre as características, as transformações e os problemas do Nordeste urbano.¹ Nessa bibliografia, os estudos e pesquisas sobre as condições de mercado de trabalho, a estrutura e formas de inserção ocupacional, a distribuição e níveis de renda e as condições de pobreza que prevalecem nas cidades nordestinas têm, certamente, um destaque todo especial.

Sem pretender ser exaustiva² e limitando-se ao que foi realizado ou publicado a partir de 1970, esta resenha procura fornecer ao leitor um panorama do conteúdo e da evolução desses estudos, situando-os no contexto da literatura nacional sobre os mencionados problemas, literatura em boa parte já analisada pela resenha de Coelho e Valladares³, que ofereceu importantes subsídios para a elaboração do presente trabalho, uma vez que os estudos sobre os problemas de ocupação e condições de subsistência associados à urbanização recente do Nordeste também refletem as tendências e tra-

jetórias mais gerais identificadas pelas referidas autoras.

Assim, até os primeiros anos da década de 70, os estudos aqui arrolados tratavam fundamentalmente das características mais globais do mercado de trabalho nas cidades do Nordeste, com ênfase no desemprego e no subemprego aí acumulados. Em um segundo momento eles se voltaram predominantemente para a compreensão das diferentes formas de inserção da população pobre nos dois setores da economia batizados de mercados "formal" e "informal" de trabalho; ou, em uma linha paralela de análise, procuraram tratar a questão do emprego e das condições de vida da força de trabalho urbana do ângulo do trabalho e das distintas formas de organização social da produção, abandonando a idéia de setores e privilegiando as formas produtivas e as relações de trabalho "não tipicamente capitalistas".

Algumas de suas constatações e proposições também contribuíram para despertar o interesse pela temática em torno da qual emergiu todo um novo conjunto de estudos e pesquisas, a das "estratégias de sobrevivência" e da pauperização dos segmentos menos qualificados da mão-de-obra urbana. Finalmente, no bojo de um amplo balanço crítico do desenvolvimento regional das últimas décadas, estudos mais recentes têm discutido os efeitos desse desenvolvimento sobre os padrões de incorporação da mão-de-obra e os níveis de pobreza que, como já foi mencionado, acompanham a expansão dos centros urbanos da região.

E novas questões começam a se fazer presentes, merecendo a atenção e os esforços dos pesquisadores.

Os Estudos sobre as Características Mais Gerais do Mercado de Trabalho Urbano e sobre a Subutilização da Mão-de-Obra na Região Nordeste

Desde que o diagnóstico do GTDN estimou em quase um terço a proporção da mão-de-obra urbana em situação de desemprego ou subemprego no Nordeste, a transformação desse quadro passou a ser um dos objetivos prioritários do desenvolvimento regional. A despeito do avanço do processo de urbanização, a situação de desemprego permaneceu crítica. Na busca de subsídios para uma intervenção estatal nesse sentido, desde a década de 70 começaram a ser realizados constantes diagnósticos sobre o mercado de trabalho e sobre a subutilização da mão-de-obra nas cidades da região.

Considerando o que foi elaborado ou publicado na década de 70, são ilustrativos dessa literatura trabalhos como os do BNB (1971), Pellerin (1972), Guimarães Neto (1974, 1976 e 1977), Kelly (1978), Silva *et alii* (1976) e Carvalho (1976), entre outros.

Realizados ou patrocinados geralmente pelo BNB e pela Sudene, esses estudos procuraram dimensionar e caracterizar a oferta e a demanda da mão-de-obra urbana no Nordeste, a distribuição dos trabalhadores por diferentes setores de atividades, as transformações em curso e a importância do setor industrial como fonte de emprego, entre outros aspectos, tendo por base, principalmente, os dados dos Censos e das PNADs. Com diferentes níveis de preocupação e tratamento analítico, eles puseram em destaque a incapacidade da economia urbana de absorver uma oferta crescente de força de trabalho, bem como a precariedade das condições de ocupação e a baixa produtividade e remuneração de amplos segmentos da mão-de-obra, como consequência dessa situação. A instabilidade ocupacional, a concentração de trabalhadores em atividades como o serviço doméstico, o pequeno comércio ou a realização de biscates, os baixos níveis de produtividade e a ausência ou precariedade das remunerações passaram a ser encarados como indicadores de um elevado subemprego, conceito básico para a análise da chamada subutilização da mão-de-obra urbana, de acordo com as tendências dominantes no pensamento econômico e social da época.

Assim, tomando sempre como referência as condições de emprego nos setores modernos e dinâmicos da economia urbana, esses estudos assumiram uma perspectiva de conotações dualistas e privilegiaram um conceito cujas dificuldades de operacionalização, limitações e validade analítica foram apontadas e questionadas por diversos autores, conforme assinalam os comentários da resenha de Coelho e Valladares.

É verdade que tanto as proposições explicativas quanto as conotações dualistas são bem diferenciadas entre os trabalhos citados. Elas são encontradas de forma diluída e mais complexa em estudos como os de Guimarães Neto, por exemplo, que se reportam a uma heterogeneidade do mercado de trabalho regional, associando-a ao padrão de desenvolvimento excludente e concentrador que estaria marcando a transformação da economia nordestina; ou na sua forma "pura" e extremada, nas concepções, de orientação neoclássica, sobre o "setor urbano marginal" do estudo de Silva *et alii* (1976).

Como o de Carvalho (1976), este estudo apresenta os resultados de uma pesquisa reali-

zada em 1974 (com financiamento da AITEC/Fundação Rockefeller) nas capitais e em cidades do interior dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia.

Esta pesquisa levantou informações sobre as características e condições ocupacionais dos moradores de uma amostra de domicílios escolhidos em concentrações residenciais de baixa renda, através de um questionário cujo núcleo básico era comum. Mas os seus relatórios assumiram um conteúdo bem diferenciado, em razão das perspectivas teóricas que orientaram a sua elaboração. Vinculando o fenômeno da subutilização a um processo de urbanização "rápido e desordenado", que decorreria principalmente da aceleração das migrações, Silva *et alii* analisaram o que chamaram de "setor urbano marginal" dentro dos princípios da economia neoclássica. Consideraram o "indivíduo típico" e a "empresa típica" economicamente racionais, e definiram como subutilizado o indivíduo capaz de ter uma produtividade marginal mais elevada caso estivesse engajado em um trabalho adequado, aquele que trabalhava menos do que desejava (dentro das suas preferências individuais) e o que se encontrava totalmente desempregado. Além de uma caracterização da população estudada quanto a aspectos como estrutura etária, ocupação, escolaridade e rendimentos, seu relatório se preocupou sobretudo com o cálculo do "grau de subutilização" dos indivíduos estudados, utilizando um índice elaborado para medir essa condição.

Já o relatório de Carvalho se propôs a compreender os problemas de incorporação produtiva da força de trabalho urbana a partir das determinações do processo de expansão e diversificação econômica das cidades da região, relacionando-o com o padrão de desenvolvimento do capitalismo na sociedade brasileira, em particular no Nordeste. Discutindo as implicações desse padrão sobre a ampliação da oferta de mão-de-obra e a insuficiência dos empregos gerados no setor moderno, o estudo assinala como emerge daí uma configuração ocupacional marcada pela extrema diferenciação do mercado de trabalho, no qual parcela considerável da mão-de-obra não consegue se integrar de modo mais estável, em relação de produção e setores mais modernos e tipicamente capitalistas.

As informações empíricas coletadas em uma amostra de domicílios de Salvador e de duas cidades do interior do estado foram utilizadas para caracterizar as precárias condições de emprego da população pesquisada e para discutir a sua relação com variáveis como sexo, idade, instrução e tempo de vida urbana. Usando os con-

ceitos tradicionais de força de trabalho, desemprego e subemprego, porém explicitando as dificuldades de operacionalização e as limitações desses conceitos, já então evidenciados por vários estudiosos, esse trabalho termina por ressaltar a importância das relações de produção não tipicamente capitalistas e como os padrões de ocupação constatados favorecem a expansão econômica e o processo de acumulação. Questões que adquiriram uma grande relevância em estudos realizados posteriormente, como será visto a seguir.

Os Estudos sobre o Mercado de Trabalho Urbano da Ótica do Setor Informal

Com a constatação das características mais gerais do mercado de trabalho, da gravidade dos problemas do emprego e da pobreza urbana e das limitações dos conceitos e proposições mais tradicionais (como o de subemprego) para dar conta desses fenômenos, as preocupações e esforços dos estudiosos se orientaram mais intensamente para a análise das condições ocupacionais dos estratos de menor qualificação e rendimentos da força de trabalho urbana. E dentro das tendências da literatura nacional sobre os referidos temas, na bibliografia relativa ao Nordeste a perspectiva de análise voltada para a compreensão do chamado setor informal do mercado de trabalho urbano adquiriu uma grande expressão.

Se forem consideradas as proposições básicas que a caracterizam, apesar de uma certa diversidade quanto às preocupações analíticas centrais ou quanto ao significado e potencialidades atribuídas às atividades em questão, essa linha de pensamento pode ser representada por estudos e pesquisas como os de Machado da Silva (1978), Cavalcanti (1980), Cavalcanti e Duarte (1980, a e b), Duarte (1983 e 1984, a e b), Coelho (1980), Casemiro (1981 e 1985), Vasconcelos (1984), Vale e Souza e Araújo (1983) ou Buarque (1985, a e b).

Dentro de uma abordagem predominantemente econômica, esses estudos destacam o elevado grau do que denominam de heterogeneidade estrutural e a diferenciação ou segmentação do mercado de trabalho nos centros urbanos nordestinos. Relacionam esse fenômeno com o padrão de industrialização e de desenvolvimento regional do período mais recente, incapaz de espalhar os seus efeitos de modo mais amplo e homogêneo, principalmente no que se refere a uma criação de empregos no setor moderno que absorvesse maiores contingentes da

crecente força de trabalho urbana. Ressaltam como isso se traduz na formação e convivência de vários e distintos segmentos no mercado de trabalho, centrando suas preocupações e análises sobre o que chamam de setor ou mercado informal.

Com essa perspectiva, os estudos citados recusam a dicotomia dos trabalhos da Organização Internacional do Trabalho – OIT que estão na origem dessa corrente analítica, visualizando o “formal” e o “informal” como situações polares de uma realidade bem mais complexa e diferenciada, com gradações e faixas intermediárias que subsistiriam, inclusive, no interior dos próprios setores em questão. Além disso, seus autores também procuraram explicitar as relações e a complementariedade existente entre esses setores, o caráter subordinado das atividades informais, sua necessidade de adaptação às condições mutáveis da estrutura produtiva urbana e à dinâmica econômica mais global, bem como as diferentes formas pelas quais aquelas atividades contribuem para a prosperidade do setor moderno e para o processo de acumulação.

A heterogeneidade interna é percebida como um determinante básico das dificuldades para uma delimitação mais precisa e uma melhor definição operacional do setor informal. E ao levar em conta as suas características de organização, tecnologia e posição no mercado, os estudos citados consideram-no como constituído por um conjunto de indivíduos ou pequenas empresas que se dedicam a atividades não regulamentadas, de fácil acesso e baixo nível de capitalização, tecnologia e produtividade, oferecendo precárias condições de estabilidade, ocupação e renda aos seus trabalhadores.

Tratar-se-ia, geralmente, de uma espécie de “fonte de emprego em última instância” para aqueles segmentos da mão-de-obra que não conseguem ser absorvidos pelo setor formal. Por isso mesmo são reconhecidas como típicas do setor, atividades como o emprego doméstico, a realização de biscates e prestação de determinados serviços de consumo pessoal, o pequeno comércio ou a pequena produção de artigos de consumo mais imediato, como alimentos, vestuário e calçados. E entre os que desempenham essas atividades ficou constatado um claro predomínio de mulheres, idosos, analfabetos e detentores de baixos níveis de escolaridade e qualificação; ou seja, daqueles segmentos da mão-de-obra de menor competitividade no mercado de trabalho.

Explicitados os pontos de relativa convergência dessa linha analítica, vale ressaltar, também, a diferenciação entre as preocupações cen-

trais ou entre alguns outros aspectos dos estudos que a compõem.

Mais próximas, relativamente, das colocações da OIT, as pesquisas de Cavalcanti e Duarte procuraram definir o perfil e as condições de trabalho e de renda dos ocupados nas atividades informais. Entretanto, suas maiores preocupações estão na análise da potencialidade e dos problemas da demanda ou do consumo dos produtos e serviços ofertados por esses trabalhadores, tanto por parte de consumidores domésticos (famílias) como institucionais.

Isto porque, ao supor uma grande potencialidade do setor informal como fonte de criação de empregos a baixo custo, desde que devidamente amparado por políticas governamentais, eles consideram que as condições de trabalho e de subsistência de amplos segmentos da mão-de-obra nas cidades nordestinas tornariam imperativo “que se descubra alguma forma de atividade, não importa quão ínfima ou intermitente ela seja em termos de remuneração, a fim de que tais indivíduos (que se encontrariam nos subterrâneos da economia) não morram à míngua”. (Cavalcanti, 1980).

Com base em dados coletados através de pesquisas amostrais patrocinadas pela Sudene e realizadas em Recife, Salvador e Fortaleza, com consumidores e trabalhadores do setor informal, os mencionados autores descrevem a precariedade dos processos produtivos, das condições de trabalho e dos rendimentos auferidos pelos que exercem as atividades analisadas. Calculam que a proporção desses trabalhadores estaria próxima a um terço da população economicamente ativa nas cidades nordestinas e constatarem como o consumo dos serviços ou produtos por eles ofertados se estende por todas as classes de renda e faixas sociais; que essa demanda é determinada fundamentalmente pelo seu baixo preço; e que tais atividades são especialmente importantes em termos do serviço doméstico, da conservação e reparo das habitações ou de aparelhos eletrodomésticos, do pequeno comércio de gêneros alimentícios e da produção de certos bens e serviços de consumo mais imediato, voltados para um mercado de baixas rendas.

Também preocupados com a formulação de políticas de emprego para o Nordeste, mas procurando situar o papel do setor informal (nessas políticas) em bases mais realistas, Vale e Souza e Araújo, Buarque ou Casemiro discutem mais profundamente a diferenciação interna e as perspectivas dessas atividades, considerando o espaço que lhes estaria reservado no contexto mais global da economia e, particu-

larmente, na conjuntura de crise dos últimos anos.

Após um balanço da literatura acumulada mais recentemente sobre o setor informal, eles incorporam uma postura mais crítica em relação ao conceito e às proposições que o acompanham, reconhecendo e procurando contornar as suas limitações. Apesar de defini-lo a partir dos indicadores já mencionados, compreendem esse setor como um conjunto de atividades não-capitalistas de produção, ainda que integradas no mercado e articuladas com o modo dominante de produzir. Com isso muitas das suas proposições terminam bastante próximas da corrente analítica centrada na coexistência de distintas formas de organização da produção, a ser comentada em páginas posteriores.

Assim, pesquisando microunidades de produção em Recife, com essa perspectiva, Valle e Souza e Araújo não apenas confirmam elementos de caracterização dessas unidades já levantados em trabalhos anteriores — a exemplo dos realizados por Coelho (1980), pela União de Assistência às Pequenas Organizações (1980) ou pela Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Bahia (1980) —, como avançam significativamente em termos da sua melhor compreensão. Além de constatar o caráter predominantemente familiar dessas organizações ou o perfil do seu proprietário, eles destacam e analisam as diferenças existentes entre os pequenos estabelecimentos ligados ao comércio, ao setor de transformação ou à prestação de serviços; diferenças em termos do seu tamanho, faturamento, mercado potencial, empregados, características organizacionais e tecnológicas, relações de trabalho e formas de inserção no mercado de trabalho, de insumos e de produtos, e também da existência de condições mais ou menos favoráveis à sua expansão. Utilizando as informações empíricas e as diferenciações constatadas, propõem uma tipologia tentativa de caracterização das microempresas que abrange desde o que chamam de microunidade individual, ou seja, aquela representada simplesmente pelo trabalhador autônomo, àquelas de ordem familiar e às que assumem uma feição quase capitalista, com uma clara predominância de assalariados.⁴

A articulação das atividades informais com a dinâmica mais geral da economia e a sua diferenciação interna são retomadas, também, por autores como Buarque ou Casemiro, que situam o seu comportamento na conjuntura da crise. Apoiados por pesquisas realizadas em Recife e em Fortaleza, esses autores procuram mostrar como a crise tem efeitos gerais negativos sobre as atividades citadas, na medida em que aumen-

ta o volume de trabalhadores nelas engajados, ameaçando, inclusive, esgotar a sua função compensatória em termos de emprego, ao mesmo tempo em que os rendimentos por eles auferidos tendem a se reduzir, agravando os níveis de pauperização da mão-de-obra urbana.

Entretanto, esses efeitos não se manifestariam de uma maneira homogênea entre os diversos segmentos componentes do setor informal. Os bens e serviços não essenciais normalmente experimentam uma forte restrição da demanda. Mas outras atividades podem ser beneficiadas pelo deslocamento do consumo de produtos e serviços do setor formal para o informal, relacionado com diferenças de custo, ou com uma maior capacidade de adaptação às condições de crise, como parece ter sido o caso dos vendedores ambulantes da cidade de Recife.

Finalmente, vale assinalar como as condições ocupacionais da força de trabalho urbana do Nordeste têm sido analisadas através do conceito de mercado informal em trabalhos de caráter antropológico, como os de Machado da Silva (1978 e 1977) ou de Leite Lopes, Machado da Silva *et alii* (1979), que estão centrados em outras preocupações. Com uma percepção diversa do caráter do mercado informal, explicitada pela resenha de Coelho e Valladares, esses estudos procuram compreender como os grupos de baixos rendimentos se organizam em face ao mercado de trabalho regional, analisando os padrões de comportamento que orientam as suas escolhas a partir de um conjunto articulado de alternativas que abrange não apenas o trabalho como toda a vida social. Por isso mesmo seus autores podem ser vistos como mais próximos da linha de análise que se volta para a compreensão das chamadas “estratégias de sobrevivência” da classe trabalhadora do que dos estudos antes relacionados.

Os Estudos sobre o Mercado de Trabalho Urbano na Ótica da Coexistência de Distintas Formas de Organização da Produção

O distanciamento cada vez maior de uma perspectiva dualista e a ênfase na integração entre o “formal” e o “informal” e nos determinantes mais globais da dinâmica daquelas atividades refletem a influência das constatações e formulações de um outro modelo analítico, de grande impacto sobre a literatura nacional relativa aos problemas em discussão.

Destacando como a coexistência de diferentes formas de organização da produção e o reforço da heterogeneidade estrutural vêm acom-

panhando o avanço da industrialização e da urbanização em áreas periféricas, como é o caso do Nordeste, este modelo avalia as consequências dos fenômenos mencionados sobre os padrões de integração ocupacional da força de trabalho urbana. Sua fundamentação empírica e analítica foi desenvolvida principalmente a partir de uma pesquisa realizada no início dos anos 70 pelo Cebrap/CRH, na cidade de Salvador. Abrangendo aspectos relativos a migração, emprego, renda, condições de consumo e percepção política, entre outros, esta pesquisa deu origem a estudos como os de Jelin (1974 e 1980), Prandi (1978 e 1980), Singer (1976 e 1980), Faria (1980), Alves de Souza (1980a e b), Carvalho e Alves de Souza (1978 e 1980) e Vianna (1980).

As constatações e proposições desses estudos forneceram importantes subsídios para o conhecimento daqueles padrões. Notadamente no que se refere à compreensão da heterogeneidade estrutural configurada na coexistência de diferentes formas de organização da produção e à análise das relações existentes entre elas; à conformação assumida pelas atividades de caráter não tipicamente capitalista e a contribuição dessas atividades para o processo de acumulação.

Reconhecendo em Salvador e em sua área de influência espaços privilegiados para a análise desses fenômenos, os autores mencionados explicitaram como evoluiu historicamente a sua estrutura produtiva e como foi avançando a sua urbanização. Enfatizaram as grandes transformações econômicas e sociais dos anos mais recentes, associadas à nova forma de inserção desses espaços na divisão inter-regional do trabalho que passou a prevalecer na sociedade brasileira, e relacionaram essas transformações com as tendências setoriais da ocupação na Região Metropolitana de Salvador - RMS, destacando a influência da expansão industrial sobre o emprego e sobre a dinâmica das atividades que lhes são subsequentes.

Rechaçando dualismos estanques e percebendo a pobreza e a riqueza como faces gêmeas e só aparentemente contraditórias de um mesmo processo, ressaltaram como a heterogeneidade da estrutura produtiva constitui o eixo básico de referência que precisa ser explorado para a compreensão dos problemas de emprego e renda que atingem amplos segmentos da população. Isto porque, ainda que a estrutura produtiva da cidade esteja plenamente submetida à penetração e ao domínio do capital, dentro dos padrões de desenvolvimento da região nordestina o avanço do capitalismo não assume uma forma mais homogênea e generalizada. Como

esse avanço vem ocorrendo em termos parciais e seletivos, e como as atividades mais modernas e dinâmicas não oferecem um volume de empregos capaz de absorver uma oferta de força de trabalho cujo crescimento é cada vez mais significativo, subsistem e são recriadas formas de organização da produção de caráter não tipicamente capitalistas e a elas se vinculam parcelas ponderáveis dos trabalhadores urbanos.

Aprofundando as discussões esses fenômenos, autores como Jelin ou Singer procuraram categorizar as diferentes formas de organização da produção encontradas em Salvador, procurando-se particularmente em identificar de que maneira e em que condição de trabalho estão ocupados os que não são absorvidos pelas atividades capitalistas e mais dinâmicas da economia urbana. Para isso eles utilizam conceitos bem diversos dos convencionais, criticando concepções correntes, como a que supõe a procura de trabalho para caracterizar o desemprego, ou a exclusão das donas-de-casa da produção social.

De uma perspectiva inovadora, a produção é definida como o "conjunto de atividades só econômicas mas políticas e sociais, de quais resultam o sustento da população e a sua reprodução", e sua heterogeneidade estrutural é caracterizada pela coexistência de quatro formas de organização a que se vinculariam, predominantemente, distintos segmentos da força de trabalho, a saber: (1) a forma de organização capitalista, definida pela propriedade privada dos meios de produção, pela utilização do trabalho assalariado e pela geração de mais valor; (2) a produção estatal, que abarca as diversas atividades do Poder Público e atividades sem fins lucrativos realizadas por outras entidades onde o emprego se rege formalmente por critérios e relações de ordem burocrática; (3) a produção simples de mercadorias, executada por produtores independentes que controlam os seus meios de produção e vendem bens e serviços a clientes; (4) a economia doméstica, compreendendo atividades produtivas que se realizam no âmbito doméstico, tendo em vista a satisfação das necessidades imediatas dos seus componentes.

Ignorada ou menosprezada nos estudos convencionais, essas últimas atividades têm a sua importância destacada especialmente por Jelin e Singer. Para esses autores, elas são essenciais para a compreensão do emprego e da própria condição da mulher, encontram-se plenamente integradas à economia urbana e têm papel decisivo no processo de reprodução da força de trabalho e no rebaixamento dos custos dessa re-

produção, através de mecanismos que suas análises procuram especificar.

Privilegiando a compreensão do caráter e do funcionamento da produção não-capitalista, essa linha de estudos se debruça igualmente sobre aqueles segmentos de trabalhadores designados comumente como produtores independentes, trabalhadores por conta própria ou produtores simples de mercadorias. Estudos como os de Carvalho e Souza, Vianna, Bandeira de Souza (1985) e, especialmente, Prandi discutem a especificidade da sua inserção em uma sociedade capitalista, a exemplo da sociedade brasileira, mostrando como eles são particularmente numerosos e importantes nas regiões menos adiantadas do país, como é o caso do Nordeste e de Salvador. Confrontam as suas condições de trabalho e de subsistência com as que prevalecem entre segmentos similares de assalariados e averiguam os expedientes utilizados pelos trabalhadores por conta própria para manter uma certa estabilidade ocupacional e a subsistência das suas famílias.

Destacam, também, a variação interna ao conjunto desses trabalhadores, distinguindo aqueles que poderiam ser classificados mais apropriadamente como autônomos (geralmente mais qualificados, possuidores de instrumentos de trabalho e desfrutando de uma melhor posição no mercado) dos que exercem atividades por conta própria de maneira irregular, muitas vezes aceitando qualquer tarefa que apareça, como os biscateiros, ou alternando períodos de autonomia e de assalariamento. Essa alternância e os determinantes e processos de transferência de uma para outra das citadas condições são objeto de avaliações que procuram diferenciar as situações de "expulsão" ou de "opção" dos trabalhadores, revelando, inclusive, o caráter aparente e ilusório de certos casos de uma suposta "opção".

A diferenciação que marca as atividades de caráter não-capitalista também é retomada na análise do relacionamento e das perspectivas das distintas formas de organização da produção, uma das preocupações centrais deste modelo teórico. Ressaltando como a subsistência e a dinâmica das referidas atividades está subordinada à hegemonia do capitalismo, tanto a nível local como nacional, os estudos mencionados assinalam como a expansão desse capitalismo se reflete em distintas tendências para as atividades organizadas sob formas não-capitalistas.

Algumas destas atividades entram em franca extinção, em decorrência da penetração do capital onde anteriormente elas eram realizadas por trabalhadores autônomos ou por pequenas

empresas familiares, ou de modificações no consumo que acompanham a expansão mais global do capitalismo. Outras sobrevivem com maiores ou menores modificações e, finalmente, algumas surgem e se expandem com certo vigor em espaços abertos pela própria expansão mencionada, criando oportunidades de trabalho para alguns segmentos de trabalhadores que não se inserem como assalariados em atividades tipicamente capitalistas.

No primeiro caso estão ocupações como as exercidas por conta própria por engraxates, carroceiros, carregadores, alfaiates ou vendedores de alimentos a domicílio, que em tempos passados tiveram sua participação mais expressiva na estrutura produtiva urbana. Não possuindo condições de competição com a produção organizada em moldes mais modernos e capitalistas, esses produtores vêm sendo crescentemente expulsos do mercado. Os que restam constituem um núcleo residencial composto por trabalhadores de mais idade, baixa produtividade, instabilidade ocupacional e remunerações muito precárias, que, exercendo tais ocupações há mais tempo, não têm motivação ou condições de se retirar delas.

Em um segundo grupo encontram-se atividades que mantêm uma elevada incorporação de trabalhadores, como o serviço doméstico, o artesanato tradicional, o pequeno comércio ambulante ou estabelecido e a prestação de serviços pessoais. Permanentemente ameaçados pelo avanço do capitalismo, elas vêm subsistindo na medida em que atendem a determinadas necessidades do padrão de desenvolvimento em curso e mantêm baixos preços, em razão da ausência de uma proteção trabalhista e previdenciária, da instabilidade ocupacional, de jornadas parciais ou extremamente prolongadas de trabalho e da precariedade das remunerações e dos níveis de subsistência dos que exercem tais ocupações.

Um terceiro segmento dos produtores simples de mercadorias desfruta de uma situação diversa e privilegiada em relação aos demais trabalhadores vinculados à produção não-capitalista, ou aos próprios assalariados em ocupações similares. Este segmento é composto basicamente pelos ocupados em serviços de reparação e manutenção, em um artesanato mais moderno ou na prestação de serviços pessoais especializados, que respondem a demandas das próprias empresas capitalistas ou que decorrem da ampliação e diversificação do consumo das camadas de média e alta renda, que têm crescido com a industrialização. Tais trabalhadores muitas vezes foram assalariados de grandes empre-

sas, onde adquiriram as qualificações exigidas para o exercício das suas profissões.

Finalmente, tendo assinalado como a coexistência das diversas formas de organização da produção e a persistência das atividades não tipicamente capitalistas decorrem dos padrões de expansão do capitalismo na área analisada, os estudos em apreço – e outros como o de Ivo (1975), que têm a mesma orientação – também destacam como aquelas atividades contribuem para a acumulação do capital e para o avanço daquela expansão. Isto ocorre na medida em que elas: (1) facilitam de maneira mais direta o processo de acumulação em algumas empresas do setor capitalista, como ocorre, por exemplo, quando tais empresas se apropriam da produção de pequenos produtores autônomos, realizando grandes lucros na etapa de comercialização; (2) asseguram a manutenção do exército de reserva que o capitalismo necessariamente exige e produz; (3) atendem à demanda de certos bens e serviços quando ainda não existem condições que atraíam investimentos capitalistas para a produção de bens equivalentes ou sucedâneos; (4) estimulam um maior consumo de determinadas mercadorias do setor capitalista, principalmente ao facilitar a sua circulação; (5) contribuem para reduzir os custos de reprodução da força de trabalho.

Os Estudos sobre as Estratégias de Ocupação e de Sobrevivência dos Trabalhadores de Baixa Renda

Com a realização das análises assinaladas, nos últimos anos da década de 70 já se acumulara uma vasta e significativa bibliografia sobre os problemas de ocupação e renda nas cidades nordestinas, incorporada ao avanço nacional do debate sobre as referidas questões.

Na trajetória desse avanço, certas constatações e interrogações dos estudos existentes, revelações dos dados censitários e a própria observação mais imediata da realidade contribuíram para que o eixo das discussões fosse deslocado para a questão das condições de subsistência e reprodução social dos estratos mais baixos da força de trabalho urbana.

Com tal deslocamento, reconhecendo que as dificuldades e condições de emprego e os baixos rendimentos auferidos impossibilitavam o atendimento das necessidades mais elementares desses segmentos da força de trabalho, instituições de planejamento governamentais, técnicos e acadêmicos voltaram as suas preocupações para o entendimento do que passou a ser chamado

de “estratégias de sobrevivência” dos trabalhadores de baixa renda; ou seja, para a análise do conjunto de opções, comportamentos e expedientes utilizados pelos referidos trabalhadores para subsistir e se reproduzir, nas condições socialmente adversas do desenvolvimento brasileiro do período mais recente.

Por trás desse interesse havia de parte dos organismos de planejamento o suposto de que embora tais estratégias estivessem centradas em torno do trabalho, a renda real das famílias mais pobres dos centros urbanos incluiria, também, rendimentos extra-trabalho e elementos monetários e não monetários de mais difícil apreensão. E que o conhecimento mais aprofundado da diversidade de formas de inserção ocupacional, das fontes de obtenção de renda e dos expedientes compensatórios utilizados para a satisfação das necessidades básicas daquelas famílias não levaria apenas à elaboração de esquemas analíticos mais adequados à compreensão de problemas sociais de extrema gravidade e extensão. Esse conhecimento também poderia fundamentar a sugestão de políticas capazes de ampliar as oportunidades ocupacionais, aumentar os rendimentos e melhorar as precárias condições de vida dos segmentos de trabalhadores em questão, no Nordeste ou em outras áreas.

Por isso mesmo, instituições como o IPEA e a Sudene apoiaram e financiaram várias pesquisas sobre a temática em apreço, cujos resultados deram origem a um bom número de publicações. Entre essas pesquisas devem ser citadas as realizadas por Pessoa (1978) e Machado da Silva (1978) sobre os estratos ocupacionais de baixa renda da cidade de Recife, patrocinadas pela Sudene. O amplo projeto sobre “Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste”, conduzido entre 1975 e 1977 por uma equipe do Museu Nacional, girando em torno das condições ocupacionais e dos modos de vida de grupos determinados de trabalhadores urbanos em Pernambuco, do qual resultaram diversos artigos, publicados no livro de Leite Lopes *et alii* (1979). E também alguns levantamentos centrados mais diretamente sobre as estratégias de sobrevivência em questão, efetuados em Fortaleza, Recife e Salvador, em decorrência de convênios do IPEA/Sudene com o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Universidade Federal do Ceará, com o Mestrado de Antropologia Cultural da Universidade Federal de Pernambuco e com o Centro de Recursos Humanos da Universidade Federal da Bahia. Levantamentos que fundamentaram análises como as de Haguette (1983 e 1984), Motta e Scott (1983), Motta (1984) e Carvalho (1984), entre outras.

A essas publicações se somaram trabalhos de pesquisadores como Vianna (1980), Barbosa (1982, 1983, 1984), Carvalho (1985), Barbosa e Carvalho (1984) e Koike (1985), constituindo uma linha de estudos de importância bastante significativa.

Abstraindo-se as peculiaridades de cada trabalho quanto a objetivos e aspectos mais enfatizados, contextos de pesquisa, procedimentos metodológicos ou conclusões mais relevantes, essa linha de análises pode ser caracterizada por algumas proposições básicas comuns.

Assim é que, em breves parágrafos (como no estudo inicial de Machado da Silva, ou nos trabalhos de Motta e Scott), de modo relativamente mais extenso (Carvalho, 1984) ou até aprofundando mais teoricamente essa questão (Barbosa, 1982, 1983 e 1984), eles reconhecem que as dificuldades cotidianas de subsistência e as alternativas e estratégias utilizadas pelos grupos pesquisados têm sua raiz na existência de um padrão de desenvolvimento que se apoia na super-exploração da classe trabalhadora e na sua pauperização.

Assumindo contornos mais acentuados e específicos na região nordestina, esses fenômenos estariam se traduzindo na prevalência de remunerações aquém do valor da força de trabalho, e, por isso mesmo, absolutamente insuficientes para cobrir as necessidades vitais e para assegurar a manutenção do trabalhador e dos seus dependentes.

Como os seus efeitos não são atenuados por uma redução dos custos de subsistência ou por resultados compensatórios dos investimentos e políticas sociais do Estado, isto estaria levando: (1) a um aumento da quantidade do trabalho necessário e exigindo a ampliação da jornada do trabalhador e a extensão a outros membros da unidade doméstica da responsabilidade de atenuar o decréscimo da renda real do chefe de família, com o exercício de alguma forma de atividade remunerada; (2) e também a uma pressão pela redução dos custos de subsistência e reprodução dessa força de trabalho, no âmbito do grupo doméstico, através da compressão do consumo e do padrão de vida dos seus componentes. Isto se verificaria pela privação de vários bens e serviços e pela necessidade de exclusão daqueles custos de itens fundamentais para a sobrevivência, a exemplo da habitação, que passam a ser providos por vias caseiras, não mercantilizadas; isso significa uma nova ampliação do trabalho não pago e a sua extensão aos diversos componentes da família do trabalhador, subordinados, mesmo que indiretamente, ao domínio do capital.

A partir dessas constatações básicas a linha de estudos em apreço põe em destaque aspectos de fundamental importância para a compreensão das condições ocupacionais e do modo de vida dos grupos pesquisados.

São analisadas, por exemplo, as várias formas de ampliação da jornada de trabalho, como a realização de horas-extras, a combinação entre o trabalho assalariado e por conta própria, ou a eliminação total ou parcial do tempo que deveria ser dedicado ao repouso e à recuperação física e psicológica do trabalhador. E também as alternativas de manipulação do mercado e da busca de um mínimo de estabilidade utilizadas pelos ocupados por conta própria, a necessidade e as modalidades de incorporação produtiva de outros membros da família (como mulheres, crianças e adolescentes em idade escolar, ou pessoas mais idosas), em um esforço conjunto que envolve a articulação combinada e complementar de várias formas de inserção ocupacional.

Daí se considera que a unidade real de trabalho não é o indivíduo e sim o grupo doméstico, sendo destacada a sua importância não apenas em termos da venda da força de trabalho familiar como da produção de valores de uso para o consumo dos seus componentes e do desenvolvimento de mecanismos diversos de manipulação da escassez.

Além disso, na abordagem dos diversos arranjos que se efetuam no interior desses grupos, de acordo com o ciclo vital da família (com que, normalmente, ele se confunde) e com outras condições, foram especificadas a divisão de tarefas e de responsabilidades entre os seus diversos membros e os papéis que lhes são atribuídos. Conforme as observações realizadas, o papel de provedor principal cabe normalmente ao pai, entrando as mulheres, menores e velhos como coadjuvantes na reprodução familiar. Pesados encargos recaem sobre a dona-de-casa, principalmente quando ela assume o exercício de uma ocupação remunerada paralelamente à produção doméstica de valores de uso para o consumo da sua família. E transparece uma tendência ao assalariamento do provedor principal, bem como a importância da carteira assinada e da conseqüente cobertura previdenciária nas considerações e opções dos trabalhadores quanto às suas alternativas de arranjos (ver Barbosa Alvim, 1979; Machado Neto, 1980; e Teixeira, 1979).

As conclusões desses estudos põem igualmente em evidência os parcos resultados dos esforços assinalados. Além de comportamentos centrados em torno do trabalho, seus autores

identificaram diversos e tristes expedientes cotidianos que buscam uma redução dos gastos e uma adaptação às condições de carência. Por exemplo, a burla sistemática ao pagamento de luz (o conhecido "gato"), a realização de compras miúdas em locais determinados pela disponibilidade eventual de dinheiro, a utilização do crédito informal fornecido pelo pequeno comércio das proximidades e a auto-construção das moradias.

A avaliação desses expedientes e a análise das condições de vida e dos gastos das famílias pesquisadas, principalmente quanto a aspectos como alimentação, transporte, educação, vestuário e saúde, deixou patente como todas as "estratégias" apontadas não conseguem minorar a sua extrema penúria. O custo do transporte torna-se cada vez mais pesado e difícil de ser enfrentado no orçamento dessas famílias; despesas com saúde são consideradas como extraordinárias e provocam situações de crise e, no fundamental, suas preocupações básicas têm que se dirigir para a alimentação; ou seja, para assegurar a própria sobrevivência biológica, com a redução ou repressão de necessidades básicas e a vivência de uma pobreza bastante acentuada.⁵

Mesmo porque a suplementação de renda ou a satisfação de determinadas necessidades através de transferências, doações, acesso aos programas assistenciais do Estado ou alternativas similares (abordadas mais detalhadamente em estudos como os de Motta e Scott), têm um papel absolutamente insignificante na manutenção dos segmentos de trabalhadores estudados. A hipótese da relevância das rendas extra-trabalho ou não monetárias pode ser definitivamente descartada pelas constatações empíricas dos estudos em questão.

Bem mais importante revelou-se a existência de sistemas informais de crédito e empréstimos, ainda que tragam embutidas condições de exploração dos seus usuários. E, principalmente, a rede de relações sociais e a ajuda mútua que se estabelece entre parentes, vizinhos e amigos, com uma troca de bens, serviços e favores que são fundamentais para viabilizar a subsistência cotidiana, e, principalmente, para o enfrentamento de situações de crise.

Além do mais, levando em conta as modalidades de trânsito e complementariedade que se estabelecem entre distintas formas de atividade e inserção ocupacional, ao nível do indivíduo e da sua família, bem como a homogeneidade de condições de vida marcadas pela super exploração e pobreza assinaladas, duas outras conclusões são enfaticamente reafirmadas em vários

dos estudos com a presente orientação. Primeiramente a importância das atividades não capitalistas, tanto para a manutenção da reserva de mão-de-obra como para a complementação de renda dos segmentos assalariados; e, em segundo lugar, a unidade da massa trabalhadora enquanto um proletariado urbano, acima e apesar da diversidade de formas de inserção ocupacional e das relações de dominação e de subordinação entre o capital e o trabalho que podem ser constatadas na realidade nordestina, e de um modo mais geral, na própria sociedade brasileira.

Os Estudos que Avaliam o Panorama dos Anos Mais Recentes e suas Relações com o Padrão de Desenvolvimento Regional

Finalmente, entre a literatura analisada na presente resenha, nesses primeiros anos da década de oitenta vêm se acumulando e sobressaindo estudos que buscam identificar as transformações e as novas características do mercado de trabalho e da pobreza nos centros urbanos do Nordeste, analisando-as à luz do caráter e das repercussões do recente desenvolvimento regional.

Aí se encontram publicações como as da Sudene (1984), do Minter/Sudene (1985) ou do CNRH/IPES/Unicef (1985), que em alguns dos seus capítulos apresentam diagnósticos das condições de trabalho e de pobreza encontradas nas cidades nordestinas. Sem maiores preocupações analíticas e utilizando dados censitários e conceitos mais convencionais, esses diagnósticos põem em destaque e especificam o avanço regional da urbanização, a distribuição da força de trabalho por setores econômicos e a que se verifica no contexto das cidades, ressaltando a importância das atividades terciárias como fonte de empregos. Abordam alguns aspectos relativos ao perfil e aos padrões de remuneração da população trabalhadora, incluindo variáveis como sexo, idade, e setor de ocupação. E também se reportam à precariedade das relações de trabalho e ao nível de pobreza encontrado naqueles centros urbanos, tomando indicadores como a proporção de segurados contribuintes da previdência social (não mais que 53% dos empregados), ou o número dos que percebem uma renda mensal igual ou inferior a um salário mínimo (26 milhões).

Mais numerosos e relevantes, porém, são os textos que buscam compreender as novas condições de ocupação e renda aproveitando e procurando avançar sobre as constatações e proposições analíticas anteriores, notadamente no que

se refere às determinações da industrialização e do desenvolvimento regional das últimas décadas sobre os fenômenos que constituem o objeto das suas preocupações.

Entre esses textos podem ser incluídos trabalhos de economistas vinculados principalmente ao CAEN, em Fortaleza, ou ao PIMES, em Pernambuco, como os de Ferreira (1982, 1983 e 1985), Oliveira (1983), Casemiro (1985a e b), Oliveira e Casemiro (1985), Jatobá (1983a e b e 1985), Guimarães Neto (1984 e 1985), Guimarães Neto e Souza (1984), Souza, Guimarães Neto e Araujo (1983) e Guimarães Neto e Araujo (1985).

E também estudos como os de Carvalho e Brandão (1980), Carvalho e Castro (1984), Souza (1985), Camarano (1985a e b), Buarque (1985a e b), Guimarães (1985), Castro e Guimarães (1985) ou Castro, Franco e Guimarães (1985), entre outros.

Como já foi mencionado, tais trabalhos partem do suposto de que o entendimento das condições de emprego e de renda e dos padrões de vida que prevalecem atualmente no Nordeste (bem como dos efeitos da crise econômica mais recente sobre essas condições) passa pela discussão do caráter e dos efeitos da industrialização e do desenvolvimento dos últimos anos.

Dando curso a essa discussão, economistas vinculados ao CAEN (como Oliveira, Ferreira ou Casemiro) têm destacado, sobretudo, o caráter subordinado e excluyente dessa industrialização, que não se acopla às características e necessidades da região e sim às exigências da reprodução do capital a nível nacional, com determinações emanadas da divisão internacional do trabalho em que se insere a economia brasileira. Sua expansão assume, então, um padrão de efeitos reduzidos no que se refere ao surgimento de novas atividades a ela vinculadas, a um crescimento mais expressivo do emprego e aos próprios níveis salariais dos postos de trabalho que têm sido criados.

As mudanças ocorridas no perfil industrial do Nordeste e a crise das suas indústrias tradicionais (mais absorvedoras de mão-de-obra) estariam agravando essa situação, em flagrante contraste com o excedente da mão-de-obra que cada vez mais se aglomera nas cidades e, notadamente, nas grandes metrópoles nordestinas. Inclusive porque a ausência de transformações que viessem a reduzir o nível de expulsão da população engajada na agropecuária tem avolumado os fluxos migratórios que se dirigem para aqueles centros, contribuindo para que as dificuldades de emprego e de subsistência assumam a dimensão que tem sido constatada.

Considerações similares estão presentes em textos do grupo ligado ao PIMES (Jatobá, Vale e Souza, Araujo e Guimarães Netto) ou de outros autores, em certos casos com um maior nível de elaboração e de complexidade. Suas análises têm assinalado como a estrutura produtiva e o mercado de trabalho dos centros urbanos do Nordeste experimentaram transformações das mais significativas nas duas últimas décadas. Têm especificado como elas decorrem de um processo de desenvolvimento que resulta (direta ou indiretamente) tanto das políticas governamentais para a região quanto do avanço mais global da acumulação capitalista, no núcleo mais dinâmico da economia nacional e na sua periferia. E também como no curso da expansão e transformações explicitadas novas atividades se implantaram, algumas foram modernizadas e outras desarticuladas ou desativadas, provocando todo um conjunto de impactos e alterações nos processos de criação e destruição de empregos, nas relações inter-regionais e inter-setoriais, nas diferentes formas de organização da produção, nos processos e relações de trabalho e nas modalidades e níveis de remuneração da população ocupada.

A matriz desses fenômenos estaria no avanço e no caráter da integração da economia nordestina com a economia nacional e com os seus centros hegemônicos, no curso da expansão industrial e do desenvolvimento dos últimos anos. Essa integração tem como uma das suas marcas básicas uma articulação mais intensa das novas atividades dinâmicas que estão sendo implantadas no Nordeste com os espaços industrializados do Sudeste do que com as atividades mais tradicionais e localizadas na própria região. E disso estariam resultando importantes "vazamentos" que reduzem os efeitos potenciais sobre o emprego e a renda que poderiam ser internalizados em proveito da região, mas que terminam transferidos para outras áreas, ou, mais especificamente, para a região mais desenvolvida do centro-sul.

Contudo, os pesquisadores reconhecem que a economia nordestina experimentou um notável dinamismo nessas duas últimas décadas, sustentando taxas médias de crescimento global de quase 7% ao ano, mais que quadruplicando a sua produção industrial e impulsionando setores como o de transportes e comunicações, o comércio e a prestação de serviços, de modo mais generalizado. Esse crescimento foi especialmente concentrado nas cidades, com grande destaque para Salvador, Recife e Fortaleza, e, em menor grau, para as demais capitais estaduais nordestinas e suas adjacências.

Entre outros resultados isto se traduziu em um grande aumento da importância relativa das atividades de corte nitidamente urbano e da expressão do emprego por elas gerado. Há estimativas de que pouco mais de 80% do aumento da PEA nordestina teria sido absorvido nas cidades, com diferenças entre as mesmas que são especificadas em estudos como os de Brandão (1982), Souza (1985) e Camarano (1985a e b). Além do mais, tão significativa expansão das oportunidades de trabalho foi acompanhada por um conjunto de tendências e transformações da maior relevância, registradas pelos estudos mencionados e sintetizados com especial clareza em um trabalho mais recente de Guimarães Netto (1985).

Procurando analisar o volume e a composição da PEA, a estrutura ocupacional e os processos e relações de trabalho, os estudos em apreço começam por enfatizar o expressivo incremento do emprego e da produtividade média da mão-de-obra, além da sua já mencionada concentração em termos especiais. Reconhecem uma maior incorporação dessa mão-de-obra à produção industrial e a setores dinâmicos como os de transportes, comunicações e armazenagem, as chamadas "atividades sociais", o comércio e os serviços voltados para o consumo das empresas e dos estratos médios e altos da população; e também uma tendência de crescimento do número e da proporção dos assalariados, configurando um avanço do processo de formação de um proletariado urbano e industrial e do peso relativo dos seus segmentos mais modernos, com uma redução do espaço relativo do trabalho autônomo e da produção familiar.

Em termos da distribuição setorial da população ocupada, sobressaem entre as conclusões desses trabalhos as mudanças ocorridas no interior de alguns setores, como a indústria de transformação, os transportes e comunicações, o comércio de mercadorias, as atividades bancárias e o próprio setor público. A redefinição do perfil de algumas dessas atividades, suas novas formas de organização e a modernização e racionalização que estão sendo nelas efetuadas, vêm transformando o processo de trabalho e as suas exigências qualitativas e quantitativas de mão-de-obra, o que repercute de modo significativo não apenas sobre os níveis e características do emprego urbano, mas sobre a própria conformação da rede de cidades da região.

No caso da indústria essas considerações são especialmente relevantes. Apesar da enorme expansão dos últimos anos, as mudanças ocorridas no setor e a nova conformação pelo mesmo assumida tornaram o seu papel empregador rela-

tivamente modesto. Conforme estimativas de Souza e Araujo (1983), a participação do setor industrial no conjunto da população ocupada da região teria sido de 34,5% em 1950, 34,5% em 1970 e 32% em 1979. E 4/5 desses trabalhadores não estavam vinculados às atividades de transformação propriamente ditas, mas à indústria da construção civil, grande absorvedora da mão-de-obra não qualificada.

É verdade que em termos absolutos o incremento do emprego naquelas atividades não é menosprezado, nem tampouco a maior incorporação de força de trabalho aos setores estimulados pela recente industrialização, apesar das tendências poupadoras de mão-de-obra implícitas nos processos de reorganização, racionalização e modernização antes apontados. E que se manifestam, por exemplo, em novas formas de organização e em novos processos de trabalho nos bancos e em outras atividades de caráter financeiro; ou em mudanças na estrutura e nas práticas do setor comercial, com o surgimento de novos gêneros, o decréscimo relativo do comércio varejista e a expansão dos grandes estabelecimentos (*shopping centers*, filiais de grandes cadeias de lojas e centrais de abastecimento), não apenas nas grandes cidades, como, também, naquelas de médio porte.

Como frisam Guimarães Netto (1985) e Guimarães Netto e Araujo (1985), aliadas à modernização dos transportes as transformações do comércio afetaram e prejudicaram, inclusive, as condições e a posição na hierarquia urbana dos centros de porte médio cuja função principal era a distribuição de mercadorias para o meio rural ou para aglomerados menores, na sua área de influência. Os casos de Caruaru, Campina Grande, Juazeiro e Petrolina ou Feira de Santana são citados como típicos dessa situação.

Mas nessas e na maior parte das outras cidades, entretanto, continua a se acumular uma enorme massa de trabalhadores, continuamente ampliada não apenas pelo crescimento demográfico interno a esses centros como pelo efeito de processos como a maior oferta de força de trabalho decorrente da pauperização, e, sobretudo, pela expulsão de mão-de-obra que vem acompanhando o avanço do capitalismo no campo. Pois a sua "modernização conservadora" tem levado a uma maior concentração da propriedade, ao fechamento de fronteira, ao incentivo à pecuarização e à proletarianização, pauperização e à desruralização do trabalhador agrícola, potencializando o poder de atração dos centros urbanos onde vem se concentrando os investimentos públicos e privados nas últimas décadas.

Como o avanço do capitalismo e o incremento do emprego nos setores mais modernos e dinâmicos da economia urbana não conseguem absorver toda essa oferta de mão-de-obra, mantém-se um vasto exército de reserva que se deposita em atividades como o emprego doméstico, o pequeno comércio ou a prestação de serviços por conta própria. Aumenta, assim, a heterogeneidade da estrutura produtiva e do mercado de trabalho urbano, ou, no dizer de alguns dos autores relacionados, e sua segmentação.

Como ressaltam estudos do conjunto em discussão (e também de outras vertentes analíticas que os antecederam), a incorporação de trabalhadores às atividades de corte capitalista e mais moderno, com o avanço do assalariamento e a expansão e consolidação de um proletariado urbano, vem coexistindo com a persistência e reprodução de atividades organizadas de forma não capitalista, representadas principalmente pelos trabalhadores autônomos e pelos diversos segmentos da pequena produção. Merecendo um destaque especial por parte dos pesquisadores, a acentuação da heterogeneidade e da complexidade do mercado de trabalho urbano é apontada como uma das dimensões de maior relevância das transformações associadas ao desenvolvimento mais recente da região.

Além disso, ressaltando o peso que as atividades não capitalistas ainda mantêm e os problemas de ocupação e subsistência que o desenvolvimento regional não contribuiu para reduzir,⁶ trabalhos já mencionados também registram como a crise econômica estaria ocasionando seu agravamento. Pesquisa realizada por Casemiro (1985), em Fortaleza, constatou um aumento do auto-emprego e do desemprego aberto, além de uma menor pauperização da classe trabalhadora. Dados analisados por Guimarães Netto e Araujo (1985) também evidenciaram um declínio dos níveis de ocupação em Fortaleza, Recife e Salvador e indícios de uma certa saturação do chamado "setor não organizado"; o que sugere como algumas áreas urbanas do Nordeste estariam chegando a uma situação em que essa válvula de escape ao desemprego aberto começa a perder sua capacidade de amortecimento do impacto social da crise e das próprias dificuldades estruturais de emprego intrínsecas à economia da região.

Daí porque as conexões entre o caráter do desenvolvimento dos últimos anos e a persistência e acentuação da pobreza urbana perpassam as discussões de vários trabalhos e constituem o foco central de outros, como os de Ferreira (1983) ou de Carvalho e Castro (1984).

O primeiro desses estudos explicita os mecanismos excludentes do processo de urbanização associado ao referido desenvolvimento, que se refletem mais diretamente sobre a conformação da estrutura ocupacional e sobre a distribuição de renda. E também se preocupa em descrever as condições da pobreza urbana a partir da realidade de Fortaleza, analisando a relação entre os níveis de renda da população ocupada e os seus custos de subsistência, bem como o acesso dos trabalhadores a serviços de consumo coletivo, como energia, água e esgoto etc.

Menos preocupadas com a caracterização e mais com a explicação da pobreza, Carvalho e Castro discutem as versões correntes sobre os determinantes da sua persistência e expansão no contexto do Nordeste, questionando-a enquanto um atributo *da região* e procurando ressaltar o seu caráter *de classe*. Pois, no entender dessas autoras, as precárias condições de vida e de trabalho de maior parte da população nordestina constituiriam as manifestações mais aparentes do processo mais amplo de pauperização relativa e absoluta da classe trabalhadora brasileira, tal como se expressa no âmbito regional e consideradas as especificidades da expansão capitalista que aí se verifica.

Identificando o que considera como as mais relevantes dessas especificidades, o trabalho procura mostrar como a partir de condições históricas determinadas, o avanço do capitalismo que se traduziu no crescimento e nas transformações dos últimos anos foi marcado por um conjunto de mecanismos que levou à manutenção de velhas formas de pobreza e à produção de outras novas, tanto no meio rural como nos centros urbanos. Conseqüentemente, contestando as explicações prevalecentes sobre a pobreza em questão, suas conclusões procuram salientar: (1) que ela não constitui prioritariamente um problema regional e sim de classe, que atinge não a um Nordeste inespecífico e abstrato, mas à classe trabalhadora aí residente, nas suas distintas frações; (2) que, ao contrário do que divulgam as versões analisadas, ela também não decorre de fatores naturais adversos e imponderáveis, ou de uma expansão insuficiente da economia da região, mas do próprio caráter que tem assumido o seu desenvolvimento, bastante expressivo, ao combinar velhas e novas formas de exploração e de pauperização dos trabalhadores nordestinos; (3) e que, por isso mesmo, a pobreza analisada não poderá ser superada com a simples expansão desse mesmo desenvolvimento, sem que se processem transformações fundamentais na sua natureza e orientação.

Com referência, ainda, ao conjunto de estudos abordados, vale mencionar que ao tratar das transformações e das características mais gerais e atuais do mercado de trabalho nas cidades do Nordeste, eles também vêm concorrendo para um melhor entendimento de questões mais particulares e específicas, como é o caso da condição social e do trabalho da mulher. As informações e análises desses estudos têm deixado muito evidente o quanto cresceu a participação feminina na força de trabalho urbana do Nordeste, ainda que não tenham sido criadas as condições e oportunidades para viabilizar sua *melhor incorporação*.

Ao analisar as mudanças na divisão social do trabalho ocorridas nas últimas décadas no Estado da Bahia, Guimarães (1985) ou Castro, Franco e Guimarães (1985) identificaram este fenômeno com muita clareza. Suas pesquisas constataram uma intensa incorporação da mulher ao mercado de trabalho, vinculada principalmente ao aumento do emprego no chamado setor terciário da economia e acompanhada por um decréscimo acentuado do emprego doméstico. Pois tanto nas cidades da Bahia como em outros estados do Nordeste uma boa parte dessa incorporação foi devida a uma ampliação da demanda decorrente do crescimento de funções administrativas no setor público e no setor privado e da expansão dos serviços de consumo coletivo e das chamadas "atividades sociais", onde a participação feminina sempre foi das mais expressivas. As mulheres de maior nível de escolaridade e de qualificação, originárias, predominantemente dos estratos médios, foram as principais beneficiárias dessas transformações.

Sem menosprezar a sua significação, é preciso esclarecer, contudo, que as pesquisas ainda mostram um desemprego elevado entre as mulheres; e, principalmente, a vinculação da maior parte das que trabalham a ocupações como o emprego doméstico, o artesanato tradicional, a prestação de serviços não qualificados ou o pequeno comércio, caracterizadas pelas suas precárias condições de trabalho e por suas baixas remunerações. O que está associado tanto às condições estruturais do mercado de trabalho como à problemática da mulher na sociedade brasileira, particularmente no que diz respeito às responsabilidades domésticas que lhes são atribuídas.

Algumas Observações Finais

Mesmo uma rápida avaliação dos estudos arrolados nesta resenha permite observar o

quanto eles contribuíram para um avanço na constatação e no tratamento analítico do seu objeto. Hoje já se dispõe de conhecimentos que podem ser considerados como satisfatórios sobre a conformação e mecanismos de funcionamento do mercado de trabalho nas cidades nordestinas, sobre as condições de ocupação, rendimentos e subsistência dos seus trabalhadores e sobre os níveis e determinantes da sua pauperização.

Como foi visto, os estudos arrolados identificaram e analisaram as distintas formas de incorporação da força de trabalho à organização da produção; o peso e o significado das atividades não-típicamente capitalistas e as principais variáveis que interferem sobre aquela incorporação, permitindo reconhecer tanto o perfil do trabalhador preferencial como o daqueles que tendem a ser recusados pela produção capitalista e a engrossar as fileiras do exército de reserva.

Explicitaram, também, a diversidade de situações entre as cidades da região, pois o Nordeste não constitui um todo homogêneo. Contestaram antigos mitos e falsas hipóteses, como a de que o subemprego seria causado pelas migrações (criticado, especialmente por Souza, 1978), ou de que os trabalhadores mais pobres dispõem de rendas não monetárias, extra-trabalho e complementares, de uma certa significação.

Os efeitos sociais do desenvolvimento regional dos últimos anos também foram avaliados e criticados, fundamentando um amplo conjunto de propostas para a revisão das políticas do Estado dirigidas para o Nordeste e para o ataque aos seus problemas de emprego e de pobreza, com sugestões que não chegaram a ser tratadas por esta resenha.

Mas os resultados desses estudos não se traduziram apenas em um melhor conhecimento da realidade específica da região. Inserindo-se em um debate bem mais amplo sobre os padrões de urbanização, emprego e subsistência que vêm prevalecendo no Brasil e em outras áreas da periferia do capitalismo, debate que envolve outros estudos e autores, diversos dos trabalhos aqui mencionados também agregaram subsídios muito relevantes para o avanço mais global do conhecimento científico sobre essas questões.

Algumas das suas constatações e propostas levaram ao questionamento de suposições e conceitos de uso corrente na análise dos problemas de ocupação e renda, como, por exemplo, a exigência de uma procura ativa de trabalho para o reconhecimento do desemprego; ou a consideração do subemprego a partir do nível de renda

ou do número de horas trabalhadas, já que foi demonstrado que a sub-remuneração não está ligada necessariamente a uma prática de trabalho reduzida, nem constitui uma condição específica dos trabalhadores do chamado "setor informal".⁷

Apesar das ambigüidades que ainda subsistem em relação a esse último conceito (a ponto de alguns autores o utilizarem entre aspas), a linha de estudos nele centrada permitiu um maior conhecimento da pequena produção urbana, situando mais corretamente, inclusive, as potencialidades e limitações do seu desenvolvimento.

Além disso, as análises de muitos desses estudos permitiram um melhor entendimento de fenômenos mais amplos e muito cruciais para a compreensão do desenvolvimento brasileiro, como a conformação da estrutura produtiva das cidades, a dimensão e características do processo de pauperização da classe trabalhadora, ou as conexões existentes entre o "moderno" e o "tradicional". Proposições e questões relevantes também foram levantadas quanto à importância e arranjos no âmbito do grupo doméstico para que a classe trabalhadora possa subsistir em condições de super-exploração; quanto ao significado da produção de valores de uso que se efetiva no âmbito domiciliar; quanto ao trabalho e condições da mulher e quanto ao significado e efeitos sociais da intervenção do Estado e das políticas por ele implementadas.

Ressaltadas, sumariamente, essas contribuições, é preciso reconhecer, porém, que conceitos imprecisos e questionáveis continuam a ser utilizados, mesmo em trabalhos mais recentes. Que os estudos e pesquisas acumuladas quase sempre privilegiaram as grandes cidades e as regiões metropolitanas do Nordeste, deixando a descoberto o estudo de como os problemas de ocupação e renda se manifestam nas cidades de pequeno e médio porte. São raras as publicações que de alguma forma se reportam a esses centros, como as de Carvalho (1976), do Minter/Sudene/MDU (1981) ou de Riviere d'Arc *et alii* (1984). E questões de grande importância ou fenômenos mais recentes também ainda estão por merecer melhor atenção e tratamento por parte dos pesquisadores.

Para citar alguns exemplos, a ênfase no "tradicional" — refletida no grande número de estudos sobre o que tem sido chamado de setor informal, atividades não capitalistas, micro-empresas ou pequena produção urbana, e de certa forma explicável pelo peso dessas atividades na realidade regional — deixou o "moderno" obscurecido ou relativamente negligenciado.

Fenômenos como a equalização dos processos de trabalho (que vêm se registrando em alguns setores), o surgimento de um proletariado industrial moderno em indústrias como a petroquímica baiana, ou problemas relativos às condições de consumo e de gestão da força de trabalho no interior da unidade produtiva, consideradas as suas repercussões, apenas começaram a ser debatidos pelos estudiosos da região; e, em muitos casos, em pesquisas que se encontram ainda em andamento. Daí a relativa exigüidade da bibliografia que aborda o comportamento dos fenômenos mencionados no contexto nordestino, limitada a trabalhos como os de Franco (1983), Azais (1984), Hirata (1984) e Guimarães (1986).

O avanço do assalariamento e do processo de constituição de um proletariado urbano têm sido tão amplamente ressaltados quanto insuficientemente estudados.

As necessidades de retomar e aprofundar as discussões sobre os contornos e significado desses processos, tanto em termos dos movimentos da estrutura produtiva e do mercado de trabalho, quanto da consciência e dos projetos e alternativas individuais dos trabalhadores, têm sido reclamadas por diversos pesquisadores, principalmente pela sua importância para uma melhor compreensão e teorização do processo de formação das classes sociais.

Ocorre que as dimensões sócio-políticas das condições de trabalho e de pobreza que persistem no Nordeste também permanecem pouco exploradas. Os estudos mencionados nesta resenha retratam um contexto que mantém diferentes formas de incorporação da classe trabalhadora ao processo produtivo e onde essas formas se alternam e se conjungam, tanto ao nível da trajetória individual de cada trabalhador, quanto ao nível de seu grupo doméstico. E isto se traduz na existência (e na vivência) de diferentes formas de subordinação ao capital e em um conjunto de contradições e ambigüidades no caminho da proletarianização que, se não se configura como linear e irreversível, vem tendo um avanço intenso e inquestionável.

Como esses fenômenos e o processo de pauperização a eles associados repercutem sobre as representações e universo simbólico dos trabalhadores, sobre a constituição de uma identidade proletária e sobre a formação, expressão e conflitos de classe; ou, ainda, sobre os seus diversos encaminhamentos na ação política, são questões que ainda estão por ser melhor desvendadas pelos cientistas sociais.

É verdade que algumas reflexões sobre as representações, identidade e homogeneidade da

classe trabalhadora nos centros urbanos nordestinos têm sido realizadas em estudos como os de Leite Lopes e Machado da Silva (1979), e que até constituem a preocupação básica de trabalhos como os de Haguette (1980), Castro (1983), Oliveira (1983), Barbosa e Carvalho (1984), Giuliani (1985), Guimarães (1986) e Guimarães e Castro (1986).

Trata-se, porém, de um conjunto de trabalhos ainda restrito e relativamente recente, cujas preocupações e colocações não se caracterizam por uma maior identidade. Alguns deles têm procurado destacar, sobretudo, como a homogeneidade de condições de vida e percepção ideológica se sobrepõem às diferenciações resultantes da conformação do mercado de trabalho e às contradições e ambigüidades acima assinaladas.

Já outros consideram que essas condições e a grande mobilidade dos trabalhadores se refletiria na constituição de camadas sociais de atores de configuração imprecisa, em "classes inacabadas" . . .

A fragmentação da cultura, a precária organização, a baixa capacidade de ação política e as práticas conflitantes das classes dominadas são relatadas e postas em relevo por alguns desses analistas; outros procuram problematizar a formação, organização e ação de classe como

um processo complexo que resulta de várias ordens de determinações, dedicando-se a analisar as mais importantes delas entre os grupos por eles estudados, com ênfase no processo de trabalho, na esfera familiar e na própria organização e ação sindical.

Por outro lado, os movimentos sociais associados com as necessidades de reprodução da força de trabalho e com o seu empobrecimento, ou seja, as lutas por melhores condições de transporte, moradia, educação, saúde e emprego, que vêm ressurgindo nas cidades nordestinas com bastante vigor, constituem, igualmente, uma nova temática que começa a ser abordada. Como assinala Nascimento (1985a e b), em termos regionais a literatura e o conhecimento sobre esses problemas ainda são restritos, se bem que isso tenda a mudar dentro de pouco tempo, tendo em vista os vários estudos e pesquisas que se encontram em andamento, ou em fase de conclusão.

Enfim, as transformações dos últimos anos colocaram novos desafios e problemas para a compreensão das formas de inserção ocupacional, das condições de subsistência e reprodução social e da conformação e conseqüências (inclusive em termos políticos) da persistente pobreza dos trabalhadores no Nordeste urbano. Cumpre aos pesquisadores enfrentá-los.

Notas

1. Esta bibliografia compreende análises sobre o crescimento e a conformação mais recente das cidades nordestinas, sobre o processo e os impactos da migração, as diversas formas e resultados da intervenção governamental no contexto das cidades (especialmente no que diz respeito à política habitacional), os problemas e conflitos relativos ao uso do solo e ao acesso à moradia, as condições de emprego e subsistência da força de trabalho urbana e, mais recentemente, sobre os processos de trabalho e os movimentos sociais.

Como esta resenha deveria compor um número especial do *BIB* dedicado ao Nordeste, pretendia-se, inicialmente, abranger o conjunto desses trabalhos, oferecendo ao leitor um panorama geral do que vem sendo produzido sobre o Nordeste urbano. Verificada, porém, a absoluta inviabilidade dessa pretensão, o material levantado passou a ser utilizado para a elaboração de duas resenhas. Esta é a primeira delas. A segunda abordará questões relativas à conformação das cidades, ao uso do solo e à habitação, devendo ser publicada em um número posterior deste *Boletim*.

2. Na bibliografia relacionada e analisada haverá, certamente, uma omissão de trabalhos e autores, de caráter absolutamente involuntário. É que a maior das dificuldades enfrentadas para a elaboração desta resenha foi o levantamento e a obtenção de teses, relatórios e artigos produzidos nos centros de pós-graduação e pesquisa do Nordeste, uma vez que boa parte desse material não chega a ser melhor divulgado e que esses centros, até bem recentemente, não mantinham maiores contatos entre si. Isto começou a ser realizado através de um processo de articulação regional promovido no âmbito da Anpocs, ainda incipiente mas com resultados já positivos e perspectivas ainda mais promissoras.

Vale ressaltar, também, que os estudos comentados não foram explorados em todos os seus detalhes e proposições, e sim no que foi considerado como suas contribuições mais centrais para o avanço do conhecimento sobre os problemas em questão.

3. Coelho e Valladares (1982).

4. A problemática da pequena produção tem sido retomada com alguma frequência, devendo-se consultar, a esse respeito, os estudos do Seminário Interamericano sobre a Pequena Produção Urbana, recém-publicados pela Sudene-OEA-IAF e Centro Josué de Castro. Como essa publicação veio ao público quando essa resenha estava praticamente terminada, foi possível apenas assinalar o seu lançamento e importância, sem comentar os diversos trabalhos que a compõem.

5. Por considerar esses padrões de subsistência de uma maneira mais global, não foram incluídos, nesta oportunidade, comentários sobre publicações que avaliam alguns dos seus aspectos particulares, como os de Rosa Borges (1975) e de Cavalcanti (1984), que tratam das dificuldades de alimentação. E nem listados os estudos voltados para a problemática de acesso ao solo e da habitação, inclusive porque eles serão objeto de uma segunda resenha dedicada especialmente a tais questões. Devido ao recorte explicitado, também não foram avaliados alguns estudos que começam a configurar uma linha de preocupações voltada para as condições de inserção e de reprodução do trabalhador *no espaço do trabalho*, aos quais serão feitas referências no final desta resenha.

6. Conforme estimativas realizadas por Souza, Guimarães Netto e Araujo (1983), ou por Guimarães Netto e Araujo (1985), cerca de um terço da força de trabalho urbana do Nordeste estaria subempregada ou exercendo atividades de baixa remuneração e produtividade, no "setor informal". Para chegar a essa proporção eles consideram o número de trabalhadores autônomos, dos que auferem um nível de renda até meio salário mínimo, daqueles que não estão vinculados ao sistema de previdência social e dos que trabalham em estabelecimentos que empregam até cinco pessoas.

7. Esta resenha pouco se reportou aos procedimentos metodológicos dos estudos comentados. Apesar disso, vale assinalar que uma experiência inovadora e interessante no tratamento dos problemas ocupacionais acaba de ser desenvolvida em uma ampla investigação realizada pelo Centro de Recursos Humanos da UFBA, com o apoio da Finep. Essa investigação analisou as tendências e padrões de reprodução da população e da força de trabalho na Bahia, nas últimas décadas, procurando não apenas tratar de modo integrado os seus aspectos demográficos, ocupacionais e educacionais, como, também, avaliar e reagrupar dados censitários, de modo a compor categorias de maior consistência teórica. Entre os produtos dela resultantes estão os trabalhos de Guimarães (1985), Castro e Guimarães (1985) e Castro, Franco e Guimarães (1985), textos metodológicos sobre a utilização de dados censitários para a análise das questões assinaladas, e outros que discutem aspectos demográficos ou educacionais do processo de produção e de reprodução da força de trabalho.

Bibliografia

Azais, M. Christian

1974. *L'Industrie Textile dans le Nord-Est Bresilien: une Analyse a la Lumière des Theories sur le Secteur Informel*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade de Paris I, 325pp.

Bandeira de Souza, Emanuel

1985. *Nos Porões dos Arrecifes: o Trabalhador Autônomo no Comércio de Confecções da Cidade de Recife*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada ao PIMES.

Barbosa, Cira de Melo J.

1982. *Dinâmica do Setor Informal e as Condições de Reprodução da Força de Trabalho: Estudo de Caso em Fortaleza*. Fortaleza, Universidade Federal do Ceará.

1983. "Capitalismo e Força de Trabalho: os Níveis da sua Articulação no Nordeste". In: *Capitalismo e Força de Trabalho*, Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à Universidade Federal da Bahia.

1984. *Família e Socialização da Reprodução da Classe Trabalhadora no Contexto Urbano*. Trabalho apresentado no 8.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Águas de São Pedro.

- Barbosa, Cira de Melo J. & Carvalho, Rejane V. Accioly
 1984. *Segmentação da Força de Trabalho Urbana, Organização e Consciência Social: Estudo de Caso em Fortaleza*. Recife.
- Barbosa Alvim, Maria Rosilene
 1979. "Notas sobre a Família num Grupo de Operários Têxteis". In: Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Borges, Vera Maria da R.
 1975. *Um Estudo sobre o Consumo e Adequação Alimentar em População de Baixa Renda: Grande Recife*. Recife, UFPE/Curso de Mestrado em Economia.
- Brandão, Maria D. Azevedo
 s/d. "A Regionalização da Grande Indústria no Brasil: Recife e Salvador na Década de 70". *Revista de Economia Política*, v. 5, n. 4, out./dez.
- Buarque, Sérgio C. (coord.)
 1985. *Setor Informal e Crise Econômica: Contribuição a uma Política de Emprego*. Recife, Faculdade de Ciências da Administração/ILDES.
 1985. *Teoria do Emprego e Proposições para uma Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Faculdade de Administração de Pernambuco/ILDES.
- Camarano, Ana Amélia
 1985. *Migração, Estrutura Produtiva e Perspectivas de Crescimento da População e seu Segmento Economicamente Ativo: O Caso das Regiões Metropolitanas Nordestinas*. Colóquio Internacional sobre Estrutura de Emprego e Dinâmica Espacial da Força de Trabalho, São Paulo, Fundação SEADE.
 1985b. "Caminhos para o Ano 2000: População e Força de Trabalho". *Caderno de Estudos Sociais*, v. 1, n. 1, jan./fev.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de
 1976. *Problemas de Emprego em Áreas Urbanas da Bahia*. Salvador, Universidade Federal da Bahia/CRH.
 1984. "Pauperização e Condições de Subsistência de Trabalhadores Urbanos". In: Inaiá M. M. Carvalho e Haguette, Tereza M. Frota (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Souza, Guaraci A. A. de
 1978. "Condições de Emprego no Estado da Bahia: Possibilidades e Limites de uma Ação do Governo Estadual Orientada para o Chamado Setor Informal do Mercado de Trabalho". In: *Estudos sobre Emprego e Renda na Bahia*. Salvador, SETRABES.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Brandão, Maria D. A.
 1980. "Ocupação e Emprego em Salvador: Efeitos Recentes da Industrialização". In: Luiz N. de Brito & Licia Q. Flavo (orgs.), *População, Educação, Emprego*. Salvador, Universidade Federal da Bahia/CRH.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Souza, Guaraci A. A. de
 1980. "A Produção Não Capitalista no Desenvolvimento do Capitalismo em Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Carvalho, Inaiá M. Moreira de & Castro, Nadya A.
 1984. "Sobre a Pobreza do Nordeste (Aliás, da Grande Maioria dos Nordestinos)". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Carvalho, Rejane V. Accioly
 1985. *Pequeno Comércio nas Favelas: o Circuito do Pobre Trabalhando para Pobre*. Fortaleza, Departamento de Ciências Sociais da UFCe.

- Casemiro, Liana M. Carleilal de
 1981. "Mercado Informal de Trabalho: uma Investigação Preliminar". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 12, n. 2, abril/jun.
 1985. *Acumulação Capitalista, Emprego e Crise: um Estudo de Caso*. Tese de Doutorado apresentada à USP.
 1985b. *Divisão Social do Trabalho, Crise Econômica, Pauperização: um Estudo de Caso*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia, Texto 61.
- Castro, Nadya A.
 1983. *Ejército de Reserva: Su Especificidad y Comportamiento Politico en el Desarrollo del Capitalismo en Brasil*. Tese de Doutorado apresentada à Universidade Autónoma de Mexico.
- Castro, Nadya; Franco, Tania A. & Guimarães, Iracema B.
 1985. *Mudanças na Divisão Social do Trabalho e Estrutura de Emprego no Estado da Bahia, 1950-1980*. Salvador, UFBA/CRH, mimeo.
- Castro, Nadya & Guimarães, Iracema B.
 1986. *O que é que a Baiana Faz? Os Novos Padrões de Divisão Sexual do Trabalho nas Atividades Urbanas*. Salvador, UFBA/CRH, mimeo.
- CNRH/IPEA/Unicef/Sudene
 1985. *Desigualdades Sociais no Nordeste*. Brasília.
- Cavalcanti, Clóvis
 1978. *Viabilidade do Setor Informal e Demanda de Pequenos Serviços na Grande Recife*. Recife, Minter/Sudene, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais.
 1984. *Pobreza, Carestia, Sub-Alimentação*. Recife, Massangana.
- Cavalcanti, Clóvis & Duarte, Renato
 1980. *A Procura de Espaço na Economia Urbana: o Setor Informal de Fortaleza*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
 1980b. *O Setor Informal de Salvador: Dimensão, Natureza e Significado*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
- Coelho, Lielson A. de Almeida
 1980. *Os Programas UNO: um Instrumento Eficiente de Apoio às Micro-Empresas: Algumas Evidências*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFBA.
- Coelho, Magda & Valladares, Licia do P.
 1982. "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: uma Análise Bibliográfica". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, n. 14.
- Duarte, Renato
 1980. *Migration an Urban Poverty in NorthEast Brazil*. Recife, UFPe, mimeo.
 1983. "Migração e Pobreza Urbana no Nordeste". *Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*, v. 2, n. 2, maio/ago.
 1984. "Criação de Emprego e Renda na Economia Informal Urbana do Nordeste: o Caso de Salvador e Fortaleza". In: Inaiá M. M. de Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
 1984b. *Emprego e Renda na Economia Informal da América Latina*. Recife, Massangana.
- Espinheira, Carlos G. D'Andrea
 1978. "Estudos sobre os Problemas Sócio-Econômicos da População de Baixa Renda da Região Metropolitana de Salvador". In: SETABRES, *Estudos sobre Emprego e Renda na Bahia*. Salvador.
- Estado do Ceará. Centro de Treinamento e Desenvolvimento Regional de Fortaleza
 1977. *Emprego e Renda Familiar na Região Metropolitana de Fortaleza*. Fortaleza.

- Faria, Vilmar E.
1980. "Divisão Inter-Regional do Trabalho e Pobreza Urbana: o Caso de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (órgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Ferreira, Assuero
1982. "Elementos Estruturais do Subemprego no Nordeste Brasileiro". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 13, n. 4, out./dez.
1983. "A Dinâmica da Expansão Industrial Recente no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 14, n. 2, abr./jun.
1983b. *Pobreza Urbana e Distribuição de Renda na Região Metropolitana de Fortaleza*. Curso de Mestrado em Economia, UFCe.
1985. *As Pequenas e Médias Empresas na Expansão Industrial Brasileira com Ênfase para o Estado do Ceará*. Fortaleza, Instituto Euvaldo Lodi.
1985b. "Mudanças Estruturais do Perfil Industrial no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 16, n. 3, jul./set.
- Franco, Tania
1983. *O Processo de Trabalho na Indústria Têxtil: um Estudo de Caso*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à UFBA.
- Fundação Centro de Pesquisas e Estudos da Bahia
1980. *Atividades Tradicionais: O Segmento Microempresarial (Um Estudo de Caso em Salvador)*. Salvador.
- Giuliani, Paola C.
1985. *Reflexões sobre o Projeto de Reprodução entre Assalariados: um Estudo Regional – o Estado da Paraíba*. Campina Grande, Curso de Mestrado em Sociologia, mimeo.
- Guimarães, Antonio S. A.
1986. *Regime Fabril e Formação de Classe na Indústria Petroquímica da Bahia*. Trabalho apresentado no 10.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Campos do Jordão.
- Guimarães, Antonio S. A. & Castro, Nadya A.
1986. *Movimento Sindical e Formação de Classe: Alguns Elementos para uma Discussão Teórico-Metodológica*. Trabalho apresentado no 10.º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, Campos de Jordão.
- Guimarães, Iracema B.
1986. "Bahia: Relações de Trabalho e Novas Condições de Inserção dos Indivíduos nas Atividades Urbanas". *Anais ABEP*.
- Guimarães Netto, Leonardo
1974. *Utilização da Força de Trabalho na Região Metropolitana de Recife*. Recife, CONDEPE.
1976. *O Emprego Urbano no Nordeste: Situação Atual e Evolução Recente, 1950-1970*. Recife, BNB/ETENE.
1977. *A Heterogeneidade do Mercado de Trabalho: O Caso do Nordeste*. Recife, BNB/ETENE.
1977b. *A Urbanização e a Problemática do Emprego no Nordeste*. Fortaleza, BNB/ETENE.
1984. "Notas sobre Emprego e Indústria no Nordeste". *Revista Econômica do Nordeste*, jul./set.
1985. *A Gestão do Trabalho Urbano no Nordeste*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco.
- Guimarães Netto, Leonardo & Araújo, Tania Bacelar de
1985. *Viabilidade de Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Faculdade de Ciências de Administração de Pernambuco/ILDES.

- Guimarães Netto, Leonardo & Souza, Aldemir do Vale
 1984. "A Dinâmica do Mercado de Trabalho Urbano no Nordeste". In: Inaiá M. M. de Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Haguette, André
 1980. *Consciência de Classe do Trabalhador Urbano: Ensaio de Interpretação Sociológica*. Fortaleza, UFCe, Curso de Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento, mimeo.
- Haguette, Tereza M. Frota
 1982. *O Mito das Estratégias de Sobrevivência*. Fortaleza, Edições UFCe.
 1984. "Condições de Vida e Cidadania no Nordeste". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Hirata, Helena
 1984. *Les Effects Sociaux des Grands Projets Industriels: le Pole Petrochimique de Camaçari (Bahia)*. Paris, Ministère de la Recherche.
- Ivo, Anete B. Leal
 1975. *Pesca, Tradição e Dependência*. Tese de Mestrado em Ciências Sociais apresentada à UFBA.
- Jatobá, Jorge (org.)
 1983. *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Sudene/Massangana.
 1983. "Situação Presente da Utilização da Força de Trabalho na Região e a Situação Social do Trabalhador Nordestino". In: Jorge Jatobá (org.), *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Sudene/Massangana.
- Jatobá, Jorge et alii
 1985. *Política de Emprego para o Nordeste*. Recife, Massangana.
- Jelin, Elizabeth
 1974. "Formas de Organização da Atividade Econômica e Estrutura Ocupacional: o Caso de Salvador". *Estudos Cebrap*, n. 9.
 1980. "A Baiana na Força de Trabalho: Atividade Doméstica, Produção Simples e Trabalho Assalariado em Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Kelly, Maria de Socorro Barros
 1978. *Força de Trabalho e Emprego no Nordeste, 1968-1972*. Recife, Sudene/DRH.
- Koike, Maria Marieta dos Santos
 1985. *Ganchos, Bicos e outras Virações: a Reprodução dos Trabalhadores Desempregados (O Caso da Região Metropolitana de Recife)*. Tese de Mestrado em Sociologia apresentada à UFPE.
- Lima, Nadia R. L. de Barros
 1985. *Um Trabalho sem Valor . . . Trabalho e Ideologia no Serviço Doméstico Remunerado*. Tese Mestrado em Sociologia apresenta à UFPE.
- Lopes, José Sérgio Leite et alii
 1979. *Mudança Social no Nordeste: a Reprodução da Subordinação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lopes, José Sérgio Leite & Machado da Silva, Luiz A.
 1979. "Introdução: Estratégias de Trabalho, Formas de Dominação na Produção e Subordinação Doméstica de Trabalhadores Urbanos". In: José Sergio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

- Machado Neto, Zahidé
1980. "As Meninas: Sobre o Trabalho da Criança e o Adolescente na Família Proletária". *Ciência & Cultura*, v. 32, n. 6.
- Machado da Silva, Luiz Antonio (coord.)
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*. Recife, Sudene, vol. 2.
1979. "Notas sobre os Pequenos Estabelecimentos Comerciais". In: José Sérgio Leite Lopes *et alii*, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Machado da Silva, Luiz Antonio/MDU
1981. *Nordeste: as Pequenas Cidades e o Planejamento Local*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil S/A. (Coordenação por Brasilmar Ferreira Nunes).
- Machado da Silva, Luiz Antonio *et alii*
1985. *Movimentos Sociais: para Além de Dicotomia Rural-Urbano*. João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural da UFPb.
- Minter/Sudene
1985. "Mão-de-Obra, Emprego e Renda". In: *Aspectos do Quadro Social do Nordeste*. Recife.
- Motta, Roberto M. Cortez
1984. "Xangô e Estratégia de Sobrevivência". In: Inaiá M. M. Carvalho & Tereza M. F. Haguette (orgs.), *Trabalho e Condições de Vida no Nordeste Brasileiro*. São Paulo/Brasília, Hucitec/CNPq.
- Motta, Roberto M. Cortez & Scott, Perry (orgs.)
1983. *Sobrevivência e Fontes de Renda: Estratégias das Famílias de Baixa Renda no Recife*. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana.
- Nascimento, Elimar
1985. "Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Menos que um Balanço Crítico, Mais que uma Resenha". In: Luiz Antonio Machado da Silva *et alii*, *Movimentos Sociais: para Além da Dicotomia Rural-Urbano*. João Pessoa, Centro de Estudos e Pesquisas Josué de Castro/Mestrado em Sociologia Rural da UFPb.
1985b. *Subsídios à Formulação de uma Nova Política Urbana Regional. Estado e Movimentos Sociais Urbanos no Nordeste: Análise e Proposta*. Recife, Centro de Estudos e Pesquisa Josué de Castro.
- Oliveira, Aécio Alves
1983. *Industrialização do Nordeste: uma Evidência Empírica de seus Efeitos*. Fortaleza, Curso de Mestrado em Economia da UFCE.
- Oliveira, Aécio Alves & Casemiro, Liana M. Carleial de
s/d. "Consideração sobre Acumulação, Emprego e Crise na Região Metropolitana de Fortaleza". *Revista Econômica do Nordeste*, v. 16, n. 1.
- Oliveira, Francisco de
1983. *Classe e Identidade de Classe em Salvador: À Procura do Elo Perdido*. Paris, mimeo.
- Pellerin, Georges
1972. *Oferta e Demanda de Mão-de-Obra no Nordeste*. Recife, Sudene.
1976. *O Emprego Industrial no Nordeste*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFPE.
- Pessoa, Helena (coord.)
1978. *Estratos Ocupacionais de Baixa Renda*. Vol. 1, Recife, Sudene.
- Prandi, José Reginaldo
1978. *O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital*. São Paulo, Símbolo.
1980. "Trabalhadores por Conta Própria em Salvador". In: Guaraci A. A. de & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.

- Seminário Interamericano sobre a Pequena Produção Urbana
1985. *Anais* . . . Recife, Sudene/OEA/IAP/CIC, 2 vols.
- Silva, José Antonio R. da
1976. *Determinantes de Renda das Populações Pobres: os Empregados e os Autônomos (O Caso de Fortaleza)*. Tese de Mestrado em Economia apresentada à UFCE.
- Silva, José Hamilton G. et alii
1976. *Subutilização de Recursos Humanos em Áreas Urbano-Marginais Seleccionadas no Nordeste do Brasil*. UFCE, Curso de Mestrado em Economia.
- Singer, Paul et alii
1976. "Demanda por Alimentos na Área Metropolitana de Salvador". *Cadernos Cebrap*, n. 34.
1980. "A Economia Urbana de um Ponto de Vista Estrutural: o Caso de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.
- Souza, Aldemir do Vale & Araújo, Tarcísio Patrício
1983. *Apoio a Micro-Empresas: Limites do Possível*. Recife, Sudene/Fundação Joaquim Nabuco.
- Souza, Aldemir do Vale; Guimarães Neto, Leonardo & Araújo, Tarcísio Patrício de
1983b. "Evolução do Emprego no Meio Urbano". In: Jorge Jatobá (org.), *Emprego no Nordeste, 1950-1980: Modernização e Heterogeneidade*. Recife, Fundação Joaquim Nabuco/Massanga.
- Souza, Celina Maria de
1985. *Metropolização Brasileira: uma Análise dos Anos Setenta*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Souza, Guaraci A. Alves de
1978. *Migração e Subemprego em Salvador*. Tese de Mestrado apresentada à Fundação CPE, Salvador.
1980. "Urbanização e Fluxos Migratórios para Salvador". In: Hélio Moura, *Migração Interna. Textos Seleccionados*. Fortaleza, BNB.
- Souza, Guaracy A. Alves & Faria, Vilmar F. (orgs.)
1980b. *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis Vozes.
- Sudene
1984. *Proposições de Política Social para o Nordeste*. Recife, Superintendência Adjunta de Desenvolvimento Social e Infra-Estrutura.
- Teixeira, Amélia Rosa
1979. "Notas sobre a Carteira de Trabalho e a Cobertura Previdenciária". In: José Sérgio Leite Lopes et alii, *Mudança Social no Nordeste*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- União de Assistência a Pequenas Organizações
1980. *Caracterização da Micro-Empresa e do Micro-Empresário da Região Metropolitana de Recife*. Recife.
- Vasconcelos, Pedro de Almeida
1985. *Le Travail Informel Urbain au Brésil: Analyse Historique et Variations Spatiales au Niveaux des Etats, de leurs Régions Métropolitaines et de la Région de Salvador*. Tese de Doutorado apresentada à Université d'Ottawa.
- Vianna, Angela Ramalho
1980. "Estratégias de Sobrevivência em um Bairro Pobre de Salvador". In: Guaraci A. A. de Souza & Vilmar E. Faria (orgs.), *Bahia de Todos os Pobres*. Petrópolis, Vozes.

Ciência: Mitos, Equívocos e Controvérsias*

Edmundo Campos Coelho

Após a Reforma Universitária de 1968 ocorreram muitas transformações na universidade brasileira, e com elas surgiram novos problemas. Nestes dezessete anos a pesquisa científica expandiu-se em ritmo acelerado, foi instituída a pós-graduação e multiplicaram-se os centros de formação pós-graduada, constituiu-se uma comunidade científica acadêmica numerosa e razoavelmente organizada, os recursos governamentais para a pesquisa universitária nunca foram tão abundantes e jamais foram tão satisfatórias as condições de trabalho dos cientistas, ainda que a persistente insatisfação destes possa sugerir o contrário.

Mas ao mesmo tempo a demanda por vagas criou uma pressão muito grande sobre o sistema universitário, as matrículas expandiram-se demasiada e desordenadamente, a ampliação dos quadros docentes não obedeceu a nenhum planejamento e as universidades viram minguar em termos relativos os seus recursos orçamentários. Não parece que a qualidade do ensino universitário tenha melhorado durante este período. Neste particular quero chamar a atenção para o fato de que o corpo docente das universidades registrou escassas taxas de qualificação, e que tentativas de melhorá-las através dos programas de pós-graduação encontraram firme resistência.

Uma conseqüência da conjunção destas tendências foi a instauração nas universidades de uma divisão profunda entre o ensino e a pesquisa, por um lado, e entre os níveis de graduação e pós-graduação, por outro. Entretanto, como os recursos federais para a pesquisa universitária foram naturalmente canalizados para os docentes mais qualificados em programas de doutoramento no país e no exterior; e como, ademais, estes docentes estavam concentrados nos programas de pós-graduação, a divisória foi traçada alinhando de um lado o ensino com a graduação, e de outro a pesquisa com a pós-graduação. E é assim que a universidade brasileira está hoje composta de dois segmentos fragilmente interligados, um dos quais já escapou virtualmente do seu controle. Por efeito das modalidades de financiamento à pesquisa, a pós-graduação vincula-se à universidade apenas pela folha de salários pagos aos docentes-pesquisadores e pela ocupação de suas instalações físicas. No mais, ela saiu da órbita do sistema educacional sob o MEC para gravitar pelo sistema de ciência e tecnologia vinculado, até princípios de 1985, à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (CNPq, Finep) e empresas estatais. Para muitos observadores do nosso sistema universitário esta situação não apenas é normal,

* Este trabalho constitui o primeiro capítulo do livro que publicarei em breve, intitulado *A Sinecura Acadêmica: a Política do Ensino e da Pesquisa*.

mas também é desejável; e o que não lhes parece faltar são argumentos em defesa da autonomia do binômio pesquisa/pós-graduação frente às administrações universitárias.

Tais argumentos supõem que a dissociação entre ensino e pesquisa é algo *natural* que reside na constituição essencialmente distinta dessas duas atividades; pretendo examinar alguns deles mas nos meus próprios termos. Não discutirei as relações entre ensino e pesquisa como se existisse um *princípio de unidade* entre ambos. O termo "princípio" sempre sugere a conotação de coisa abstrata, fixa e invariável em qualquer tempo e lugar, o que confunde mais do que esclarece quando se trata de analisar algo que é variável e impermanente. Será necessário também evitar as armadilhas da linguagem que nos levam a reificar conceitos como "ciência" fazendo-nos esquecer que se trata de uma atividade humana nada transcendente, e de que o muito de mistério e esoterismo associado à ciência constitui-se de mitos criados pelos próprios cientistas.

A ciência é uma atividade humana; e será sociologicamente indefensável examiná-la independentemente das motivações, interesses e comportamentos individuais e de grupo que lhe dão seu significado social. Por que os cientistas contemporâneos defendem a idéia de que só profissionais credenciados para a atividade, através de uma educação específica e formal, têm competência e autoridade para definir o que é a ciência e para avaliar o trabalho uns dos outros? Por que é tão importante para eles a distinção entre ciência e outras modalidades de conhecimento, ou entre o cientista profissional e o amador? Sabemos que nem sempre foi assim, e que muitos dos progressos do conhecimento sobre a natureza e a sociedade foram produzidos por pessoas que não seriam consideradas cientistas pelos critérios de ciência contemporânea; sabemos também que nem sempre existiu a ciência como um corpo de conhecimento separado, por exemplo, do conhecimento filosófico ou da religião. A autonomia institucional da ciência e a profissionalização do trabalho científico são fenômenos relativamente recentes e ocorreram de forma mais ou menos semelhante ao que se verificou na medicina e em várias outras atividades que se tornaram profissões.¹ Ora, a ascensão dessas profissões resultou da conquista de um monopólio seja sobre a produção de um corpo particular de conhecimentos, seja sobre a prestação de determinados serviços. Não creio que as coisas tenham se passado de maneira diferente na área da ciência, embora seja no mínimo curioso que

esta perspectiva não seja muito comum no estudo sociológico da atividade científica, como se tratasse de uma profissão essencialmente diversa das demais. Pode ser até mesmo que nisto se manifeste a força dos mitos da ciência, que procuram apresentá-la como uma atividade livre de interesses mercantilistas, imune ao apelo de valores materiais e ao egoísmo, isenta de ambições subalternas e devotada apenas à busca da verdade como valor último. Mas os mitos, tanto quanto seus propagadores, não têm a pretensão de dizer a verdade (ou pelo menos toda a verdade); visam apenas influir sobre, e se possível impor, interpretações da realidade.

Dizer que a ciência é uma atividade humana significa também que é necessário remeter a análise à constelação das forças que na sociedade produzem a diversidade histórica de definições de ciência tanto quanto a diversidade de formas historicamente observáveis de organização da ciência. Isto quer dizer que a forma contemporânea de organização da atividade científica não é historicamente necessária, mas contingente; que ela é uma entre várias outras que poderiam ter ocorrido se as condições gerais da sociedade lhes tivessem sido propícias; que ela não é a melhor nem a mais eficiente, mas apenas a forma permitida pelo jogo das forças sociais num determinado momento da história.

Isso posto, posso agora expor os argumentos com os quais se advoga a separação entre ensino e pesquisa. São eles: o da excepcionalidade histórica; o da autonomia; e, o da "comunidade de talentos".

O Argumento da Excepcionalidade Histórica

Para começar, é importante examinar a afirmação de que a unidade entre o ensino e a pesquisa foi um acidente produzido por uma conjunção excepcional de fatores dentro da sociedade e da universidade alemãs do século XIX, mas jamais repetido em qualquer outro lugar ou tempo posterior. Após notar que "o postulado da unidade ensino-pesquisa não é, de forma alguma, auto-evidente", Simon Schwartzman continua:

"As universidades brasileiras são organizadas em função da educação profissional e a Alemanha do século XIX talvez seja o único caso histórico de uma união realmente efetiva entre pesquisa científica e ensino profissional. Os Estados Unidos hoje possuem uma atividade científica universitária de alto nível, mas ela está, essencialmente,

ligada à formação de cientistas profissionais, através de seus programas de Ph.D. Outros países — os exemplos mais claros atuais são a França com o CNRS (Centre Nationale de la Recherche Scientifique) e a União Soviética, com a Academia de Ciências — mantêm a atividade científica bastante separada da atividade universitária, do ponto de vista institucional, ainda que possa haver, evidentemente, diferentes formas de inter-relacionamento e cooperação” (1980: 58-9).

Infelizmente, Schwartzman nada diz sobre, por exemplo, a situação da pesquisa científica nas universidades americanas (e russas) no século XIX ou mesmo nas primeiras décadas do século XX, o que faria a comparação histórica muito mais relevante e apropriada. Em parte por isso estabeleço em seguida algumas linhas de comparação entre sistemas nacionais de ensino universitário, mas também para enfatizar, por contraste com a situação atual, o caráter sempre contingente das formas de relação entre o ensino e a pesquisa.

a) Alemanha

O princípio da unidade entre ensino e pesquisa foi uma criação dos reformadores da universidade alemã na primeira metade do século XIX. Todavia, seu significado original era bastante diverso daquele que viria a predominar na segunda metade do século fazendo das universidades alemãs neste período os grandes centros da produção científica européia.

A noção humboldtiana de que a universidade era o lugar onde professores e seus estudantes poderiam dedicar-se ao cultivo desinteressado do “saber” (*Wissenschaft*) não incorporava a idéia de que a contribuição original a este saber constituísse um fim em si mesmo, pois o que visavam os reformadores era um instrumento para a formação da personalidade do indivíduo e para a aquisição de hábitos de pensamento claro e original. De fato, a idéia de contribuir para o aumento do saber não lhes agradava, pelas semelhanças com a preferência de tradição iluminista pela “coleta” de fatos. Pelo contrário, a influência do neo-humanismo e da *Naturphilosophie* orientava os reformadores para a noção de um saber orgânico e unitário (McClelland, 1980: 124). Era-lhes estranha a concepção do conhecimento compartimentalizado em especialidades disciplinares e a diversidade de métodos.

A *Wissenschaftsideologie*, a ideologia do “saber pelo saber”, que tomou impulso original-

mente nas escolas de filosofia e humanidades, tinha um nítido sabor romântico e idealista. Constituíra uma espécie de reação contra o pragmatismo do Iluminismo que havia impregnado as antigas universidades alemãs, e ao qual se atribuía parcialmente o “espírito” predominante na burocracia prussiana incapaz de reagir com “idéias novas” à avalanche napoleônica que terminaria na derrota em Iena, em 1806. A nova universidade dos reformadores deveria ser o símbolo da renovação nacional. Por outro lado, foi esta reação ao pragmatismo do Iluminismo e, de certa forma, ao utilitarismo pequeno burguês que determinou o deslocamento para fora da universidade dos estudos “práticos” para a formação profissional; às universidades caberia apenas o ensino da base intelectual das carreiras profissionais.

Ao longo da segunda metade do século XIX a *Wissenschaftsideologie* foi ganhando terreno na área das ciências naturais, ao mesmo tempo em que a concepção original de saber cedia lugar a uma noção mais positivista e empírica de “ciência”. Foram vários os fatores que contribuíram para esta mudança, mas a intervenção do Estado nos processos de recrutamento e de fixação de critérios para a progressão na carreira docente foi fundamental (Turner, 1971). Embora o objetivo fosse mais a excelência do ensino do que propriamente a contribuição original ao saber, o Estado estabeleceu a publicação de trabalhos originais como o critério da competência, o que deu impulso à pesquisa e estimulou a competição entre os *Ordinarien* (professores titulares) e os *Privatdozenten*, abrindo espaço para que estes últimos renovassem currículos e criassem novas disciplinas. A própria competição entre as universidades, tanto por estudantes quando por docentes altamente qualificados, resultava numa fermentação intelectual sem precedentes.

Também a expansão dos seminários e institutos, freqüentemente com o apoio do Estado, deu impulso à especialização e ao desenvolvimento da pesquisa:

“De maneira típica, o líder do seminário (professor) escolheria a área mais ampla a ser investigada; os participantes do seminário (estudantes) dividiriam então o trabalho em unidades discretas. Muito cedo em sua carreira acadêmica o jovem pesquisador era assim introduzido a hábitos de estreita meticulosidade em contraposição à orientação universalista característica dos escritores do século dezoito” (McClelland, 1980: 180).

Perdia sua força a noção do saber como um corpo orgânico e totalizante. Todavia, e como observou Ben-David (1972: 89), os seminários e institutos eram de iniciativa pessoal dos catedráticos e institucionalmente não faziam parte da universidade, que por eles não se sentia responsável. Favorecia-os, entretanto, como forma de gratificar os professores de prestígio.

A própria pesquisa não era uma atividade de tempo integral, uma profissão e uma carreira no sentido atual destes termos. Os *Ordinariens* eram remunerados em parte com as taxas pagas pelos estudantes inscritos nos seus cursos e se não havia estudantes não havia salário, tal como ocorria com os *Privatdozenten*. A pesquisa era profissional apenas no sentido do rigor dos critérios de recrutamento, da qualidade, da crítica interna e da autonomia de escolha científica. Ao espírito do professor alemão da segunda metade do século XIX era totalmente estranha a idéia da ciência como esfera autônoma, e repugnava-lhe a noção da pesquisa como profissão e carreira independentes das atividades docentes. Pelo contrário, a pesquisa era essencialmente definida como um instrumento pedagógico, "uma atividade a ser exigida mesmo dos indivíduos destinados às carreiras estritamente práticas" (Turner, 1971: 153). O programa de três anos de estudo, com um único grau ou nível, certamente era muito especializado para formar um estudante generalista; mas, sem dúvida, era também muito pouco especializado para treinar pesquisadores profissionais.

A despeito de todas as suas realizações e da excelência do seu trabalho, a universidade alemã era uma instituição apropriada a uma ordem pré-industrial, incapaz de responder às demandas do processo de industrialização. Suas deficiências ficariam patentes ao findar do século XIX e na medida em que se desenvolvia o setor produtivo. A ciência transbordaria das fronteiras da universidade, e um exemplo disto seria a criação do Kaiser-Wilhelm-Gesellschaft em 1911 (mais tarde Instituto Max Planck), financiado por industriais que perceberam a utilidade da ciência no campo prático. O papel do setor produtivo privado no financiamento da pesquisa científica cresceria continuamente desde o início deste século, assim como o espaço ocupado por instituições não universitárias de pesquisa. Este padrão viria a predominar após a II Grande Guerra.

b) França

Na primeira metade do século XIX Paris era, na expressão de Humboldt, "a verdadeira me-

trópole da ciência". A história da perda desta liderança já na segunda metade do século não pode ser contada aqui senão nos seus traços básicos.

A Revolução, sob o pretexto de que as universidades e instituições científicas eram repletas de privilégios corporativos, destruiu-as, com exceção do Collège Royal (mais tarde Collège de France). As reformas napoleônicas restauraram muitas destas instituições, criaram outras como a École Polytechnique, mas sob formas inteiramente distintas. Um dos aspectos destas transformações foi o de atribuir a tipos diferentes de instituições uma função particular. Assim, a pesquisa foi concentrada nos grandes estabelecimentos científicos como o Collège de France ou o Muséum d'Histoire Naturelle; o ensino das profissões e formação de professores para os *lycées* foram entregues às *facultés* onde também ensinavam-se as ciências, mas não se fazia ciência; finalmente, a formação de técnicos para a administração do estado era encargo das *grande écoles* (Gilpin, 1968: 86-87). Neste conjunto, a pesquisa destacava-se na École Polytechnique, pioneira na introdução de laboratórios no ensino de terceiro nível, e na École Normale Supérieure responsável pela formação de parte considerável da elite científica da época. Quanto às *facultés*, estavam por demais impregnadas da tradição de uma cultura clássica voltada para a literatura, filosofia e ciências matemáticas.

Esta separação institucional entre ensino e pesquisa — entre as *facultés*, por um lado, e as instituições não-universitárias, por outro — ajustava-se bem à concepção francesa do professor como indivíduo detentor de saber enciclopédico, o *savant* mas não o especialista que contribuísse para o avanço do conhecimento. Mas sobretudo a extrema centralização do sistema educacional não abria espaço para muitas inovações, e conduzia a uma rígida padronização de currículos e procedimentos. Uma manifestação deste excesso centralizador era certamente a posição dominante de Paris na ciência francesa, exatamente o inverso da descentralização do sistema universitário alemão que estimulava a diversidade e a competição. Por outro lado, os currículos não comportavam inovações porque com base neles eram montados os *concours* para admissão às *grande écoles* e à carreira docente nas *facultés*:

"enquanto que o professor alemão era selecionado porque demonstrava capacidade para o trabalho científico original, o professor francês o era através de um exame do

seu domínio do conhecimento já existente. O sistema francês produziu uma elite de grande erudição para as universidades e *lycées*; o alemão orientou para a pesquisa os indivíduos capazes, do que resultava pesquisadores científicos criativos” (Gilpin, 1968: 103).

A inserção das instituições universitárias como ramo da administração pública também não estimulava a competição intelectual ou a excelência do desempenho; pelo contrário, privilegiava o caráter meramente credencialista da educação superior.

Após o Segundo Império, o movimento da reforma do ensino superior, que desembocaria na Reforma de 1860 que reagrupou as *facultés* em universidades, insistiu permanentemente na idéia de promover a pesquisa científica como função essencial da vocação universitária: somente a universidade, diziam os reformadores, estão adaptadas à natureza do saber, à sua diversidade e unidade. Nas *facultés* de ciências havia uma produção intelectual e uma pesquisa bastante limitada, produto marginal do sistema que consagrara a divisão do trabalho entre as instituições do ensino superior. Assim,

“pensava-se que a criação das universidades facilitaria o desenvolvimento da pesquisa. Os detalhes desta transformação eram geralmente pouco precisos, em particular porque os reformadores previam que as universidades seriam, pelo menos no começo, uma união administrativa das faculdades profissionais existentes. Contudo, dado que por definição a ciência e a pesquisa deviam ser realizadas nas universidades, estava-se de acordo em que a ciência desinteressada encontraria na ampla e liberal organização de um centro universitário o lugar que lhe é necessariamente recusado, ou reduzido, numa faculdade isolada onde o ensino profissional reina absoluto e exclusivo” (Weisz, 1977: 229).

Os interesses dos reformadores, geralmente intelectuais e cientistas, eram no entanto contraditórios. A introdução da pesquisa científica numa posição de relevo dentro da universidade parecia-lhes o caminho para a obtenção de prestígio internacional, reconhecimento de suas realizações, autonomia de trabalho e recursos financeiros; mas ao mesmo tempo desejavam conservar suas posições estáveis de funcionários de uma burocracia estatal centralizadora. Após 1880, uma nova geração de altos funcionários

constituída por egressos da *École Normale* daria sua adesão plena às idéias reformistas, mas também compartilharia de suas contradições (Weisz, 1977).

O fato é que a universidade francesa permaneceu dedicada ao ensino de uma cultura clássica e retórica e ao credenciamento de profissionais para o mercado de trabalho. Ao contrário do que ocorrera na Alemanha, as carreiras na burocracia e no setor privado da economia eram mais gratificantes na França do que a carreira científica na universidade, embora o prestígio da ciência aí não fosse pequeno. De alguma forma, a inserção do sistema universitário na administração pública também não atraía vocações, situação que permanece até os dias de hoje:

“independentemente dos méritos individuais os professores tendem a ter carreiras e remuneração semelhantes, em grande parte porque os professores são funcionários públicos sob a autoridade do serviço público francês. Este conceito de ‘remuneração igual por trabalho igual’ tem dificultado os incentivos para que os professores pesquisem, ou a elevação dos salários nas áreas menos desenvolvidas com a finalidade de atrair os jovens. Mesmo em épocas recentes a noção de igualdade tem solapado as tentativas do governo francês para estimular mais pesquisas na universidade” (Gilpin, 1968: 98).

O que é surpreendente neste sistema é a sua capacidade de resistir a qualquer mudança. A “asfíxiante centralização napoleônica” que leva à excessiva padronização e à exagerada ênfase no formalismo (Crozier, 1972: 118), a “combinação de jacobinismo igualitário e de aristocratismo escolar” que produz uma disposição ambivalente com relação às realizações científicas e leva à defesa coletiva contra as diferenciações baseadas no desempenho e à exaltação dos grandes intelectuais (Bourdieu, 1984: 133-4) parecem ser traços profundamente enraizados no espírito francês, tal como a cultura literária. Um observador comentava que o francês culto admite tranquilamente, sem o menor complexo de inferioridade, sua ignorância da física nuclear ou da biologia molecular, mas jamais ousará revelar que não leu Stendhal ou Paul Valéry (Levy, 1980: 159-60); e outro notava que o poder universitário está concentrado nas disciplinas canônicas (história da literatura francesa, letras clássicas ou filosofia) estreitamente ligadas aos programas e às provas escolares e através destas ao ensino secundário (Bourdieu, 1984: 134).

c) *Estados Unidos*

A influência da universidade alemã sobre a norte-americana do século XIX é fato bem estabelecido, mas é importante enfatizar diferenças que são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da atividade científica nesta última. Por exemplo, a pesquisa básica não teve na sociedade americana do século XIX, pragmática e utilitarista, o mesmo prestígio que alcançou na Alemanha (Shryock, 1962), e a idéia do saber desinteressado, da ciência como um valor em si mesma teve conotações absolutamente diferentes nos Estados Unidos:

“Como vimos, o conceito do ‘saber pelo saber’ nunca esteve livre de ambigüidade. Na Alemanha ele trazia conotações de filosofia idealista, de religião e de um ideal de realização cultural aristocrática ou *Bildung*. Na América estes termos vieram significar, como regra, conhecimento aplicado a serviço da sociedade” (O’Boyle, 1983: 23).

Estes mesmos utilitarismo e pragmatismo não permitiam, como ainda não permitem em medida considerável, que as universidades se dessem ao luxo de distinções tais como ensino-pesquisa, ensino de graduação-ensino de pós-graduação, pesquisa básica-pesquisa aplicada. Pelo contrário, e como mostrou Ben-David, o ensino de graduação, pelo menos até o início da década de cinqüenta, era ministrado por cientistas competentes como parte substancial de seu trabalho; o estímulo para a pesquisa vinha de uma demanda real ou potencial por serviços em áreas definidas de maneira vaga e não-científica; e o treinamento de profissionais liberais era uma função normal mesmo das *schools* mais orientadas para a pesquisa (1972: 51, 93, 102). E ao contrário do que geralmente se pensa, o treinamento de profissionais em nível avançado foi de grande importância para o fortalecimento das áreas de ciência básica: a pós-graduação profissional ampliou o mercado de trabalho para os Ph.Ds. das áreas básicas ao criar demanda por docentes altamente qualificados.

A idéia de que o ensino profissional está desvinculado da pesquisa científica nos programas americanos de doutorado é só parcialmente verdadeira, e retrata apenas uma situação muito recente. De fato, ela é posterior à Segunda Grande Guerra e só ganhou contornos bem claros após o lançamento do Sputnik na década de cinqüenta. Comentando as transformações ocorridas após o segundo conflito mundial, observa Ben-David que:

“Antes desta época a pesquisa era uma espécie de *overhead* do ensino. A maior parte dos recursos da universidade vinha do ensino liberal de graduação e profissional. A educação pós-graduada nas artes e ciências desenvolvia-se em estreita relação com os estudos graduados e profissionais, especialmente como resultado da demanda por professores competentes nas novas disciplinas. A pesquisa era uma condição para o treinamento de estudantes pós-graduados, mas esta não era a única finalidade da pesquisa. Algumas universidades americanas consideravam-na como uma *atividade independente* que não necessitava de nenhuma justificção; mas ainda assim julgavam que o treinamento de estudantes pós-graduados era a mais importante aplicação ‘prática’ da pesquisa universitária” (1972: 107).

Vê-se, assim, que a pesquisa nos programas de pós-graduação americanos destinava-se também à qualificação de docentes para a universidade, não estava desvinculada do ensino profissional ao nível de graduação e servia ao treinamento avançado para qualquer área de atividade, e não apenas para as carreiras científicas. É correto que houve tentativas de isolar a pesquisa científica do ensino de graduação já na segunda metade do século XIX: William Rainey Harper, presidente da Universidade de Chicago tentou a separação institucional entre o *college* e a universidade como forma de dotar esta última de um corpo docente distinto e de torná-la a sede da pesquisa científica; mas o que prevaleceu foram posições como a de Charles W. Elliot, presidente de Harvard, que embora visse a pesquisa ao nível de pós-graduação como o coroamento de todo o sistema universitário, defendia sua integração com o ensino graduado e insistia também em suas aplicações práticas como únicas estratégias capazes de atrair recursos privados para a universidade.

Este espírito pragmático haveria, por outro lado, de marcar a atividade de pesquisa com uma forte orientação empresarial na sua fase de profissionalização. Como observou Ben-David,

“a pesquisa se tornou um serviço profissional similar ao direito ou a medicina, e um Ph.D. em humanidades ou em ciências tinha a mesma função que a de um M.D. em medicina. Ambos os títulos designavam praticantes qualificados. Isto implicava uma atitude muito mais empresarial em relação à pesquisa do que a que havia prevalecido antes. A pesquisa não era nem o passa-tempo dos

excepcionalmente talentosos nem do punhado de carismáticos, mas era uma carreira na qual era justificado, dentro dos limites da ética profissional, procurar oportunidades de trabalho e vender serviços sob as melhores condições possíveis" (1972: 102).

d) Brasil

O caso brasileiro merece uma referência pela tendência em amalgamar elementos díspares dos modelos estrangeiros, e até mesmo porque na tradição universitária brasileira a unidade do ensino com a pesquisa foi sempre um *princípio* das diversas reformas.

Na Reforma Francisco Campos (Decreto n.º 19.951 de 11.04.1931) o ensino superior seria organizado em universidades, com o que pretendia remediar deficiências do modelo vigente, composto de uma coleção de escolas e faculdades profissionais virtualmente autônomas onde qualquer unidade existia apenas na letra da lei. E de fato, o arcabouço formal da estrutura universitária estava contido na reforma, apenas que nunca funcionou: permaneceu a ampla autonomia didática, administrativa e financeira das diversas escolas frente a administração central das universidades. O modelo "napoleônico" se completaria em 1939 com a Reforma Capanema que implantou no país o regime da padronização uniforme para o ensino superior brasileiro. Todos os currículos passaram a obedecer às normas do MEC.

As mensagens que acompanharam as reformas de 1931 e 1939 insistiam no duplo papel da universidade como centro de treinamento das elites profissionais e como ambiente propício para as vocações especulativas e desinteressadas; a universidade deveria transcender ao propósito de ensino para envolver-se com a investigação e a ciência pura. O lugar por excelência desta seriam as Faculdades de Educação, Ciências e Letras na reforma de 1931, transformadas em Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras em 1939, às quais se atribuía também o papel "eminentemente prático e utilitário" de formação do pessoal do magistério secundário e normal. Esta viria a ser sua função preponderante, senão exclusiva. A pesquisa científica ficaria circunscrita a algumas instituições não-universitárias ligadas a secretarias de estado ou a ministérios (Museu Nacional, Instituto de Mangueiras, Instituto Butantã, Observatório Nacional etc.) e seria quase sempre dirigida para finalidades práticas (saúde pública, agronomia, meteorologia etc.).

As ligações entre as universidades e estes institutos ou centros de pesquisa eram muito frágeis; os pesquisadores, até 1937, podiam ministrar cursos nas escolas e faculdades profissionais, mas eles o faziam como forma de complementar salários. Em 1937 a "lei da desacumulação" interrompeu esta prática. Era natural que muitas vocações para a pesquisa se frustrassem em tal ambiente intelectual e manifestassem seu descontentamento com a preponderância do ensino profissional. Creio, todavia, que há exagero em se falar de hostilidade das escolas profissionais em relação à ciência, inclusive porque não havia ciência para ser hostilizada, nem comunidade científica para ameaçar a posição dos professores. O que havia era uma idéia excessivamente idealizada e romântica da atividade científica, geralmente livre e sem muita referência na prática, à qual davam circulação amadores da ciência, membros da elite culta da época e um certo número de "cientistas" sem a menor formação avançada nos procedimentos de pesquisa. Eram eles que hostilizavam o ensino profissional, não sem uma considerável carga de arrogância dificilmente compreensível tendo em vista sua própria carência de treino científico.² O conflito tornou-se inevitável.

Um bom exemplo é a experiência de implantação da pesquisa científica na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (USP). O projeto original previa a transferência dos cursos básicos de ciência do currículo das escolas profissionais para o da Faculdade, onde seriam ministrados por cientistas contratados no exterior, e expurgados dos interesses práticos da formação meramente profissional. O espírito era bem o das universidades alemãs do século XIX, embora o modelo da USP fosse a Sorbonne, e o da Faculdade as *facultés de sciences* francesas. Era tão intensa a adesão ao ideal da "ciência desinteressada", do "saber pelo saber" que entre os fundadores da USP haviam sérias dúvidas a respeito de se as escolas profissionais deveriam ser incorporadas à nova universidade, pois receavam que viessem a contaminá-la com seus "vícios incuráveis"; a inclusão foi decidida com base na convicção de que o contrário ocorreria se houvesse severa vigilância, e de que as escolas profissionais terminariam por ceder à força irradiadora da ciência. Um prognóstico irreal e excessivamente otimista como se veria depois.

A noção idealizada de ciência que animava os fundadores da USP tinha suas raízes em movimentos reformistas dos anos 20, como o da Associação Brasileira de Educação que defendia a idéia de uma universidade onde ciência

e ensino profissional permaneceriam segregados como se fossem elementos irreconciliáveis; e o discurso da ciência "pura" e do "saber desinteressado" chegava às vezes aos limites da mais delirante exaltação, como se lê em alguns depoimentos e citações coletados e reproduzidos por Simon Schwartzman em seu livro sobre a formação da comunidade científica brasileira (1979, especialmente cap. 6, 7 e 8). No entanto, a importância inegável da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP na formação de toda uma geração de cientistas parece estar mais intimamente ligada à excelência do ensino de ciências que proporcionou na época do que propriamente às dimensões ou originalidade da pesquisa científica realizada por seus professores e alunos.

De fato, a pesquisa na Faculdade era feita em laboratórios pequenos onde o professor, geralmente estrangeiro, podia dedicar-se aos seus interesses científicos pessoais, cercado por um número restrito de estudantes por ele selecionado; quando não improvisado para experimentos, o laboratório era, via de regra, pobremente equipado e o trabalho de pesquisa ocupava pequena parcela do orçamento de tempo do professor que o consumia quase todo em atividades de ensino.³ Mas esse era certamente estimulante e a participação dos estudantes nos projetos dos professores cristalizava vocações, ainda que a pesquisa estivesse longe de ser de fronteira ou original. E nem sempre esse ensino dinâmico foi ministrado por cientistas profissionais, como eram os estrangeiros; muitas vezes, e não só na USP, ele esteve a cargo de docentes bem dotados mas carentes de base científica experimental, os "propiciadores da ciência" como os chamou Schwartzman. Seja como for, a experiência da Faculdade foi um marco na história do ensino da ciência em universidades brasileiras, embora a pesquisa propriamente dita fosse permanecer por muito tempo ainda como atividade marginal dentro e fora das instituições universitárias, a exceção de alguns poucos centros e institutos isolados.

Pois bem, o que se conclui da comparação desses casos? Em primeiro lugar que não é inteiramente correta a afirmação da excepcionalidade histórica da universidade alemã do século XIX no que diz respeito à integração entre ensino e pesquisa; nos Estados Unidos esta integração só se desfez a partir da II Grande Guerra, com os pesados investimentos federais na pesquisa científica. Outra evidência que desconfirma a tese da excepcionalidade alemã é fornecida pela Rússia: com o estatuto de 1860, mas principalmente a partir de 1863, as universidades russas

tomaram-se centros de pesquisa muito mais importantes e inovadores do que a conservadora Academia de Ciências (Vucinich, 1970: 73-83/199-213); esta situação só se inverteria com a revolução de 1914.

Em segundo lugar, é fundamental reter o que mostra a comparação entre Alemanha e Estados Unidos: a "unidade" entre o ensino e a pesquisa pode ocorrer inspirada em concepções diametralmente opostas sobre a natureza da ciência. O pragmatismo americano funda sua concepção de ciência numa sólida orientação para a prestação de serviços, ao contrário do idealismo alemão que a concebe como realização cultural aristocrática totalmente desvinculada dos interesses materiais da burguesia. Vê-se como é infundada a noção de que a ciência é "por natureza", ou "essencialmente", incompatível com as atividades de ensino; de fato, o que é a "natureza" ou a "essência" da atividade científica é algo definido socialmente, e a "incompatibilidade" nada mais é do que a forma de dizer que algumas pessoas, grupos ou estratos sociais não desejam, por razões muito concretas, ver a pesquisa associada ao ensino.

Em terceiro lugar, o que aproxima os casos da França e do Brasil não é tanto a separação entre ensino e pesquisa, mas o pouco apreço que merece a ciência no ambiente cultural e junto das elites dirigentes. Na França como no Brasil as universidades tiveram mais funções de seleção e de recrutamento para grupos de status ou estratos sociais bem definidos do que de treinamento para atividades produtivas. A competência adquirida torna-se menos importante do que a certificação de que o indivíduo foi submetido ao processo de socialização nos valores da cultura dos grupos ou estratos para os quais é encaminhado pelo sistema educacional. A ênfase nos concursos e nos exames é o indicador mais seguro deste credencialismo, assim como a centralização do sistema de ensino e a padronização dos currículos o é do interesse do Estado pela redução do dissenso, da controvérsia e do conflito no âmbito da cultura. Não surpreende, pois, que a ciência tenha reduzido espaço nas universidades.

Entretanto, estes contrastes e semelhanças não devem ser exagerados ou enfocados de uma perspectiva essencialista. Pelo contrário, devem ser contextualizados historicamente. As universidades francesas fazem hoje muito mais pesquisa do que no início do século, e as brasileiras muito mais do que há 20 anos; a pesquisa científica na Alemanha transpôs os limites das universidades e ganhou densidade em instituições não-universitárias como o Instituto Max Planck,

e nos Estados Unidos ela se concentrou em algumas poucas universidades de elite. Em síntese, o que uma visão histórica comparada autoriza dizer é que o grau de convivência entre o ensino e pesquisa dentro das universidades sofre variações ao longo do tempo e numa mesma sociedade, e que estas variações são mais frequentemente provocadas por uma vontade política. Tanto num sistema universitário descentralizado e competitivo como era o alemão no século XIX, como sob uma centralização acentuada do ensino superior como na França ou no Brasil o papel do Estado foi fundamental na definição daquele grau de convivência, como permanece sendo até hoje. Em outros termos: as relações entre o ensino e a pesquisa universitária não são constituídas de uma boa dose de desconforto e conflito, o que é natural tratando-se, como efetivamente se trata, de um jogo de interesses muito bem definidos.

Uma observação final: o argumento da excepcionalidade histórica da universidade alemã do século XIX repousa na idéia da separação *institucional* entre ensino e pesquisa, na noção de que a pesquisa científica não encontra ambiente favorável nas universidades, e na tese de que seria mais adequado abandonar o "princípio" da unidade entre ensino e pesquisa. É isto que Simon Schwartzman tem em mente quando afirma que a atividade científica pode eventualmente estabelecer-se em instituições relativamente marginais ao sistema de ensino superior, mas que provavelmente nunca coube nem caberá no centro de um sistema como o brasileiro, orientado para a predominância do ensino profissional (1980: 114).⁴ Esta posição, muito mais generalizada dentro da comunidade científica universitária do que se possa imaginar, merece pelo menos a observação de que é um exemplo claro do que Merton chamou de profecia que se auto-realiza (Merton, 1968: 475-488). De fato, ao definir a universidade brasileira como inexoravelmente condenada ao ensino profissional (e ao ensino de baixa qualidade), os docentes-pesquisadores mais qualificados esforçam-se por se desvincular dela, contribuindo para que nada mude; mas ao mesmo tempo apontam a ausência de mudanças como evidência do acerto da profecia e da necessidade de se por a ciência a salvo da mediocridade do ensino universitário. Observava um cientista brasileiro que

"a prestação do ensino num ambiente em que não se faz a pesquisa científica, numa universidade sem laboratório, sem bibliotecas adequadas, sem os instrumentos e sobretudo sem os homens indispensáveis para a

criação de conhecimento, para a invenção de pensamento e mecanismos originais, tal prestação de ensino é estéril, é um ensino livreco, repetição exclusiva e monótona do que outros fizeram e escreveram" (Lopes, s/d: 1).

Mas quem, senão os próprios cientistas, são estes "homens indispensáveis" para fornecer a base científica ao ensino universitário e melhorar sua qualidade?

A maior proporção da pesquisa que se faz hoje no Brasil está dentro das universidades, e é a de melhor qualidade em função dos investimentos em aquisição de periódicos científicos, importação de equipamento e formação de pessoal altamente qualificado. A presença da pesquisa científica dentro das universidades é, todavia, muito mais física do que intelectual; ela permanece tão separada do ensino quanto sempre esteve como para demonstrar os efeitos perversos das *self-fulfilling prophecies*. Por detrás destas, como mostrou Merton em seu estudo, não é difícil encontrar preconceitos enraizados e interesses renitentes.

O Argumento da Autonomia Institucional

Em suas linhas gerais, o argumento da autonomia institucional na ciência é o seguinte: a ciência (sempre entendida como ciência acadêmica *básica* ou *fundamental*) tem sua própria "lógica" de crescimento, suas "necessidades" peculiares e distintas das de outras esferas institucionais como a economia, a educação ou a tecnologia, não podendo assim subordinar-se ou ser posta a serviço de nenhuma delas. Isto significa que o pesquisador não pode e não deve ser desviado para as funções de ensino profissional ou para a pesquisa aplicada que visa a solução de problemas práticos (econômicos, tecnológicos, sociais etc.). Pelo contrário, seu compromisso único é com o avanço do conhecimento em sua disciplina ou especialidade, e isto requer dedicação exclusiva à pesquisa e liberdade total para escolher o tema de sua investigação. Fica entendido também que os investimentos na pesquisa científica não podem e não devem obedecer a critérios pragmáticos ou utilitários; pelo contrário, os recursos aplicados em pesquisa científica são importantes e devem crescer porque a busca das leis fundamentais do universo e da "verdade" constitui valor em si mesma e não necessita de nenhuma outra justificação. A participação nesta empresa (que, em última análise, seria a do espírito humano) exige, além de dedi-

cação integral, uma competência específica: o pesquisador deve submeter-se a um longo processo de treinamento formal para aquisição de habilidades peculiares e de um corpo de conhecimento esotérico, não acessível aos leigos e distinto de outros corpos de conhecimento como o religioso, o filosófico ou o de senso comum. Esta especificidade justifica a separação institucional da atividade científica e a natureza auto-referida da comunidade de seus praticantes; isto é, os critérios de excelência são definidos dentro da própria comunidade científica, e o julgamento dos pares é a forma apropriada de avaliação da atividade dos membros.

O argumento da autonomia não é novo, nem é exclusivo da ciência *contemporânea*. Pelo contrário, ele foi elemento fundamental para todas as ocupações que se profissionalizaram, e permanece sendo de vital importância porque está indissociavelmente ligado à obtenção e conservação de monopólio sobre a produção de conhecimento (prático e teórico), sobre a prestação de determinados serviços e sobre a reprodução de especialistas nestes corpos de conhecimento e técnica. A medicina constitui o exemplo paradigmático do uso bem sucedido do argumento da autonomia, de profissionalização e de obtenção de monopólio. As organizações médicas profissionais controlam rigidamente o exercício da prática curativa através de sua influência na fixação dos currículos das escolas profissionais, certificação de competência e credenciamento para o exercício da atividade. Elas mobilizam a lei contra os que exercem a prática curativa sem terem passado pelo treinamento formal requerido, ou sem satisfazer os critérios estabelecidos pela comunidade profissional; e estigmatizam, explícita ou veladamente, aqueles que adotam princípios e métodos não convencionais ou não estipulados no corpo teórico e técnico da profissão, quaisquer que sejam os resultados obtidos.⁵ Curar não é suficiente; é necessário fazê-lo segundo o paradigma predominante na medicina, e com expressa autorização das associações profissionais.

Esta vinculação entre o argumento da autonomia, por um lado, e a profissionalização e o monopólio sobre a produção de um saber particular, por outro, existe também na ciência, e historicamente está associada à institucionalização da pesquisa nas universidades, onde ela se vinculou a departamentos acadêmicos que passaram a monopolizar disciplinas, a posições na carreira docente e a sistemas administrativos para controle do acesso a instalações, equipamentos e recursos financeiros. Esta vinculação, historicamente situada no século XIX, está na

base do modelo *acadêmico* de organização profissional da ciência *contemporânea*:

“É certo que todas as formas de profissionalização comportam exclusão e fechamento. Mas desde que as reputações nas áreas científicas ficaram atadas a cargos e ao acesso a facilidades para pesquisa, os investimentos nas habilidades e objetivos específicos destas áreas tornaram-se mais ponderáveis e mais importantes. O controle sobre os mercados de trabalho é um aspecto essencial das organizações profissionais, e estratégias de fechamento social tornam-se mais centrais e importantes para as comunidades reputacionais quando elas são profissionalizadas. Contudo, a identificação específica de objetivos e procedimentos intelectuais com unidades de educação e treinamento provavelmente aumentou o grau de fechamento intelectual e social para muito além do que se obteria se a profissionalização tivesse tomado uma forma diferente” (Whitley, 1982: 318).

Em outros termos: o desenvolvimento de estruturas formais de treinamento, a afirmação de habilidades e conhecimentos altamente especializados, a exclusão dos leigos e dos “amadores” do sistema de competição, o controle do recrutamento, treinamento e distribuição de recompensas, todos estes são elementos do modelo acadêmico de organização profissional da ciência. E se alguns deles não atingiram a mesma abrangência e rigor como na medicina (por exemplo, o suporte do Estado para punir legalmente os praticantes não credenciados) é porque os profissionais da ciência não conquistaram o mesmo grau de prestígio social e de poder político de que gozam os médicos e os advogados.

Não estou sugerindo de forma alguma que a autonomia não seja uma condição desejável para o trabalho dos cientistas, ou que a pesquisa científica não requeira habilidades e conhecimentos especializados e estruturas formais para o seu aprendizado. O que desejo é endossar a observação de Gouldner (1979) de que a autonomia é mais do que uma *formação*; ela é também constituinte do *profissionalismo* como ideologia de um vasto segmento social que detém o monopólio do capital cultural, e neste *status* sua função é totalmente diversa, mas não menos importante. Tome-se, para exemplo, o critério da avaliação inter pares: não é difícil concordar em que um físico nuclear não dispõe de competência para avaliar a qualidade de pes-

quisas em biologia molecular, da mesma forma que um microbiologista não terá como fazer avaliações deste tipo na área da física de altas energias. De fato, cada um destes especialistas não tem, fora do seu campo específico de trabalho, muito mais competência para avaliações do que o cidadão comum para apreciar qualquer modalidade de pesquisa científica. Resta a avaliação inter pares como mecanismo de controle do desempenho profissional. Veja-se agora o mesmo critério sob outro ângulo: é próprio de qualquer tipo de capital, aí incluído o capital cultural, procurar dissociar suas rendas, por um lado, e seu desempenho, por outro, ou dissimular o mau desempenho de tal forma que suas rendas permaneçam; se o monopólio do conhecimento soluciona a primeira questão para os grupos profissionais, a avaliação interna soluciona a segunda, pois permite esconder os fracassos e, conseqüentemente, qualquer discrepância entre rendas e desempenho (Gouldner, 1979: 22). Que proporção de projetos de pesquisa de má qualidade é desativada, ou que proporção de pesquisadores incompetentes perde suas posições ou o acesso a recursos financeiros por força da avaliação inter pares? Eu diria que esta proporção é desprezível a despeito do fato de que apenas uma pequena fração da comunidade científica contribui para o desenvolvimento da ciência, matéria sobre a qual terei algo mais a comentar adiante. O que importa agora é chamar a atenção sobre este aspecto da autonomia como pura ideologia profissional, instrumento dos interesses corporativos da comunidade científica.

Sob o mesmo ângulo pode ser discutida a questão das relações da ciência com outras esferas institucionais. Por exemplo, qual a conexão entre desenvolvimento científico, por um lado, e desenvolvimento tecnológico e econômico, por outro? Porque se, de fato, a atividade científica não busca resultados práticos ou não tem em si mesma finalidades utilitárias, então o desenvolvimento (ou o atraso) tecnológico e econômico ocorre independentemente do estágio da pesquisa científica em determinada sociedade, e não em função dele. Infelizmente, os próprios cientistas e suas associações são muito ambíguos a este respeito, se não simplesmente desonestos. Quando se trata de reclamar para a pesquisa científica parcelas sempre maiores dos recursos públicos eles não vacilam em apontar a ciência como fator essencial para a riqueza e bem-estar das sociedades a que pertencem; mas quando se trata de avaliar tais efeitos dos investimentos em pesquisa científica, todos os argumentos da ideologia profissional são enfaticamente

mente apresentados. Os mais comuns: a) à ciência aplicam-se critérios científicos de desempenho (qualidade) elaborados e operados pelos próprios cientistas, não critérios econômicos ou sociais (rentabilidade ou utilidade), que são critérios "leigos" e estranhos à atividade de pesquisa; b) a ciência lida com o desconhecido, na fronteira do conhecimento e seus resultados são imprevisíveis por natureza, o que demonstra a impossibilidade de se estabelecer qualquer controle sobre, por exemplo, a relação pesquisa básica/produção de tecnologia; a ciência é um ramo da "alta cultura" (tal como as artes e as humanidades) e os investimentos em pesquisa não necessitam, além dessa, de qualquer outra justificativa.

Pois bem, não creio que as coisas sejam tão simples, e há pelo menos um fato que se ajusta mal a este arrazoado ideológico: as nações mais desenvolvidas econômica e tecnologicamente são também as que mais investiram (e investem) em pesquisa científica, e parece-me ingênuo supor que tais investimentos tenham sido na ciência como ramo da "alta cultura", no "saber pelo saber" ou na "aventura do espírito humano". Desde as primeiras décadas deste século o crescimento dos recursos governamentais aplicados em pesquisa científica esteve ligado a expectativas muito claras de resultados práticos tanto no campo militar quanto no econômico e social, e não penso que as nações ricas tenham conquistado sua posição privilegiada independentemente do grau de satisfação destas expectativas; muito pelo contrário, a pesquisa científica (e também a tecnológica) foi, e continua provavelmente a ser, o fator singular mais crítico para a obtenção do nível atual de afluência de que gozam hoje. Por outro lado, não parece irrazoável supor que, paradoxalmente, foram estes os fatos que exacerbaram a retórica ideológica e o sentido corporativo das diversas comunidades científicas nacionais. Numa fase de expansão das fronteiras do conhecimento o sucesso econômico e tecnológico da pesquisa científica não era incompatível com o progresso da ciência em seus próprios termos; mas a situação é inteiramente outra quando as expectativas da sociedade por resultados "práticos" (estimuladas pelos próprios cientistas) coexistem com uma relativa exaustão dos horizontes do conhecimento científico. A sombra da ingerência do Estado começa a pairar sobre a ciência institucionalizada:

"O progresso científico contribuiu para o desenvolvimento econômico e deu soluções a problemas sociais, mas por *vias impre-*

visíveis que os governos ou qualquer outra agência centralizadora *difícilmente podem controlar*" (Ben-David, 1980: 107) (ênfases minhas).

Aí está: Ben-David traduz com muita exatidão o receio dos cientistas de que os governos sintam-se estimulados ao planejamento da ciência como forma de obter retorno (em inovações tecnológicas ou em produtos socialmente úteis) para os elevados investimentos feitos no estabelecimento científico. E continua ele:

"O principal critério para o suporte [à ciência básica] e intervenção [do estado] deverá ser a qualidade da pesquisa, do ensino e da formação, antes que contribuições específicas à solução de problemas bem definidos. Se a qualidade dos pesquisadores num país é grande, é provável que eles se dediquem ao que tem valor e se absterão de escolhas inúteis" (Ben-David, 1980: 110).

Encontramos, novamente, o argumento da autonomia.

Todas estas questões têm sido discutidas na volumosa literatura sobre política científica e não há como resumir aqui a diversidade de teses.⁶ Alguns pontos, entretanto, merecem comentários ainda que breves. Em primeiro lugar, é certo que não há como sustentar a idéia de que o nexo entre a pesquisa básica e suas aplicações práticas obedece a um processo linear: ciência básica → ciência aplicada → invenção → desenvolvimento → inovações disponíveis no mercado. Isto é, evidentemente, um equívoco e uma simplificação. Estes vínculos são muito mais complexos, relativamente pouco conhecidos e de difícil definição.⁷ Isto não significa de forma alguma que o argumento da imprevisibilidade seja inteiramente correto ainda quando se reconhece que nenhuma fórmula pode captar o processo das grandes descobertas científicas ou o da geração de tecnologia pela pesquisa básica. Apenas para mencionar uma idéia bem antiga, a constatação de que descobertas múltiplas são, aparentemente, mais a norma do que a exceção sugere fortemente que os cientistas sabem razoavelmente qual o caminho a percorrer e onde estão as probabilidades do sucesso; de forma alguma eles agem às cegas como se o processo da descoberta fosse inteiramente aleatório e imprevisível, até porque a atividade de pesquisa é também um processo de aprendizagem pelo qual se torna possível reduzir as incertezas. Apenas fração muito reduzida da pesquisa científica é feita na fronteira do

conhecimento, no limiar do desconhecido; a maior proporção dela constitui-se de "ciência normal" onde, segundo Kuhn (1971), a solução dos problemas pode ser antecipada em detalhes (embora o trajeto até ela inegavelmente requeira habilidades e engenhosidade) e o propósito de inovar é reduzido. Finalmente, existem áreas onde, para usar a metáfora de Toulmin, as probabilidades de "reluzir o relâmpago" criador de resultados práticos não são pequenas: entre elas não está a física das altas energias, mas certamente encontram-se as ciências biológicas onde a unidade de objeto faz com que "quase tudo do que aprendemos sobre os mecanismos biológicos em virtualmente qualquer animal tenha probabilidade de uma aplicação médica final" (Weinberg, 1968: 102). Entre estes extremos existe toda uma gama de possibilidades que vários estudos empíricos têm revelado e que sugerem, entre outras coisas, que a distinção ciência pura/ciência aplicada tende a se tornar obsoleta.

Dicotomias como esta são cada vez mais insuficientes para apreender as transformações por que vem passando a organização da ciência contemporânea sob o influxo das expectativas e demandas por contribuições práticas à elevação do nível de bem-estar das sociedades. O crescente trânsito de cientistas entre a "pesquisa pura" e a "pesquisa aplicada" tem indicado que elas não são mutuamente exclusivas; as orientações disciplinares da pesquisa básica tem penetrado no âmbito da pesquisa aplicada, e as desta são "traduzidas" na esfera da primeira para permitir sua absorção; problemas práticos estimulam desenvolvimentos teóricos (quando não criam novas disciplinas teóricas); formam-se às vezes "comunidades híbridas" com seus próprios sistemas de comunicação e avaliação de desempenho.⁸ Simultaneamente, cientistas acadêmicos fundam suas próprias empresas para explorar economicamente o resultado de suas pesquisas⁹ e as universidades formam *joint ventures* com grandes corporações (Etzkowitz, 1983). Tudo isso gera resistência e conflitos, o que apenas indica que não se trata de fatos isolados ou de desvios ocasionais facilmente retificáveis através da invocação da ética acadêmica e dos valores não utilitários da ciência. Creio que se trata de transformações estruturais importantes que abrem o leque de formas alternativas de organização da ciência. De fato, mesmo as profissões liberais clássicas enfrentam hoje desafios semelhantes: as características dos mercados para seus serviços na sociedade contemporânea e as condições atuais de sua prática profissional têm forçado médicos e advogados a redefinirem e

alterarem consideravelmente os parâmetros de sua autonomia (Powell, 1985; Herzlich, 1982; Donnangelo, 1975).

Ora, além de recente, a vinculação da ciência com instituições de ensino foi historicamente contingente; apenas porque existe entre os especialistas no estudo da ciência a tendência em compreendê-la do ponto de vista da ciência *contemporânea* (e da história da ciência européia) é que se crê no caráter necessário da sua vinculação com o modelo *acadêmico* de organização profissional (Katouzian, 1982; Whitley, 1982). Para escaparmos desta falácia do determinismo retrospectivo, para usar a feliz expressão de Reinhard Bendix, temos de admitir que existiram no passado outras alternativas de organização da ciência, da mesma forma como temos de admiti-las no futuro. Por outro lado, há um evidente equívoco na identificação do modelo profissional da ciência com o de outras profissões clássicas como a medicina e o direito. Não existe na esfera da ciência (pelo menos desde o século XIX) nada comparável ao exercício privado da medicina em que o clínico tem total controle sobre o conteúdo e as condições de seu trabalho (uma forma clássica de exercício profissional cada vez mais limitada pelo assalariamento de proporções crescentes de médicos). Ao vincular-se às universidades a ciência colocou-se também sob normas e controles administrativos típicos de qualquer organização burocrática; o cientista acadêmico foi desde o início um assalariado constrangido a submeter-se a algumas condições contratuais que restringem sua liberdade, embora lhe deixassem ampla autonomia com relação ao *conteúdo* do seu trabalho. Que estas restrições tenham sido, e sejam ainda hoje, consideravelmente menores do que as que regulam a atividade do cientista no setor privado da economia não faz do cientista acadêmico um profissional autônomo. Antes, a autonomia (no grau em que é reclamada) é simplesmente uma aspiração individual dos cientistas e um interesse da comunidade científica como corporação. Ela não é uma "necessidade" da ciência, porque a ciência como a medicina não têm "necessidades", que são meros juízos de valor. A ciência, como a medicina ou o direito, apenas obtém o que lhe permite e concede o arranjo das forças sociais em cada sociedade e em cada conjuntura histórica determinada.

O modelo acadêmico de organização da ciência foi no mínimo ambíguo desde seu surgimento; ele não consegue integrar satisfatoriamente pretensões de autonomia profissional com necessidades de controle administrativo, e a justaposição de formas colegiadas e burocráti-

cas (hierárquicas) de organização gera conflitos e rejeições. O cientista acadêmico (e de maneira mais geral, o docente) não tem de si mesmo a imagem de um assalariado a serviço de uma organização, mas a de um profissional autônomo que controla as condições e o conteúdo de seu trabalho, e que espera da administração universitária que ela lhe propicie todas as facilidades, tomando a precaução de não tratá-lo como empregado. Evidentemente, este modelo supõe que os interesses do docente-pesquisador coincidem necessariamente com os interesses da universidade, e que a forma de satisfazer os últimos consiste em atender os primeiros, *o que não é de forma alguma evidente e nem sempre verdadeiro*. A ideologia do profissionalismo é, entre outras coisas, um recurso para redução das inconsistências e incongruências do modelo, mas não tem tido muito sucesso. As organizações docentes, que pretendem desempenhar funções idênticas às que, por exemplo, as associações médicas cumprem para seus associados, têm experimentado um processo de desgaste em vários países, ao mesmo tempo em que o sindicalismo mobiliza parcelas cada vez mais significativas do corpo docente das universidades.

É significativo que o profissionalismo seja a ideologia dominante nos "colégios invisíveis" das universidades, e que o sindicalismo venha afirmando-se como a forma de ação preferida das categorias docentes inferiores. É verdade que nesta divisão há muito de diferencial de competência, tanto quanto há de privilégios com base duvidosa e de exploração do trabalho dos menos qualificados.

O Argumento da "Comunidade de Talentos"

A crer nos mitos da ciência contemporânea, a comunidade científica é constituída de indivíduos particularmente talentosos e criativos empenhados em ampliar as fronteiras do conhecimento, em desvendar o desconhecido. Para que cumpram sua missão é necessário, todavia, que a sociedade ofereça-lhes estímulos adequados; eles devem ser bem remunerados, necessitam de liberdade absoluta em seu trabalho, não podem dispensar suporte material em nível adequado para suas pesquisas e esperam que suas realizações lhes granjeie reconhecimento e prestígio social.

Como em qualquer outra profissão, não há porque duvidar de que em ciência trabalhem pessoas de talento, bem dotadas e inovadoras que merecem ser adequadamente compensadas e apoiadas. O que não é evidente é que pessoas

com tal perfil existam em proporção maior na área científica do que em outras esferas profissionais; não parece de forma alguma razoável supor que a distribuição de talentos inovadores na sociedade privilegia a ciência em detrimento, por exemplo, da área gerencial, nem parece haver muitas evidências de que *dentro* da área científica os indivíduos talentosos e criativos constituem a proporção maior. E para que não fiquem dúvidas a respeito do que entendo por “talentosos” e “criativos” na esfera científica, refiro-me aos cientistas que contribuem significativamente para o progresso da ciência, e neste ponto o que vem à lembrança são indivíduos que alteraram os rumos da ciência através de revoluções paradigmáticas, como foi o caso de Einstein. Todavia, o desenvolvimento científico é também constituído de inovações ao nível dos quebra-cabeças deixados aos cientistas menos eminentes pelos que revolucionam a ciência. Tanto estes últimos quanto os solucionadores de quebra-cabeças da ciência normal constituem, somados, uma pequena proporção da população de cientistas ativos. Uma elite, enfim.

Mas, então, o que fazem os milhares de cientistas que não se destacam por contribuições significativas, cujas pesquisas não despertam a menor curiosidade ou interesses na comunidade de seus pares, que raramente têm seus artigos publicados nas revistas mais importantes, ou que se publicados raramente são citados, ou são citados apenas por outros cientistas que nunca se destacaram por contribuições significativas etc.? Qual a função desta massa de cientistas medianos e medíocres? Ortega y Gasset formulou a seguinte hipótese que levaria seu nome: o progresso da ciência deve-se em grande parte ao trabalho destes homens medianos, medíocres e até mesmo menos que medíocres em cujo agregado de pequenas contribuições se apoiam os grandes cientistas que promovem o avanço do conhecimento. Entre outros, a hipótese de Ortega incorre no seguinte equívoco: mesmo as contribuições “menores” da ciência normal são obra de cientistas de elite, não de pesquisadores medianos. E os eminentes utilizam-se basicamente do trabalho de seus colegas também eminentes, e apenas em proporção muito pequena da produção de cientistas medianos. Em pesquisa que fizeram na área da física os Cole encontraram que apenas 15 a 20% dos trabalhos mencionados pelos físicos de elite eram produzidos por colegas medianos, e concluem que para produzir estes 15 ou 20% não seria necessário manter ocupados 80% dos físicos (que é a proporção dos medianos) pois, provavelmente, a metade seria suficiente: “os dados apresenta-

dos levam à conclusão preliminar” – finalizam os Cole – “de que a redução do número de cientistas não reduziria a taxa do progresso científico” (Cole e Cole, 1973: 231). Esta é uma percepção bastante comum hoje no que diz respeito à ciência acadêmica: ainda que se admitisse que a função e justificativa únicas da atividade dos docentes-pesquisadores fosse a produção de conhecimento novo em suas disciplinas (o que não é de forma alguma verdadeiro), mesmo assim a ciência acadêmica estaria superdimensionada pois, de fato, contribuições significativas são feitas por uma pequena fração dos docentes-pesquisadores associados a uma fração também pequena do sistema universitário (Alpert, 1985).¹⁰

Para alguns, esta ineficiência da comunidade científica em relação ao seu tamanho é uma das muitas manifestações do *keynesianismo credencial*: os investimentos em educação e o credencialismo ocupacional não visam promover a eficiência, mas simplesmente contribuem, de forma peculiar, para manter alto o nível do consumo na economia através da multiplicação de *sinecuras* protegidas pelos monopólios ocupacionais e artificialmente estruturadas com requisitos de uma formação especializada e prolongada, mas freqüentemente desnecessária (Collins, 1979: 53-58, 196). A ciência não foge à regra: a necessidade de tanto treinamento convence tanto quanto a de tanta pesquisa irrelevante. Assim, nos países que lideram o progresso científico a ciência feita nas universidades seria de toda maneira constituída de alguns gigantes que a fazem avançar e de uma multidão de pigmeus que apenas vivem dela, firmemente instalados dentro de uma vasta (e onerosa) rede de sinecuras acadêmicas para a manutenção das quais necessitam apenas publicar vez ou outra em revistas científicas independentemente da qualidade do trabalho (ou da revista); pois como ensina Price (1972), *ciência é o que se comunica em artigos* publicados em revistas científicas, e cientista é aquele que alguma vez na vida produziu um desses artigos.¹¹

Pesquisa e Ensino

Mas se essa massa de cientistas de medianos para medíocres nada tem com que contribuir para a ciência, por que não utilizá-los mais intensamente no ensino de ciências aos não-cientistas? Posso antecipar que a muitos esta proposta parecerá no mínimo incoerente: como podem cientistas pouco competentes serem bons professores? Qual o ganho em utilizá-los

mais intensivamente no ensino? Ora, os que se opõem à idéia da integração entre ensino e pesquisa sempre usam o argumento de que um bom cientista não é sempre, ou necessariamente, um bom professor e que pouco ou nada se ganharia pondo-o numa sala de aulas. Creio, pois, que não objetarão à idéia de que um cientista medíocre pode ser um bom docente: não sofre a lógica, eles nada perdem e o ensino pode ganhar, como efetivamente creio. Aliás, a idéia não é original.

Price argumenta que a "verdadeira justificativa para a pesquisa científica fundamental e aplicada, desde que o produto final consiste numa publicação, reside no fato de que sem uma tal atividade o cientista ficará rapidamente "fora do circuito" e *perderá as outras funções sociais para as quais nós os remuneramos*" (1980: 81) (ênfase minha). Price quer dizer que além de contribuir com seu artigo (seja ele ruim ou bom) para o estoque mundial de conhecimento (publicações), o pesquisador mantém-se atualizado para bem exercer suas *outras funções sociais* para o desempenho das quais a sociedade o remunera. Ora, estimando que a taxa de crescimento do estoque mundial de conhecimento cresce à taxa de 7% ao ano, Price conclui que para se manter atualizado o pesquisador precisa investir a uma mesma taxa: por exemplo, dedicar à pesquisa (e à publicação do resultado) um terço ou um quarto de ano ao longo de quatro anos, ou um ano inteiro a cada quatro. E finaliza: "O melhor proveito que a sociedade pode tirar do trabalho do pesquisador não está neste investimento, mas nos outros dois terços ou três quartos de sua atividade *não consagrados à pesquisa*" (Price, 1980: 82) (ênfase minha).

Não é importante saber qual a exatidão dos cálculos de Price que, ademais, reconhece que nem toda atividade de pesquisa admite soluções de continuidade. Interessa a idéia geral de que a pesquisa não é e não pode ser uma ocupação de tempo integral; que os pesquisadores acadêmicos têm outras obrigações além da pesquisa; e que para a maioria deles a pesquisa deve ser apenas um instrumento destas outras funções. Mas que funções? O ensino é certamente a mais importante delas, e todo o argumento de Price sugere que o docente que pesquisa desempenha melhor esta função do que o que não pesquisa. Se possuir competência didática, tanto melhor; mas este argumento não é essencial (a não ser quando se pretende colocar os bons cientistas fora do alcance dos estudantes).

Agora parece estar mais claro porque os docentes que pesquisam, ainda que não sejam pesquisadores brilhantes, estão particularmente

equipados para o ensino: têm experiência direta com o método científico, familiaridade com o corpo já codificado do conhecimento disciplinar, estão a par do que outros cientistas produzem na fronteira do saber, habituados a expor suas idéias à avaliação de outras pessoas, ao confronto das idéias com as evidências, ao pensamento crítico. Nas salas de aulas, ou junto aos estudantes nos laboratórios, alguns saberão melhor que outros utilizar de forma estimulante sua experiência de pesquisa; é provável que para muitos o ensino continue a ser uma atividade desinteressante, o que não significa que sejam mal equipados para a função, mas apenas que não deveriam ter escolhido a universidade como local de trabalho. Ademais, e para não fugir ao lugar-comum, provavelmente poucos terão os atributos que distinguem o bom comunicador; creio, todavia, que dá-se importância excessiva à habilidade de comunicação verbal como critério para distinguir o bom professor, talvez porque a aula magistral permanece como o modelo de ensino, mas também porque não se reconhece que o importante é a qualidade da *relação* professor/aluno e que esta pode desenvolver-se em vários planos e de forma estimulante para ambos ainda quando o docente-pesquisador não seja um bom comunicador. Não sei se os cientistas estrangeiros contratados pela USP nos anos 30 possuíam este tipo de habilidade, mas é razoável supor que em muitos casos diferenças de idioma tornavam difícil a comunicação com os estudantes; por outro lado, eles não eram pesquisadores de renome com contribuições significativas à ciência. Apesar disso, uma geração de cientistas, engenheiros e outros profissionais que passaram pela Faculdade de Filosofia da USP atesta a importância do professor com experiência de pesquisa, da participação do estudante de graduação nos projetos dos docentes, da recepção da idéia da ciência como algo dinâmico, instigante e criativo mesmo para os estudantes que não pretendem prosseguir na carreira científica. Evidentemente, a outra condição para que exista o bom ensino (como atividade que se define relacionalmente) é a existência de estudantes capazes de aprender até mesmo com professores incompetentes. Isto não é apenas uma questão de aperfeiçoamento dos mecanismos de seleção, embora este aspecto seja fundamental; trata-se também de equipar as universidades com boas bibliotecas e laboratórios, facilitar o contato com os melhores docentes-pesquisadores, distribuir o maior número possível de bolsas de estudo ou instituir outras modalidades de auxílio ao estudante.

Uma forma eficiente de não se fazer qualquer destas coisas e de agravar a já difícil convivência entre ensino e pesquisa consiste em permanecer aferrado a uma definição artificiosa, desnecessariamente restrita e inconseqüente de ciência. Por exemplo: insistir numa definição que só comporte a pesquisa de fronteira, ou numa definição de cientista que só inclua o reduzido círculo dos pesquisadores de elite. Este é o caso do II Plano Nacional de Pós-Graduação (CAPES, 1982) de cujo texto se deduz que só merece o nome de pesquisa científica aquela que é original e conduzida nas fronteiras do conhecimento; veja-se também o que diz Schwartzman:

“A ciência só é ciência quando é de nível internacional, quando é de fronteira, e não tem sentido manter uma atividade científica de segunda classe no país a pretexto do subdesenvolvimento nacional” (1980: 67).

O problema com este tipo de definição é que, em primeiro lugar, os seus autores não pretendem, de fato, que ela seja levada a sério e até suas últimas conseqüências. Com a sua aplicação simplesmente deixariam de existir por inteiro as comunidades científicas nacionais que, como a brasileira, pouco ou nada contribuam ou têm contribuído para o desenvolvimento da ciência, ou cuja produção (ainda que de qualidade discutível) constitui fração reduzidíssima do estoque mundial de conhecimento científico (publicações).

Em segundo lugar, tal tipo de definição restrita exigiria, para ser menos equívoca, que as comunidades científicas nacionais assumissem a responsabilidade de identificar e desclassificar os pesquisadores apenas medianos e os medíocres num processo de depuração interna que, entre outras coisas, bloqueasse seu acesso aos escassos recursos para pesquisa. Uma ação desta natureza constituiria uma efetiva instância de exercício de autonomia institucional, de rigorosa avaliação interpares e de adesão indiscutível ao critério da competência profissional. Todavia, será ingênuo supor e esperar que os cientistas levem tão a sério sua ideologia a ponto de por ela pautarem seu comportamento, tanto quanto será também ingênuo supor que aceitem, sem as costumeiras denúncias de violação da autonomia da ciência, que agências externas assumam a tarefa e a responsabilidade dela decorrente.

Em terceiro lugar, a definição restrita insiste em atribuir à pesquisa a única e exclusiva função de produzir conhecimento novo, e com isso

desvincula-a definitivamente do ensino. Eu não a contestaria se, de fato, a comunidade científica estivesse constituída apenas pelos pesquisadores criativos e produtivos que trabalham na fronteira do conhecimento; poder-se-ia até admitir que esta pequena parcela de cientistas ficasse liberada de suas outras funções acadêmicas, aí incluído o ensino. No entanto, as comunidades científicas reais são outra coisa e a definição restrita não altera (nem deseja efetivamente alterar) o fato de que empiricamente a ciência como sistema social consiste na distribuição diferenciada de recursos, recompensas, poder e privilégios com base tanto nas diferenças individuais de talento, competência e reputação quanto, independentemente destas, na procedência institucional dos pesquisadores; isto é, na hierarquia das universidades nas quais os cientistas obtêm seu treinamento. Sociologicamente, tão importante quanto a elite de cientistas como elemento constitutivo do sistema social da ciência é a massa dos pesquisadores anônimos, dos improdutivos, dos medianos e dos incompetentes, e mais importante do que qualquer destes estratos são as relações que se estabelecem entre eles; tanto quanto o sistema social da ciência é constituído pela organização departamental das disciplinas nas melhores e mais reputadas universidades, ele também o é pelos departamentos das universidades situadas na cauda da “procissão acadêmica”, e mais importante do que qualquer universidade ou estrato de universidades são as relações que hierarquizam dentro desta rede institucional.

A concepção de uma ciência constituída unicamente da pesquisa de ponta, dos pesquisadores eminentes e talentosos e das universidades mais reputadas não é menos dúbia do que tantas outras idealizações e tantos outros mitos que a sociologia da ciência, sobretudo em sua vertente funcionalista, tem procurado nos impingir. É necessário tê-las pelo que realmente são, sobretudo porque tendem a ter mais força ali onde a organização da ciência é mais fraca. A que ou a quem servem elas? No II Plano Nacional de Pós-Graduação a concepção restrita de ciência serve de base para os seguintes propósitos: a) dificultar a pós-graduação nas áreas profissionais e concentrá-la na área das ciências básicas; b) privilegiar a pós-graduação como a esfera por excelência da pesquisa e reduzir sua importância no ensino de graduação; c) manter a distinção entre “universidades que ensinam”, por um lado, e “universidades que pesquisam”, por outro. Em síntese, consagrar o status quo identificando-o com “necessidades” da ciência.

O fato é que esta postura conservadora da comunidade científica (ou dos seus ideólogos) na defesa de interesses corporativos e de ganhos recentes obtidos à sombra de um Estado autoritário que fez do sistema nacional de ciência e tecnologia um dos instrumentos da doutrina militar de segurança nacional, afastou-a da universidade e isto foi particularmente desastroso como a experiência veio demonstrar. Ao abdicar de suas responsabilidades com o ensino profissional e de graduação e ao transferir suas lealdades da instituição que os abriga (e paga seus salários) para as respectivas comunidades disciplinares, os mais qualificados e competentes docentes-pesquisadores abdicaram também da liderança intelectual e moral que lhes caberia exercer na universidade seja sobre os colegas mais jovens ou menos qualificados, seja sobre os estudantes. Este espaço terminou por ser previsivelmente ocupado pelo chamado "baixo clero" organizado em agressivas associações docentes com atuação quase sindical. Por um longo período de tempo, e até que as greves mais recentes e prolongadas revelassem em que mãos efetivamente estava a liderança do corpo docente e a extensão da contestação à autoridade intelectual e moral dos "cardeais" (limpidamente manifestada nas assembléias que se sucediam ao longo das greves), foi possível deixar operar um dos efeitos mais perversos da situação estabelecida nas universidades. Organizada em associações disciplinares, a comunidade científica fazia demandas restritas às "necessidades" da ciência (sobretudo, verbas governamentais) e dava-se ao luxo de se manter à margem dos movimentos do "baixo clero" como se nada tivesse a ver com ele ou com suas aspirações; afinal, o que se reivindicava eram melhorias salariais, algo que os economistas chamam de *bem público*: concedido a uns torna-se extensivo a todos independentemente do grau de participação nos movimentos coletivos. Se ao contrário do ensino a ciência não faz greves, a alienação da comunidade científica acadêmica encontrava não apenas sua justificação ideológica, mas também suas recompensas monetárias sem os custos da participação.

O problema é que os movimentos reivindicatórios do "baixo clero" (e não apenas no Brasil) trazem em sua cauda demandas igualitárias que

põem em risco a economia política da pesquisa e sua moeda corrente, o *curriculum vitae*: ameaçam as hierarquias de competência, contestam as reputações estabelecidas, investem contra a autoridade intelectual, politizam todo o espaço acadêmico e atacam no ponto vulnerável da comunidade científica, no fato de que a pesquisa universitária é fortemente subsidiada pelo ensino, e isto em mais de um aspecto. Não se trata apenas de que, como em outros países, os pesquisadores são remunerados com os recursos destinados ao ensino, mas também de que seus encargos docentes tornaram-se cada vez mais reduzidos. Na medida em que os pesquisadores afastavam-se do ensino profissional e de graduação, a distribuição das cargas docentes entre os mais e os menos qualificados tomou-se foco de preocupação, descontentamentos e conflitos nas universidades onde exista alguma atividade institucionalizada de pesquisa, e as inúmeras investigações sobre o orçamento de tempo dos professores atestam a polémica que se estabeleceu sobre a questão. Por um lado, a relação tempo dedicado à pesquisa/tempo dedicado ao ensino tornou-se o aspecto mais visível e controverso do "princípio" da integração entre as duas funções, e em vários países ela serve de parâmetro para políticas de alocação de recursos; por outro lado, esta relação tem deixado a nu as extremas desigualdades que, em alguns países ou universidades, fazem das categorias inferiores de docentes objeto de exploração pelas categorias superiores.

Para finalizar: as controvérsias suscitadas pela difícil convivência entre ensino e pesquisa não serão dirimidas com propostas que separem um da outra sem que ambos e a universidade como um todo sofram irreparáveis prejuízos. Blau (1973) observou que a diversidade das especializações disciplinares da pesquisa encontra no ensino de graduação o fator de coesão que, paradoxalmente, torna possível a crescente especialização. Sem a atividade educacional a universidade se fragmentaria a ponto de perder sua identidade. Ademais, ensino e pesquisa dependem em ampla medida de condições idênticas para se desenvolverem: da qualificação superior dos docentes e de um clima intelectual sério e responsável que penetre o cotidiano das universidades.

Notas

1. A distinção entre "profissões", "ocupações" e "ocupações semi-profissionalizadas" é importante e produziu uma vasta literatura sociológica. Ver Moore (1970), Larson (1977) e Etzioni (1969).

2. Estou servindo-me amplamente do excelente trabalho de Schwartzman (1979); minha leitura do seu livro é, todavia, muito pessoal (como, ademais, ocorre com toda leitura) e corresponde muito pouco às idéias do próprio autor.
3. Que as cargas docentes eram pesadas pode-se deduzir do seguinte depoimento de Gleb Wataghin, físico e matemático: "chegando no Brasil, eu e Fantappié, nos pediram para fazer o curso completo. Fantappié fazia todas as matemáticas. Eu fazia a física experimental e teórica e a mecânica teórica, o que já era muita coisa. Fazíamos bastante aulas. Além disso me disseram: é preciso criar um laboratório experimental . . ." (Schwartzman, 1979: 254).
4. Em trabalhos mais recentes, Schwartzman reviu consideravelmente esta posição ao coletar e publicar evidências de que não apenas faz-se nas universidades brasileiras a maior proporção da pesquisa científica no país, mas também a pesquisa de melhor qualidade. Ver Schwartzman (1984).
5. Veja-se o caso da acupuntura. A American Medical Association absorveu esta forma de tratamento para reduzir sua prática por pessoas sem formação médica; em seguida, no entanto, banuiu a acupuntura de dentre as modalidades curativas profissionalmente legítimas e autorizadas. Ver Wolpe (1985).
6. O leitor poderá consultar com proveito a coletânea organizada por Shils (1968).
7. As tentativas de quantificar a relação tem dado resultados muito imprecisos. Ver Keller (1984) para uma discussão sobre a questão. Ver também Ganz (1981) para uma revisão bibliográfica.
8. Exemplificações destes pontos o leitor encontrará em Van Den Daele *et alii* (1977).
9. O exemplo mais expressivo é o do bioquímico Walter Gilbert, prêmio Nobel de Química em 1980. Licenciou-se de Harvard para ocupar cargo executivo na Biogen S.A., empresa de que era co-fundador; um ano depois, em 1982, viu-se obrigado a abandonar a universidade por pressão dos colegas e da administração.
10. Segundo Price (1963) o número de autores que produzem n artigos científicos é proporcional a $1/n^2$. Se cada um de cem autores escrever um único artigo, 25 escreverão 2 artigos, apenas 6 escreverão 4, e assim sucessivamente. Ou imagine-se 165 autores e 586 artigos: 50% destes serão produzidos por apenas 10% daqueles cientistas, ficando a outra metade distribuída entre os pesquisadores no nível intermediário (40% de autores/40% de artigos) e na base da pirâmide de produtividade (50% de autores/10% de artigos).
11. A ciência, diz Price, é *papirocêntrica* ao contrário da tecnologia que é *papirófóbica*. O cientista não deixa de sé-lo por produzir trabalhos de má qualidade, ou por produzi-los infreqüentemente; isto apenas indica que ele é incompetente.

Bibliografia

- Alpert, Daniel
 1985. "Performance and Paralysis: the Organizational Context of the American Research University". *Journal of Higher Education*, 56, 3, May-June, 241-281.
- Blau, Peter M.
 1973. *The Organization of Academic Work*. Nova Iorque, John Wiley.
- Ben-David, Joseph
 1972. *American Higher Education: Directions Old and New*. Nova Iorque, McGraw-Hill.
 1980. "Le Rôle des Gouvernements dans le Soutien et la Planification de la Science". In André Philippart (ed.), *Ordre et Désordre en Politique Scientifique*. Bruxelas, Comité de Recherche Science et Politique, Association Internationale de Science Politique, 89-113.

- Bourdieu, Pierre
1984. *Homo Academicus*. Paris, Les Éditions de Minuit.
- CAPES
1982. *II Plano Nacional de Pós-Graduação*. CAPES Informa, 4, 2, Novembro.
- Cole, Jonathan R. e Stephen Cole
1973. *Social Stratification in Science*. Chicago, The University of Chicago Press.
- Collins, Randall
1979. *The Credential Society*. Nova Iorque, The Academic Press.
- Crozier, Michel
1972. *La Sociedad Bloqueada*. Buenos Aires, Amorrortu Editores.
- Donnangelo, Maria C. F.
1975. *Medicina e Sociedade*. São Paulo, Pioneira.
- Etzioni, Amitai
1969. *The Semi-Professions and their Organization*. Nova Iorque, The Free Press.
- Etzkowitz, Henry
1983. "Entrepreneurial Scientists and Entrepreneurial Universities in American Academic Science". *Minerva*, XXI, 2-3, Summer/Autumn, 198-233.
- Ganz, Carole
1981. "Linkages between Knowledge Creation, Diffusion and Utilization". In Robert F. Rich (ed.), *The Knowledge Cycle*. Beverly Hills, Sage Publications, 185-214.
- Gilpin, Robert
1968. *France in the Age of the Scientific State*. Princeton, Princeton University Press.
- Gouldner, Alvin W.
1979. *The Future of Intellectuals and the Rise of the New Class*. Londres, The McMillan Press.
- Herzlich, Claudine
1980. "The Evolution of Relations between French Physicians and the State from 1880 to 1980". *Sociology of Health and Illness*, 4, 3, November, 241-253.
- Katouzian, Homa
1982. "The Hallmarks of Science and Scholasticism: a Historical Analysis". In Norbert Elias, Hermínio Martins e Richard Whitley (eds.), *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Co.
- Keller, Alexander
1984. "Has Science Created Technology?". *Minerva*, XXII, 2, Summer, 183-195.
- Kuhn, T. S.
1971. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago, University of Chicago Press.
- Larson, Magali Sarfatti
1977. *The Rise of Professionalism*. Los Angeles, University of California Press.
- Levy, Maurice
1980. "La Politique Scientifique et le Nouvel Ordre Économique Mondial". In André Philippart (ed.), *Ordre et Désordre en Politique Scientifique*. Bruxelles, Comité de Recherche Science et Politique, Association Internationale de Science Politique, 153-162.

- Lopes, J. Leite
s/d. "A Universidade e seus Primeiros Princípios". *Mimeo*.
- McClelland, Charles E.
1980. *State, Society and University in Germany, 1700-1914*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Merton, Robert K.
1968. *Social Theory and Social Structure*. Nova Iorque, The Free Press.
- Moore, Wilbert E.
1970. *The Professions: Rules and Roles*. Nova Iorque, Russel Sage Foundation.
- O'Boyle, Lenore
1983. "Learning for its Own Sake: the German University as Nineteenth Century Model". *Comparative Studies in Society and History*, 25, 1, January, 3-25.
- Price, Derek de S.
1963. *Little Science, Big Science*. Nova York, Columbia University Press.
1972. "The Structure of Publication in Science and Technology". In Barry Barnes (ed.), *Estudios sobre Sociologia de la Ciencia*. Madrid, Alianza Editorial, 163-177.
1980. "Les Concepts de Base de la Politique de la Science et de la Technologie". In André Philippart (ed.), *Ordre et Désordre en Politique Scientifique*. Bruxelles, Comité de Recherche Science et Politique, Association Internationale de Science Politique, 75-88.
- Powell Jr., Michael
1985. "Developments in the Regulation of Lawyers: Competing Segments and Markets, Client, and Government Controls". *Social Forces*, 64, 2, December, 281-305.
- Shils, Edward (ed.)
1968. *Criteria for Scientific Development: Public Policy and National Goals*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.
- Shryock, Richard H.
1962. "American Indifference to Basic Science during the Nineteenth Century". In Bernard Barber (ed.), *The Sociology of Science*. Nova Iorque, The Free Press, 98-111.
- Schwartzman, Simon
1979. *Formação da Comunidade Científica no Brasil*. Rio, Finep/Cia. Editora Nacional.
1980. *Ciência, Universidade e Ideologia: A Política do Conhecimento*. Rio, Zahar Editores.
1984. "Coming Full Circle: for a Reappraisal of University Research". Rio, Iuperj, *Série Estudos*, n.º 31.
- Turner, R. Steven
1971. "The Growth of Professional Research in Prussia, 1818 to 1948: Causes and Context". In Russel McCormmach (ed.), *Historical Studies in the Physical Sciences*. Pennsylvania University Press, 137-183.
- Van Den Daele, Wolfgang, Solfgang Krohn e Peter Weingart
1977. "The Political Direction of Scientific Development". In Everett Mendelsohn, Peter Weingart e Richard Whitley (eds.), *The Social Production of Scientific Knowledge*. Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing Co., 219-243.
- Vucinich, Alexander
1970. *Science in Russian Culture*. Stanford, Stanford University Press.
- Weinberg, Alvin M.
1968. *Reflections on Big Science*. Cambridge, Massachusetts, The MIT Press.

Weisz, Paul

1977. "Corps Professoral de l'Enseignement Supérieur et Ideologie de la Reforme Universitaire en France, 1860-1885". *Revue Française de Sociologie*, XVIII, 2, avril-juin, 201-232.

Whitley, Richard D.

1982. "The Establishment and Structure of the Sciences as Reputational Organizations". In Norbert Elias, Hermínio Martins e Richard Whitley (eds.), *Scientific Establishments and Hierarchies*. Dordrecht, Holland, D. Reidel Publishing C., 313-357.

Wolpe, Paul Root

1985. "The Maintenance of Professional Authority: Acupuncture and the American Physician". *Social Problems*, 32, 5, June, 409-424.

Historiografia e Fontes (1930-1954)*

Israel Beloch

Sem buscar uma abordagem exaustiva, que seria impraticável num trabalho como este, procurarei apresentar o que me pareceu essencial e, acima de tudo, o que possa encerrar maior utilidade prática para o pesquisador do período.

A experiência concreta de pesquisa é uma das mais sensíveis lacunas dos nossos cursos universitários. Trabalhei por muitos anos, durante a elaboração do *Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro*, com dezenas de estudantes estagiários, cuja formação de pesquisa teve de ser efetuada no curso do próprio trabalho. Percebia-se nesses alunos familiaridade com a teoria, mas um grande desconhecimento da História Contemporânea, das fontes e das técnicas de pesquisa.

Outra preliminar a estabelecer é a de que vou me limitar às fontes convencionais, que são, pelo menos na *História Política* — meu campo de trabalho — o arcabouço da pesquisa, embora, como se sabe, esteja crescendo o recurso às fontes não convencionais para o estudo do cotidiano, dos movimentos sociais, da arte, do crime, do corpo etc. Essa nova categoria de fontes vai dos anúncios classificados à literatura de cordel, dos registros policiais ao receituário médico.

A chamada era de Vargas é um momento extremamente rico na evolução de nossa história. Nele ocorrem importantes mudanças econômico-sociais, podendo-se afirmar que foi em seu bojo que o Brasil lançou as bases para se transformar de uma sociedade agro-exportadora numa economia industrial. Foi aí que se consolidou a prática da intervenção estatal na economia e se promoveram as primeiras experiências de planejamento centralizado. Acentuou-se enormemente o processo de urbanização, perdendo o Brasil sua fisionomia de país essencialmente rural.

A Revolução de 30 marca a emergência de novas elites políticas e a renovação do quadro institucional e administrativo. O período viu nascer três constituições e experimentou fases de democracia parlamentar e de ditadura, de *centralização política* e de *polarização de forças*. Ampliou-se consideravelmente a participação popular na política, embora não se tenha quebrado de todo a antiga exclusividade das oligarquias estaduais. Sobrevivem na nova fase muitos fenômenos do Brasil arcaico, como o coronelismo, o patrimonialismo, o mandonismo etc.

A presença das camadas médias ganhou novos contornos e a questão social foi finalmente

* Apresentado originalmente no Ciclo de Conferências sobre Getúlio Vargas e a Economia Brasileira Contemporânea (1929-1954), promovido pelo Departamento de Política e História Econômica da Universidade de Campinas, em outubro de 1985.

entronizada como questão política, crescendo em boa medida o espaço que os trabalhadores ocupam nos cálculos do poder.

Todos esses aspectos estão profundamente refletidos na historiografia¹ e nas fontes. Enquanto estas traduzem as novas realidades, a literatura especializada ocupa-se dos temas que surgem, como a industrialização, o nacionalismo de nova espécie, as classes subalternas etc.

O avanço tecnológico propiciou e acompanhou o desenvolvimento econômico, repercutindo também sobre as fontes históricas – na aceleração da difusão de notícias pela imprensa, na introdução da gravação magnetofônica, nos novos meios de comunicação que reduzem a produção de correspondência escrita etc.

Procurarei apresentar os principais gêneros de fontes empregados na pesquisa histórica, lembrando que os arquivos documentais e os depoimentos orais são classificados como fontes primárias, enquanto os jornais e outros periódicos, do mesmo modo que os livros e os artigos, podem conter elementos de fonte primária e de fonte secundária. São fontes primárias o noticiário do jornal ou livros como o *Almanaque do Exército* e os *Anais da Câmara dos Deputados*; são secundárias as matérias retrospectivas, ditas “de pesquisa”, publicadas na imprensa e a historiografia em geral.

1. Arquivos

Os arquivos são os principais fornecedores de fontes primárias para a história. Compõem-se de documentos textuais (correspondência, relatórios, pareceres, diários, estudos etc.), sonoros e visuais (fotografias, cartões postais, discos, fitas fonográficas, filmes, videocassetes etc.), impressos (planfletos, folhetos, jornais, revistas e livros) e cartográficos (mapas, cartas etc.). Podem ser organizados segundo múltiplos critérios: cronológico, temático, regional, autoral etc. e dispor de diferentes instrumentos de pesquisa, como guias, inventários e índices onomásticos, temáticos, analíticos e outros.

Um interessante levantamento dos arquivos brasileiros, de suas atividades e publicações foi promovido por José Roberto do Amaral Lapa.²

1.1 Arquivos Públicos

Detentores de preciosos registros do Período Colonial e principalmente do Império, os arquivos públicos são em geral pobres para a fase mais recente. Por inúmeras razões não recolhem a documentação com a continuidade que deter-

mina a lei. Por um lado, constata-se a resistência ou o descaso de muitos órgãos públicos em encaminhar seus papéis à instituição arquivística competente. Por outro, é notório o despreparo dos arquivos públicos, carentes de espaço e recursos para armazenar e processar a massa documental que lhes caberia.

Nesse panorama, a recente transferência do Arquivo Nacional para novas instalações permitirá enfim aproximá-lo de sua destinação legal e de seu papel histórico e cultural.

O Arquivo Nacional, em tese, disporia de material até 1960. Mas a realidade é bem diversa. Os fundos provenientes do Ministério da Fazenda abrangem apenas o século XIX, sendo particularmente opulentos para o período 1808-1831. Os do Ministério da Viação alcançam 1910. Muito do material posterior relativo a ambas as pastas foi destruído em irresponsáveis descartes promovidos na década de 1950. Os registros de imigração, oriundos do estabelecimento da Ilha das Flores, se estendem até 1929/1930. A documentação judiciária disponível abrange algo do Supremo Tribunal Federal e coleções completas do Tribunal de Segurança Nacional (1936-1945) e do Tribunal Especial (1930-1931). Os papéis da Presidência da República são dos poucos recolhidos com continuidade, estando depositados no Arquivo Nacional os documentos da secretaria da Presidência entre 1921 e 1966 e os de órgãos subordinados em períodos diversos: Agência Nacional (1935-1972), Comissão Especial de Faixas de Fronteira (1940-1962), Comissão Executiva de Armazéns e Silos (1955-1962), Comissão Coordenadora do Abastecimento (1956-1963), Conselho Nacional de Economia (1934-1967), Conselho Nacional do Petróleo (1938-1965), DASP (1936-1962) e Estado-Maior das Forças Armadas (uma caixa de 1956 a 1968).

O Arquivo Nacional dispõe em Brasília de um pré-arquivo, depósito intermediário da administração pública federal, onde se acha reunido importante acervo contemporâneo, ao qual só é concedido acesso mediante autorização do órgão produtor do documento.

Os ministérios militares e o Itamarati mantêm seus próprios arquivos históricos e não transferem documentação ao Arquivo Nacional. O Arquivo do Ministério das Relações Exteriores é reconhecidamente dos mais inexpugnáveis do país e os das Forças Armadas de difícil consulta para assuntos contemporâneos.

Importantes segmentos documentais do Congresso Nacional foram informatizados pelo Prodasen (Processamento de Dados do Senado Federal) e são consultáveis *on-line* em terminais

espalhados pelo país. Esse banco de dados inclui a legislação nacional e toda a atividade parlamentar — projetos, pareceres, discursos, relatórios etc. — classificadas por assunto, além de perfis dos senadores.³

Considerem-se também os arquivos públicos estaduais, alguns muito ricos de material, e os arquivos públicos municipais dos grandes centros. São muito variáveis o volume dos acervos e as condições de acesso, o que não nos permite deter-nos no particular.

Um levantamento dos arquivos públicos existentes no Rio de Janeiro, encontra-se no *Guia preliminar de fontes para a história do Brasil*; instituições governamentais no município do Rio de Janeiro.⁴

1.2 Arquivos Privados

Além dos arquivos pessoais, de que trataremos a seguir, destacam-se nessa categoria os empresariais, sindicais, partidários e eclesiásticos.

A documentação empresarial e sindical é indispensável para o estudo da história econômica e social. Seu emprego sistemático é ainda recente e muito limitado. Integram contudo valiosas informações, no que tange às empresas, sobre movimento econômico, contabilidade, compra e venda, folhas de pagamento, registros de funcionários, benefícios sociais e, no tocante aos sindicatos, sobre campanhas salariais e políticas, programas assistenciais e recreativos, registros de sócios. Podemos mencionar nessa categoria os arquivos da Eletropaulo, continuadora da Light paulista, titular de precioso acervo que começa a ser tratado sob a coordenação do historiador Ricardo Maranhão e já resultou na publicação de alguns números de um *Boletim Histórico*. Está em estudos, por outro lado, o processamento da riquíssima documentação da Rio Light. O arquivo da Companhia América Fabril, empresa têxtil carioca, foi pesquisado pela Fundação Casa de Rui Barbosa e será objeto de publicação que se encontra no prelo. Do mesmo modo, os papéis da Companhia Petropolitana de Tecidos, ativa desde o século passado, foram analisados por equipe dirigida por Ismênia de Lima Martins.

Iniciativas similares vêm contemplando os acervos de empresas como Mappin, Rhodia, Pirelli, Alpargatas, Souza Cruz, Unibanco, redundando em diferentes tipos de trabalhos. Entre as grandes empresas jornalísticas do passado, consigne-se o portentoso arquivo fotográfico do *Correio da Manhã*, depositado no Arquivo Nacional.

Pela notória escassez de recursos, é mais raro o tratamento dos arquivos sindicais, muitos irremediavelmente perdidos e outros aguardando recolhimento a instituições especializadas. Assinalem-se os esforços promovidos no setor pelo Arquivo Edgard Leuenroth, da Unicamp, e pelo Centro da Memória Sindical, de São Paulo, recordando também o *Archivio Storico Del Movimento Operario Brasileiro*, instalado na Fundação Feltrinelli, em Milão, depositário dos papéis de Astrojildo Pereira.⁵

Os arquivos eclesiásticos, essenciais para o estudo da Colônia e até mesmo do Império, são menos importantes para o período em tela, quando muitas das antigas funções civis da Igreja foram substituídas pelo Estado. Ainda assim, não devem ser desprezados para a análise de certas questões políticas, ideológicas e sociais. Na instância do social os registros religiosos recuperaram grande valor em período mais recente, com o engajamento da Igreja nos movimentos das camadas populares.

Os arquivos de partidos políticos seriam elementos capitais para a compreensão da história. São entretanto pouco conhecidos. A indigência de tais fundos documentais reflete o baixo nível de institucionalização da estrutura partidária brasileira. Muitos se perderam pelo descaso ou em consequência da repressão política. Embora se componham basicamente de registros formais — programas, resoluções, organização e decisões de convenções e congressos, campanhas e resultados eleitorais, recursos na justiça eleitoral etc. — constituem suporte indispensável dos estudos políticos. O CPDOC possui o arquivo do PSD do Estado do Rio de Janeiro, livros de atas da direção nacional do partido, o fichário de associados do Clube 3 de Outubro e documentação da Arena. No Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, encontram-se os papéis da Liga Nacionalista. Boa parte dos arquivos comunistas devem estar nos órgãos policiais, que tantas vezes desbaratarem as agremiações dessa corrente.

Os arquivos pessoais de homens públicos sempre foram considerados por historiadores e particularmente por biógrafos. Desde o século XIX alguns foram transferidos para os institutos históricos e estabelecimentos do gênero. Muitos se perderam e dispersaram ante o desinteresse dos herdeiros. Mais recentemente, instituições como o CPDOC da Fundação Getúlio Vargas passaram a dedicar-se ao recolhimento sistemático desses fundos. Reúnem às vezes documentos decisivos para o esclarecimento histórico, por tratar dos bastidores dos acontecimentos, por permitir acompanhar o processo de tomada

de decisão, de negociação e barganha política. Comumente compreendem também documentos públicos, incorporados durante a atividade do titular, evidenciando, por outro lado, terem sido algumas vezes expurgados ou selecionados antes de chegar ao arquivo de destino.

Arquivos pessoais podem ser encontrados tanto em instituições privadas, a exemplo do CPDOC, do Memorial JK, dos institutos históricos, como em instituições públicas – Arquivo Nacional, arquivos públicos estaduais, Museu da República, Museu Histórico Nacional, Museu Imperial, Museu Paulista etc.

O CPDOC dispõe de 45 arquivos e 91 coleções (conjuntos documentais de menor porte) formando um amplo painel do período, onde se destacam os arquivos de Getúlio Vargas, Osvaldo Aranha e Gustavo Capanema, cada um deles com dezenas de milhares de documentos. Sobressaem do mesmo modo, pela complementaridade, os arquivos dos ministros do Trabalho Lindolfo Collor, Valdemar Falcão e Marcondes Filho e os dos ministros da Justiça Antunes Maciel e Agamenon Magalhães. Muitos arquivos se completam e entrelaçam também pela mesma abrangência temporal.⁶

Além das instituições já aludidas, muitas outras dispõem de arquivos pessoais: Arquivo do Exército, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Universidade Federal de Juiz de Fora, Casa de José Américo, em João Pessoa, Casa de Rui Barbosa, Arquivo Público de Rio Claro, São Paulo, Fundação Joaquim Nabuco, em Recife etc. Muitos conjuntos documentais permanecem em poder das respectivas famílias, geralmente sem nenhum tipo de organização e algumas vezes em mau estado de conservação.

O *Guia dos arquivos privados relevantes para o estudo da história da política econômica no Brasil: 1822-1964*, que elaborei para o Programa Nacional de Pesquisa Econômica (PNPE), encontra-se no prelo, constituindo um mapeamento dos arquivos dos Presidentes da República e dos Ministros da Fazenda do período.

1.3 Arquivos Estrangeiros

Muita documentação de interesse para nossa história encontra-se depositada no estrangeiro em instituições públicas e privadas. Compõe-se de papéis brasileiros, mas também de relatórios, estudos e correspondência diplomática e de outras procedências. Para o período contemporâneo, oferece a vantagem de ser aberta ao público, muitas vezes em prazos mais curtos que os próprios documentos nacionais. Documentos diplomáticos norte-americanos, por exemplo,

são transcritos em *Foreign relations of the United States; diplomatic papers*, publicação anual que compreende em volumes relativos ao continente americano rico material sobre o Brasil.⁷

2. História Oral

É uma técnica relativamente nova, desenvolvida em bases antropológicas para o registro da história de povos e grupos sociais ágrafos, mas que tem sido empregada com crescente amplitude no estudo de objetos tão diversos quanto as mulheres, os velhos, a participação popular na Revolução Mexicana e na Guerra Civil Espanhola e, inclusive, as elites políticas. Consiste na produção controlada de fontes históricas, sendo a única modalidade que permite ao historiador gerar sua própria fonte, intervindo na elaboração da mesma. Tem sido criticada pelos perigos de manipulação e deturpação ideológica que encerra, mas submetida ao crivo da crítica interna e externa para assumir alto grau de fidedignidade, inclusive pelo cruzamento de baterias de depoimentos que tendem a clarificar, confirmar ou desmentir determinadas versões e passagens históricas. Cabe recordar que um elemento de subjetividade está presente em todo documento histórico, sem excluir os mais tradicionalmente reconhecidos e empregados.

De todo modo, é essencial para a abordagem de campos como a história das mentalidades, a lingüística, a psicologia etc. Pode constituir-se da tomada de depoimentos sobre temas ou períodos delimitados ou de relatos biográficos contínuos, as chamadas "histórias de vida".

Para se avaliar a complexidade das questões envolvidas no debate sobre a história oral, basta alinhar alguns artigos reunidos em trabalho coordenado por Daniel Bertaux:⁸ Józef Chalasinski. Os registros de vida da jovem geração de camponeses poloneses como uma manifestação de cultura contemporânea; Zoltán Kárpáti. O uso metodológico da história de vida num *survey* húngaro sobre mobilidade e urbanização; Aspásia Camargo. O ator e o sistema: trajetória das elites políticas brasileiras; Agnes Hankiss. Ontologias do eu: sobre o rearranjo mitológico de uma história de vida; Maurizio Catani: História Social de vida como uma troca oral ritualizada; Jan Szczepanski. O uso de autobiografias em psicologia social história; Elmer Luchterhand & Norbert Wieland. A história de vida focada no estudo do envolvimento numa situação genocida na Alemanha nazista.

A riqueza do debate sobre o assunto está retratada em copiosa literatura internacional.

O CPDOC, concentrado na área das elites políticas, civis e militares, dispõe de 110 entrevistas de história oral abertas à consulta – gravação em fita e texto transcrito aprovado pelo depoente –, além de igual número que se encontra em processamento, mas com gravação e transcrição provisória liberadas ao público. Um guia, embora desatualizado, desse acervo achase publicado.⁹ Um segmento particular do mesmo foi também recentemente descrito.¹⁰

Muitos outros programas de história oral acham-se em curso, ampliando-se o seu número à medida que o método se difunde e ganha aceitação. Mencionemos as iniciativas desenvolvidas nessa área pelo Clube Militar, a ABI, o BNDES, a Universidade Federal da Paraíba, a Secretaria de Cultura de Juiz de Fora, os Museus da Imagem e do Som do Rio de Janeiro e de São Paulo. Este último publicou seu catálogo.¹¹

Sobre o tema, consulte-se o número da revista *Dados* dedicado à história oral¹² e a resenha bibliográfica de autoria de Aspásia Camargo, Lúcia Hipólito e Valentina da Rocha Lima. Considerem-se ainda livros resultantes de depoimentos orais.¹³

3. Imprensa

Os jornais e outros periódicos, como já assinalamos, contêm facetas de fonte primária, como o noticiário, e de fonte secundária, como as matérias “de pesquisa”. São em muitos casos indispensáveis para a apreensão da realidade e adquirem para certos temas, verdadeira exclusividade, dada a inexistência de qualquer outra fonte.

Devem contudo ser utilizados com cautela e com consciência das suas limitações. É comum a veiculação pela imprensa de notícias equivocadas, seja porque deliberadamente distorcidas pelo facciosismo político, seja porque publicadas por descuido, comum num tipo de atividade em que o ritmo vertiginoso não permite maior esmero na redação e revisão dos textos.

Há que conhecer também as características da imprensa em cada período e os condicionamentos ao seu exercício. Durante o Estado Novo (1937-1945), reinou a mais absoluta censura à imprensa e nada que não tenha sido aprovado pelo governo era estampado em suas folhas. Diferentemente do período mais recente de censura, em que a intervenção era dissimulada, os jornais da época estavam repletos de matérias produzidas e assinadas pelo órgão oficial

competente, o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

A natureza de cada jornal e revista deve também ser identificada com nitidez. Serão vãs, por exemplo, as tentativas de buscar na imprensa comunista de 1945 a 1955 debates e controvérsias sobre a linha partidária, que era então, como ainda hoje em menor grau, monoliticamente difundida por seus jornais. Outro exemplo é o do *Jornal do Brasil*, de tanta importância no cenário político nacional das últimas décadas. Entre 1930 e 1950 esse órgão limitava-se a pouco mais que um boletim de anúncios classificados, conhecido pejorativamente como “jornal das cozinheiras” e, por isso, seguramente não é o melhor recurso para embasar uma pesquisa de história política do período.

Uma relação dos principais jornais da era Vargas inclui, no Rio de Janeiro, o *Correio da Manhã* (1901-1974), *O Globo* (1925-), *Diário Carioca* (1928-1965), *Diário de Notícias* (1930-1974), *Jornal do Brasil* (1891-), *O Jornal* (1919-1974), *Jornal do Comércio* (1827-), *Gazeta de Notícias* (1875-), *A Batalha* (1929-1940), *A Nação* (1933-1939), *O Imparcial* (1935-1942), *Jornal de Debates* (1946-1951), *Tribuna da Imprensa* (1949-) e *Última Hora* (1951-).

Em São Paulo, devem ser considerados *O Estado de São Paulo* (1875-), *Correio Paulistano* (1854-1963), *Diário Nacional* (1927-1932), *Folhas* (1921-) e *A Gazeta* (1906-1979). Em Porto Alegre, cabe referir *A Federação* (1883-1937) e *Correio do Povo* (1895-); em Recife, o *Diário de Pernambuco* (1825-) e o *Diário da Manhã* (1927-1950); em Salvador, o *Diário de Notícias* (1875-), o *Diário da Bahia* (1865-1957) e *A Tarde* (1912-); em Belo Horizonte, *O Estado de Minas* (1928-).

O partido Comunista dispôs de múltiplos órgãos no período, entre os quais cumpre assinalar *Classe Operária* (1925-1949 e 1951-1952), *A Esquerda* (1927-1933), *A Manhã* (1935), *Platéia* (1888-1942, alinhada com a ANL apenas em 1935), *Hoje* (1945-1956), *Tribuna Popular* (1945-1947), *Imprensa Popular* (1948-1958) e *Voz Operária* (1949-1959).

Entre as revistas de época, mencionamos *O Cruzeiro*, *O Malho*, *Careta*, *Ilustração Brasileira*, *Revista da Semana*, *Revista do Globo*, *Inteligência*, *Diretrizes*. *Defesa Nacional* foi a partir de 1913 um importante veículo do pensamento militar; *Cultura Política*, do DIP, reunia a elite intelectual durante o Estado Novo; *A Ordem*, representava as idéias católicas. Órgãos oficiais, como o *Boletim do Ministério do Trabalho*, *Indústria e Comércio*, editado a partir de 1934,

têm utilidade para a pesquisa. No segundo governo Vargas, destaca-se o lançamento de *Manchete* (1952) e, entre as publicações culturais, a oposicionista *Anhembi*, o nacionalista *Cadernos do Nosso Tempo* e a comunista *Problemas*. Exemplo curioso de uma publicação empresarial é a revista *Cruz de Malta*, que se intitulava “dos funcionários do Grupo Lage” e promoveu a partir de 1936 extensa cobertura política, econômica e social.

A já citada bibliografia de Robert Levine, apresenta uma relação de índices de periódicos brasileiros.¹⁴ Listagens mais completas têm sido publicadas pela Biblioteca Nacional.¹⁵

4. Livros

Se nos aventurássemos a traçar uma visão panorâmica da literatura do período 1919-1955, mesmo sabendo que toda síntese é necessariamente empobrecedora, poderíamos dizer que entre os trabalhos de época predominam os relatos impressionistas e muitas vezes passionais, a favor ou contra, mas nem por isso menos importantes para o estudo daqueles anos, desde que se possa depurá-los através de um rigoroso método de análise. Observa-se também certa proliferação de obras factuais descritivas, que são bases valiosas para a reconstituição dos processos históricos. Os trabalhos interpretativos de época pautam-se em geral por diretrizes filosóficas ou doutrinárias explícitas, com baixo índice de fundamentação empírica.

Nas décadas de 30 e 40 são exceções as obras que procuram imprimir caráter científico à análise. Aos poucos, contudo, vão surgindo na década de 50 trabalhos dessa natureza, que procuram compreender e explicar a realidade a partir da pesquisa concreta dos fenômenos. Em contato com outras disciplinas, a história começa a desprender-se da exclusiva factualidade, absorvendo conceitos e metodologia das ciências sociais.

Muitos trabalhos importantes foram gerados nessa ambiência e a Universidade de São Paulo teve aí um papel destacado. Mais tarde, com a disseminação dos cursos de pós-graduação, expandiu-se o volume de estudos históricos, econômicos, sociológicos e políticos dotados de maior rigor científico.

Depois de um período de exacerbação da teoria, vivemos agora o estágio da revalorização do fato, “uma imposição da história contemporânea”, como reconhece Francisco Iglésias.¹⁶ Resgata-se também a importância da política, que os mais radicais chegaram a considerar

mero epifenômeno da economia. A esse propósito, remeto ao artigo de Jacques Julliard na coletânea de Jacques Le Goff e Pierre Nora.¹⁷

Essas sístoles e diástoles refletem-se na produção bibliográfica sobre o período, que passamos a analisar com mais detalhe. Concentramos basicamente nos livros, registrando apenas pequeno número de textos de menor fôlego, selecionados por estrito critério pessoal, já que um censo mais exaustivo de artigos, por exemplo, transporia os limites de um trabalho como este. De todo modo, sirvo-me das palavras de Nelson Werneck Sodré para lembrar que “como o antologista, que jamais satisfaz o gosto de todos, não chegando a satisfazer talvez senão o seu próprio, quando o consegue – quem organiza uma obra como esta não espera nem pretende a concordância geral”.¹⁸

4.1 Bibliografias e Obras de Referência

A escassez de obras de referência no Brasil, comparativamente a outras sociedades, é um fato notório. É lamentável, porque muito prejudicial ao desenvolvimento da investigação e do conhecimento histórico. As obras de referência são instrumentos reprodutores pela forma como facilitam a pesquisa e incitam ao estudo de novos campos e objetos.

Ja contamos com algumas bibliografias do período, tanto gerais quanto setoriais. As mais úteis são as bibliografias comentadas (Conde, 1977; Fundação Casa de Rui Barbosa, 1985; Levine, 1980; Morais, 1949; Oliveira, 1980; Skidmore, 1975-1976), embora trabalhos desse teor, quando compostos com excessiva seletividade, resultem empobrecidos pelo pequeno elenco de obras que apresentam. O CPDOC, além da bibliografia comentada da Revolução de 1930, de Lúcia Lippi Oliveira, publicou outras três de largo emprego (Fundação Getúlio Vargas, 1978; Medeiros, 1982, 1983).

Embora existam bibliografias sobre praticamente todos os assuntos, sua qualidade é muito variável e o acesso nem sempre fácil. Lembremos as bibliografias sobre relações internacionais (Cheibub, 1981; Moura, 1982; Moura e Lima, 1982a), elite eclesial (Miceli, 1984), estratificação e mobilidade social (Bazzanella, 1956), mulheres na força de trabalho (Aguar, 1983), cana-de-açúcar (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, 1976).

Vou me estender um pouco sobre as obras de referência porque elas são inestimáveis ferramentas de trabalho. Em primeiro lugar, recordo o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*, cuja elaboração coordenei junta-

mente com Alzira Alves de Abreu e que abrange cerca de 4.500 biografias e temas (Fundação Getúlio Vargas, 1984-1985). Mencionemos os dicionários biobibliográficos, alguns construídos com razoável apuro (Velho Sobrinho, 1937-1940), outros mais sumários (Coutinho, 1961; Hirschowicz, 1945). Mesmo os chamados *Who's who*, que cobram uma taxa em dinheiro para a inclusão de personagens em suas páginas, podem ter utilidade (The British Chamber of Commerce of São Paulo and Southern Brazil, 1933; Câmara Comercial, Industrial e Administrativa de São Paulo, s.d.; Sociedade Brasileira de Expansão Comercial, 1948- ; Vários autores, 1940, 1971, s/d). Não nos esqueçamos que em nosso trabalho de pesquisa comumente temos que "tirar leite de pedra". Existem outros tipos de dicionários úteis: os de história do Brasil, para o ensino médio (Vários autores, 1970), o econômico-geográfico (IBGE, 1957-1958), o de diplomacia e política externa (Guimarães, 1938), os literários, gerais (Meneses, 1969), ou regionais (Melo, 1954; Ribeiro Filho, 1965; Vilas-Boas, 1974), os regionais e locais, entre os quais assinalo a *Grande Enciclopédia da Amazônia*, em 6 volumes (Roque, 1967), que se destaca num leque de obras de variada qualidade (Albuquerque, 1938, 1942; Almeida, 1972; Andrade, 1975; Araújo, 1960; Bittencourt, 1973; Borges, 1960; Correia, 1979, 1983; Cortés, 1957; Ferreira, 1980; Guaraná, 1925; Guimarães, 1952; Lacombe, 1973; Macedo, 1966-1978; Matos, 1974; Meirinho, 1973; Mendonça, 1953; Moreira, 1960; Nicolas, 1954, Nóbrega, 1960; Richard Neto, 1959; Silva, 1948, 1960; Silva Júnior, 1943; Sousa, 1949; Spalding, 1958; Vários autores, 1954, 1967, 1976).

Os almanaques militares (em princípio anuais, algumas vezes semestrais) contêm informações básicas sobre cada oficial, embora as comissões (cargos) tenham sido omitidas há vários anos. A distribuição das unidades militares pelo território nacional figurou no *Anuário Estatístico do Brasil até a véspera da Segunda Guerra Mundial*. A partir de então é informação de acesso reservado. Até a década de 40 foram publicados os *Anais do Exército Brasileiro*, com abundante informação.

O almanaque do Itamarati, em tese anual, contém biografias de todos os diplomatas, limitadas a aspectos funcionais. O Ministério das Relações Exteriores publica também a lista de autoridades e a lista diplomática.

Existem ainda relações do alto escalão da administração pública, recém-lançada pela Presidência da República (Brasil. Presidência da

República, 1984), listagens e biografias de ministros (Beleza, 1955; Brasil. Ministério da Agricultura, 1960; Brasil. Ministério da Fazenda, 1972, 1975; Brasil. Ministério da Justiça, 1974; Brasil. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1955; Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas, 1961; Bulhões, 1955; Guerra Filho, 1966; Lopes, 1950; Santos, 1934), e diversos repertórios militares e judiciários preparados por Laurênio Lago nas décadas de 30 e 40 (Lago, 1934, 1938, 1940, 1944, 1944a).

A atividade parlamentar está retratada nos Anais da Câmara dos Deputados e do Senado, nas Súmulas de Discursos, utilíssimas para a localização de pronunciamentos, e naturalmente no *Diário do Congresso Nacional*. A Câmara publicou uma listagem dos deputados brasileiros de 1826 a 1976, coalhada de erros quanto à vinculação partidária e, por isso, retirada de circulação, mas essencialmente correta no restante (Brasil. Congresso, 1976). Os repertórios biográficos de deputados e senadores só começaram a ser publicados depois de 1964 (Brasil. Congresso, 1966-1983, 1974-1983), mas David Fleischer produziu para os deputados um volume retrospectivo de 1946 a 1967 (Fleischer, 1981). Os parlamentares são ainda objeto de outros trabalhos similares (Cisneiros, 1953; Campos, 1962-1966; Godinho, 1934; Silva, 1947; Vaitzman, 1960).

As leis e decretos são encontrados em ordem cronológica nos volumes *Leis do Brasil*, que já alcançam várias dezenas. Os chamados decretos sem número, de nomeação e exoneração por exemplo, não figuram nesses volumes e só são transcritos no *Diário Oficial*, onde a busca é sempre árdua se não se souber a data. A legislação e o direito em geral são áreas mais bem servidas de obras de referência, indispensáveis de resto à própria atividade desses campos específicos (ver por exemplo Dantas, 1966; Vários autores, 1977-1982).

Os resultados eleitorais foram publicados pelo TSE em nove volumes de 1945 a 1970 (Brasil. Tribunal Superior Eleitoral, 1961-1973) e as mensagens presidenciais ao Congresso pela Câmara dos Deputados na série Documentos Parlamentares (Brasil. Presidente, 1978). Os discursos presidenciais foram em geral reunidos em livro. Os de Vargas abrangem 19 volumes editados pela José Olímpio.

Os censos demográficos e econômicos que interessam ao período são os de 1920, 1940 e 1950, devendo-se observar que são menos refinados que os recentes, de 1970 e 1980, e fornecem portanto menos informação.

4.2 Obras Gerais sobre o Período

Cabe mencionar inicialmente a série de Hélio Silva (Silva, 1964, 1965, 1966, 1966a, 1967, 1968, 1969, 1969a, 1970, 1971, 1972, 1972a, 1974, 1976, 1978), pelo pioneirismo na utilização de arquivos privados, no caso o de Vargas. Publica grande massa de documentos getulianos, ligados por texto descritivo. Edgard Carone produziu sete volumes sobre o período, transcrevendo documentos essenciais para o estudo da época (Carone, 1974, 1974a, 1976, 1976a, 1980, 1985, 1985a).

Sínteses históricas foram elaboradas por José Maria Belo e Leôncio Basbaum e, nos EUA, por Thomas Skidmore e Bradford Burns, entre outros (Belo, 1940; Basbaum, 1968; Flynn, 1978; Skidmore, 1969; Burns, 1966, 1970).

Um parêntese para falar dos brazilianistas. Apesar das críticas que se possa dirigir aos trabalhos desses pesquisadores estrangeiros, é nítida a relevância da contribuição que trouxeram ao levantamento empírico de nossa história. As distorções e equívocos provocados por vezo ou desconhecimento são francamente compensados por obras de fôlego como as de Ralph Della Cava sobre o Padre Cícero e Stanley Stein sobre a indústria têxtil.

Brasil: História, Texto e Consulta, de Antônio Mendes Júnior e Ricardo Maranhão, é outra importante síntese, destacada por sua competente natureza didática (Mendes Júnior, 1981). Outras obras contêm subsídios sobre história administrativa (Andrade, 1950; Cunha, 1963; Wahrlich, 1983) e política (Leal, 1962; Lowenstein, 1942; Quadros, 1967; Schmitter, 1971).

Muito familiares aos estudantes são as coletâneas de artigos como *Brasil em Perspectiva*, coordenada por Carlos Guilherme Mota (Mota, 1968) e, mais recentemente, e de modo mais denso, a *História Geral da Civilização Brasileira*, cujo segmento relativo à República foi organizado por Bóris Fausto. Os volumes 10 e 11 dessa última coleção oferecem um amplo e rico panorama dos anos pós-1930, inclusive nos campos da história social, econômica e das idéias (Fausto, 1981-1984).

Aplicam-se ao período as três histórias das revoluções, de Carone (1965), Glauco Carneiro (1965) e Abguar Bastos (1969-1973). A obra de Edgard Costa, *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*, em cinco volumes, cobre as crises políticas que passaram pelo Judiciário (Costa, 1964-1967). A *História do Supremo Tribunal Federal*, de Leda Boechat Rodrigues, infelizmente não passou do segundo volume, não alcançando nosso período.

4.3 Crise da República Velha

Sobre essa conjuntura, quero sublinhar algumas obras de época que abordam a fermentação rebelde do tenentismo e fazem a crítica das instituições envelhecidas: seus autores, Sertório de Castro (1932), Azevedo Lima (1958), Alcindo Sodré (1932) e Maurício de Lacerda (1927), foram testemunhas e personagens do declínio da Primeira República e do alvorecer dos tempos em estudo.

4.4 Tenentismo

Sobre o tenentismo, dispõe-se de vários relatos de época, versando sobre a Revolução de 1924, especialmente em São Paulo, e a Coluna Prestes (Camargo, 1925; Lima, 1931; Távora, 1927). Quase nada há desse gênero sobre a Revolução de 1922, de amplitude mais limitada, mas de grande significação por ter sido a primeira da série (Chevalier, 1930). A maior parte dos relatos é feita do ponto de vista dos rebeldes, mas há também os escritos legalistas, como os de Abílio de Noronha e Góis Monteiro (Noronha, 1924; Coutinho, 1956). Alguns trabalhos de cunho biográfico e memorialístico ajudam a lançar luz sobre o fenômeno (Barros, 1953; Carneiro, 1966; Landucci, 1952; Távora, 1973-1976). As análises coetâneas tendem a identificar o tenentismo com as camadas médias (Santa Rosa, 1932), enquanto as mais recentes o vêem pela sua marca corporativa. Entre os trabalhos interpretativos atuais destaco os de Ana Maria Martinez Correia (1976) e Maria Cecília Spina Forjaz (1977, 1978). Neil Macaulay (s/d) produziu um competente levantamento da Coluna e Edgard Carone (1975) compilou textos básicos do movimento tenentista.

4.5 Revolução de 1930

A Revolução de 1930 é, entre os episódios de nossa história contemporânea, dos mais bem dotados de literatura, o que demonstra, também por esse ângulo, a sua importância.

Entre os textos de época, queremos destacar os de Virgílio de Melo Franco (1931), Barbosa Lima Sobrinho (1933) e Góis Monteiro (s/d), e os depoimentos dos generais legalistas Gil de Almeida (1934) e Estêvão Leitão de Carvalho (1933). No plano regional, existe uma multiplicidade de trabalhos, embora nem todas as regiões estejam cobertas (Anselmo, 1970; Carvalho, 1978; *Concentração Conservadora*, 1930; Dantas, 1983; Inojosa, 1980; Jardim s/d; Joffily, 1979, 1980; Leite, 1931; Love, 1975; Mo-

rais, 1933; Rodrigues, 1981; Silva, 1980, Vidal, 1933).

A obra de maior repercussão nos últimos tempos foi a de Bóris Fausto (1970), ao passo que outras importantes interpretações de diversas facetas do movimento compõem os volumes correspondentes a seminários promovidos pelo CPDOC (Fundação Getúlio Vargas, 1983) e pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1983) no cinquentenário da Revolução.

Documentário sobre o movimento foi publicado pelo CPDOC (Fundação Getúlio Vargas, 1982), pela Câmara dos Deputados (Brasil. Congresso, 1982) e pelos já citados Hélio Silva e Carone. Elucidativas são as memórias de João Neves de Fontoura (1963) e, para a atuação da hierarquia militar, as biografias dos generais Tasso Fragoso, Mena Barreto e Malan D'Angrogne (Araripe, 1960; Barreto, 1950, 1971; Malan, 1977). Análises de brazilianistas sobre o papel dos militares nos acontecimentos foram reunidas por Eurico Lima Figueiredo (1979).

4.6 Governo Provisório e Constituinte de 1934

A instituição do Governo Provisório foi anotada por Amador Cisneiros (1931), enquanto as difíceis relações da nova ordem com as elites paulistas foram tratadas por Paulo Nogueira Filho (1958), Vavy Pacheco Borges (1979) e Plínio de Abreu Ramos (1980). Ângela Maria de Castro Gomes e outros pesquisadores do CPDOC esmiuçaram o período, abordando as situações gaúcha, mineira e paulista e a representação classista na Constituinte (Gomes, 1980). Para a Constituinte, a fonte básica são seus anais, publicados em 22 volumes (Brasil. Assembléia Nacional Constituinte, 1934-1937), merecendo atenção os comentários de Temístocles Cavalcanti (1933) e João Mangabeira (1934).

Para a quadra, consultem-se também, além dos discursos de Vargas, os relatórios de José Américo (Almeida, 1933, 1934) e o depoimento de um chefe militar sobrevivente da República Velha (Moura, 1936).

4.7 Revolução de 1932

Este é outro capítulo de nossa história que mereceu vasta bibliografia. A elite paulista, derrotada no conflito militar, foi no entanto largamente vitoriosa no número de títulos publicados sobre o tema. Tanto o lado civil (Duarte, 1947; Fontoura, 1933, 1933a; Leite, 1934; Picchia, 1932; Nogueira Filho, 1965-1981) quanto o militar (Figueiredo, 1954; Klinger, 1933, 1944-1953; Silva, 1932) descreveram o

desenrolar dos acontecimentos. Antônio Carlos Pereira (1982) publicou rica documentação sobre o conflito e Hernani Donato (1982) um álbum ilustrado comemorativo do cinquentenário, ao passo que Stanley Hilton (1982) deu à luz uma síntese bastante útil.

É curioso observar que o impacto da Revolução de 1932 foi de tal ordem, a presença das abordagens passionais tão forte, as comemorações anuais tão triunfalistas, que até hoje, como lembrava Bóris Fausto, a comunidade acadêmica paulista tem evitado cautelosamente o tema.

4.8 Revolta de 1935 e Comunismo

As fontes primárias para a polêmica revolta de 1935 são o processo dos réus, utilizado por Hélio Silva em seu livro correspondente, já mencionado, o relatório do inquérito policial (Polícia Civil do Distrito Federal, 1936) e a denúncia do procurador perante o Tribunal de Segurança Nacional (Vergolino, 1938), os dois últimos publicados na época.

Militares como Ferdinando de Carvalho (1981) e José Campos de Aragão (1973) produziram libelos contra o levante. Robert Levine (1970) debruçou-se sobre os fatos, em especial a rebelião de Natal, onde os insurretos detiveram o poder por três dias. José Nilo Tavares (1982) estudou a Aliança Nacional Libertadora, embora o tema ainda mantenha muitas interrogações e requeira aprofundamento. O depoimento de Sobral Pinto (1979) sobre a repressão ao comunismo a partir da revolta e o estudo de Fernando de Moraes (1985) sobre o martírio de Olga Benário contêm relevantes subsídios.

O comunismo no Brasil tem sido objeto de vasta bibliografia. A maior parte dos documentos do PC se acha publicada, em forma legal ou clandestina. Carone (1982) transcreveu recentemente em três volumes uma seleção desse documentário. Do mesmo modo, as principais peças do processo de cassação do partido em 1947 (ver por exemplo Barbedo, 1947) foram reunidas em volume recente (Vários autores, 1980). Documentos de Astrojildo Pereira e Cristiano Cordeiro integram os dois volumes de *Memória e História*, editados pelo Archivo Storico Del Movimento Operário Brasileiro, sediado em Milão (Pereira, 1981; Cordeiro, 1982).

Discursos de Prestes, como os reunidos em *Problemas Atuais da Democracia* (1947), e obras partidárias a seu respeito, como as comemorativas de seu aniversário, estão também disponíveis (Osório, 1948). De 1946 são *Prestes e a Revolução Social*, de Abguar Bastos, e *Homens e*

Coisas do Partido Comunista, de Jorge Amado, e do ano seguinte *A Bancada Comunista na Constituinte (Partido Comunista do Brasil, 1947)* opúsculo que historia a atuação da delegação partidária naquela assembleia.

As histórias do PCB começam pela obra básica de Astrojildo Pereira (1962), passam por trabalhos de Nelson Werneck Sodré (1984), Moisés Vinhas (1982) e José Antônio Segatto (1981), por textos policiais, como os quatro volumes do *IPM 709 (1966)*, para desaguar na produção dos brazilianistas Chilcote (1974) e Dulles (1977, 1985), americanos, e Boris Koval (1982), soviético. O alentado artigo de Leôncio Martins Rodrigues (1981) no volume 10 da História Geral da Civilização Brasileira é de grande interesse para o tema. Uma história fotográfica de 60 anos do PCB foi publicada no transcurso desse aniversário (Segatto, 1982). Não obstante todos esses títulos, o tema se ressentia de muitos vazios e está a pedir maior atenção.

Muitos militantes deixaram depoimentos, cabendo destacar os de Agildo Barata (s/d), Leôncio Basbaum (1976), Gregório Bezerra (1967, 1979), Otávio Brandão (1978), Elias Chaves Neto (1978), Paulo Cavalcanti (1978-1985), Heitor Ferreira Lima (1982), Osvaldo Peralva (1960). Completam-nos os trabalhos de cunho biográfico sobre Pedro Pomar (Maklouf, 1980), Barão de Itararé (Konder, 1983), Patrícia Galvão (Campos, 1982) e outros. Denúncias da ação partidária, além da famosa de Peralva, podem ser encontradas em Lafaiette (1946) e Santos (1948). A biografia romanceada de Prestes, de autoria de Jorge Amado (1942), foi escrita no exílio durante o Estado Novo, mas um depoimento do antigo líder (Morais, 1982) foi recentemente lançado. Jorge Amado, em *Subterrâneos da Liberdade (1954)*, um *roman a clef*, narra a clandestinidade durante a ditadura.

O comunismo é, além disso, tema quase obrigatório dos estudos sobre trabalhadores, em particular a classe operária, freqüentando também análises políticas importantes como as formuladas por Weffort (1973, s/d), Werneck Viana (1976) e Carlos Estevam Martins (1974).

4.9 Integralismo

Há uma enorme produção doutrinária de época, incluindo a prolífica obra de Plínio Salgado, Gustavo Barroso e Miguel Reale (ver, a título de exemplo, Salgado, 1934, 1934a, 1935, 1935a, 1937, 1950, s/d, s/d.a.; Barroso, 1933, 1934, 1935, 1936, 1937, 1937a, 1937-1939, 1938; Reale, 1936, 1936a, 1937). Olbiano de Melo (1957) *historiou a campanha integralista*

ao longo do período. David Nasser (1947) publicou o diário do chefe militar do assalto integralista de 1938 ao Palácio Guanabara e Jatir Serejo (1959) narrou sua participação nos fatos. Análises acadêmicas foram elaboradas por Hélio Trindade (1974), identificando o integralismo ao fascismo, José Chasin (1978), vendo-o sob a ótica marxista como forma de regressividade do capitalismo hiper-tardio, Ricardo Benzaquem de Araújo (1984), adotando novo enfoque para distingui-lo do fascismo, e Elmer Broxson (1972) estudando o papel de Plínio Salgado.

4.10 Estado Novo

Não tenho conhecimento de nenhuma abordagem abrangente do período, a menos dos dois volumes já mencionados que Carone lhe dedicou. O prelúdio do golpe é o pano de fundo da palavra de dois candidatos à frustrada eleição de 1938 (Almeida, 1965; Oliveira, 1937). Muitas obras laudatórias e doutrinárias foram lançadas pelo DIP, numa quadra em que a censura rígida só permitia manifestações favoráveis. As biografias de Vargas naturalmente abordam o período. Simon Schwartzman, do CPDOC, transcreveu uma importante autovisão do Estado Novo, externada em documento do arquivo Capanema (1983). Hélio Silva, além dos volumes do seu *Ciclo de Vargas, já referido, lançou um trabalho sobre o Plano Cohen com dados do arquivo de Olímpio Mourão Filho, autor da histórica forjicação (Silva, 1980). Reinaldo Pompeu de Campos (1982) estudou o Tribunal de Segurança Nacional e Nelson Jahr Garcia (1982) a propaganda política durante o Estado Novo.*

Rollie Poppino, da Universidade da Califórnia - Davis, prepara há algum tempo uma história das interventorias, infelizmente ainda inédita. A primeira reação da elite ao Estado Novo, o Manifesto dos Mineiros, foi objeto de um pequeno trabalho de Orlando Cavalcanti (1978). *Os documentos do Congresso Brasileiro de Escritores (1945)*, outra iniciativa que ajudou a solapar o regime, foram publicados na época. A repressão política foi denunciada por David Nasser (1948) e principalmente pelo magistral *Memórias do Cárcere (1954)* de Graciliano Ramos. Pontes de Miranda (1938), como fez com os outros textos constitucionais, deteve-se na Carta de 1937.

4.11 Deposição de Vargas - 1945

Sobre o lance final da crise do Estado Novo há o livro de Adir Pontes Sette (1947), um

petebista em defesa de Vargas, e o documentário da campanha udenista por Virgílio de Melo Franco (1946), Paulo Pinheiro Chagas (1946) e o próprio candidato de oposição, Eduardo Gomes (1946). Evidentemente as biografias de Vargas analisam ou descrevem os acontecimentos.

4.12 Constituinte de 1946 e Governo Dutra

A Constituinte de 1946 foi objeto de conhecidos trabalhos de Francisco Weffort, Luiz Werneck Vianna, Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida, já citados, além das contribuições de Maria do Carmo Campelo de Sousa (1976) e João Almino (1980). Afora as exegeses jurídicas (ver, por exemplo, Duarte, 1947), a Constituição é explicitada num livrinho muito útil de Osni Duarte Pereira (1964). Os anais da Assembléia Nacional Constituinte (1947) estão reunidos em 23 volumes.

É escassa, por outro lado, a literatura sobre o governo Dutra, valendo mencionar os trabalhos de José Caó (1949) e Milcíades Mourão (1955), a compilação de José Teixeira de Oliveira (1956), o livro de Osvaldo Trigueiro do Vale (1978) e, mais recentemente, o alentado volume sobre o ex-presidente publicado por seus genros (Leite, 1983).

4.13 Segundo Governo Vargas

Uma análise política global do segundo governo Vargas, a única de que dispomos até o momento, foi empreendida por Maria Celina Soares d'Araújo (1982). O CPDOC publicou uma coletânea de documentos do quadriênio (Cruz, 1983). Além do petróleo e da crise de agosto de 1954, tratados em tópicos separados, *muito pouco se pode acrescentar*: os próprios discursos de Vargas já aludidos, um estudo sobre a assessoria do presidente (Leite, 1959), uma análise da CPI da *Última Hora* (Sampaio, 1964), que tanto contribuiu para desestabilizar o governo, o *testemunho de um ministro conservador* (Fontoura, 1957), o libelo de um opositor (Nasser, 1966) e um depoimento sobre a criação do Banco do Nordeste (Almeida, 1985).

4.14 Crise de Agosto de 1954

Os eventos dramáticos de agosto de 1954 suscitaram alguns volumes passionais ou jornalísticos, como os de Afonso César (1956), Araken Távora (1966), Francisco Zenha Machado (1955) e Carlos Heitor Cony (1974). Hugo Baldessarini (1957) foi autor de um texto de de-

núncia contra Vargas. O pistoleiro acusado da morte do major Rubens Vaz deixou registradas suas memórias (Nascimento, 1978). Armando Boito Júnior (1982), depois de ter defendido tese sobre o assunto, fez uma análise didática da crise mostrando o papel das classes sociais no conflito.

4.15 Governo Café Filho e Movimento de 11 de Novembro de 1955

As memórias de Café Filho são indispensáveis para o estudo de seu curto governo (Café Filho, 1966). Sobre o 11 de Novembro escreveram Munhoz da Rocha (1960), ministro do governo deposto, e do ponto de vista dos vencedores, Plínio de Abreu Ramos (1960) e o major Jofre Gomes da Costa (1960) em sua biografia do marechal Lott. O Exército, encabeçado pelos chefes da novembrada, publicou importante documentação e sua versão dos fatos (Brasil. Ministério da Guerra, 1960). A campanha presidencial de JK se acha registrada em seus discursos e mensagens (Kubitschek, 1959) e em artigos jornalísticos de Roland Corbisier (1976).

4.16 Petróleo

Um dos temas mais candentes do segundo governo Vargas, o petróleo foi o carro-chefe da questão nacionalista no período. Tal como na realidade, refletiu-se na historiografia muito mais no plano político do que no econômico. Na literatura, predominam os defensores do monopólio estatal: general Estêvão Leitão de Carvalho (1949), Gondim da Fonseca (1955), Francisco Mangabeira (1964), coronel-aviador Anderson Mascarenhas (1959), Maria Augusta Tibiriçá Miranda (1983), Jesus Soares Pereira (1975), Mário Vítor (1970). Juarez Távora, que alinhava-se na corrente oposta, publicou *Petróleo para o Brasil* (1955). O libelo de Lobato (1936) é de período anterior. Análises acadêmicas foram realizadas por Gabriel Cohn (1968), Getúlio Carvalho (1977) e Peter Seaborn Smith (1978).

4.17 Partidos Políticos

Os partidos políticos são outra grave lacuna na historiografia brasileira. Só recentemente saiu o livro de Lúcia Hippolito (1985) sobre o PSD. Até então a tese de Lúcia Lippi Oliveira (1973), era a única sobre o assunto. Regina Sampaio (1982) estudou o PSP e Maria Vitória Benevides (1981) a UDN, antes enfocada por

Otávio Soares Dulci (1977) em tese inédita. Faz muita falta um trabalho sobre o PTB. A única história desse partido é o verbete de Marieta de Moraes Ferreira para o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. De 1952, existe sobre a agremiação um volume de Artur Audrá. David Fleischer (1982) reuniu uma série de artigos sobre o tema, também palmilhado por Phyllis Peterson (1975) e Vamireh Chacon (1981). Pinto do Carmo (1948) compilou os programas partidários. Afonso Arinos (Franco, 1974) abordou a doutrina pertinente, enquanto as análises da ciência política foram elaboradas por Maria do Carmo Campelo de Sousa, já citada, e Olavo Brasil de Lima Júnior (1983). Num enfoque regional existem textos sobre São Paulo (Nogueira Filho, 1958; Ramos, 1980), Rio Grande do Sul (Hélgio Trindade, 1980, 1980a; Dacanal, 1979; Pesavento, 1980), Ceará (Montenegro, 1980), Santa Catarina (Lenzi, 1983) e Bahia (Sampaio, 1985).

4.18 Relações Internacionais

O dilema do governo entre os Aliados e O Eixo na década de 30 é tratado por Stanley Hilton (1977, 1977a), Frank McCann (1973), Donald Giffin (1975), Roberto Gambini (1977), Gerson Moura (1980) e Marcelo de Paiva Abreu (1977). A ação do nazismo no país é denunciada por Aurélio da Silva Py (1942) e Coelho de Souza (s/d). A intervenção germânica merece análise de Richard Dalbey (1969) e Jaecir Monteiro (1984), do ângulo da nacionalização do ensino, e de Stanley Hilton (1977), do ponto de vista da espionagem. Documentos sobre a atuação alemã no Brasil integram os dois volumes de *O III Reich e o Brasil* (Vários autores, 1968).

Os trabalhos de Jaime de Barros (1938) e Jorge Maia (1940) são relatórios de época. O livro de Morris Cooke (1944) é produto de uma missão econômica norte-americana ao Brasil. Consignem-se ainda as raras memórias de embaixadores do período, como as de Carlos Alves de Sousa (1979), Heitor Lira (1981) e Maurício Nabuco (1982). O papel do Brasil em conflitos externos foi encarado por Zairo Cheibub (1980), Júlio Chiavenato (1980) e Sérgio Correia da Costa (1942), o que faz igualmente Afonso Arinos de Melo Franco na biografia de seu pai, referida no capítulo de biografias e memórias.

4.19 Economia

Na área econômica não posso deixar de mencionar os importantes e notórios livros de

Caio Prado Júnior (1945) e Celso Furtado (1959, 1961), tão conhecidos dos estudantes. Cabe mencionar, entre os clássicos, os trabalhos de Normano (1939) e Roberto Simonsen (1939) e entre os estudos recentes, as publicações coordenadas por Pedro Malan (1977), Paulo Neuhaus (1980), Anibal Vilela e Wilson Suzigan (Vilela, 1973). São fundamentais os textos de Wilson Cano (1977), Sérgio Silva (1976), Otávio Ianni (1971) e alguns brazilianistas como Warren Dean (s/d), John Wirth (1973), Werner Baer (1977), Nathaniel Leff (1977) e Stanley Stein (1979). Sobre finanças devem ser considerados os escritos de Valentim Bouças (1950, 1953, 1955), a visão panorâmica de Carlos Manuel Peiáez e Wilson Suzigan (Peiáez, 1976), assim como os trabalhos de Alberto Passos Guimarães (1963) e Paul Singer (1982) sobre inflação e de Maria Bárbara Levi (1977) sobre a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

Relevante foi o debate acerca do planejamento econômico entre Roberto Simonsen e Eugênio Gudin, recentemente reeditado (Simonsen, 1977). *25 Anos de Economia Brasileira* (Vários autores, 1965) é uma útil retrospectiva cobrindo os anos 1940-1965. Afora o petróleo, que já mencionei, avultam como temas de estudo a siderurgia (Baer, 1970; Bastos, 1953; Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1938; Companhia Vale do Rio Doce, 1982; Rady, 1968; Soares, 1972) e a energia elétrica (Branco, 1975; Sirks, 1966; Vários autores, 1966, 1982). A economia agrícola do período ainda é pouco estudada, sendo a cafeicultura uma das mais notórias lacunas, com uma bibliografia muito técnica ou muito panorâmica (Brasil. IBC, 1962; Delfim Neto, 1979; Duque, 1976; Krasner, 1973; Silveira, 1962; Taunay, 1939-1941). O livro de Tamás Szmrecsányi (1979) é básico para o estudo da agroindústria canavieira. A reforma agrária ainda não era, como se sabe, uma bandeira no período, mas já motivava alguns textos (Comissão Nacional de Política Agrária, 1956; Costa, 1945; Duarte, 1953; Vários autores, 1952). Sobre a estrutura fundiária, há que assinalar, entre muitas outras, as obras de Alberto Passos Guimarães (1964, 1979), Caio Prado Júnior (1966) e M. Vinhas (1968).

O problema do capital estrangeiro no Brasil, particularmente o norte-americano e o inglês, deu origem a grande número de trabalhos vinculados a uma visão nacionalista (Bandeira, 1973; Moura, 1959; Passos, 1958, 1959, 1961; Pereira, 1960; Valla, 1978), não tendo escapado também aos brazilianistas precursores (Normano, 1944; Rippey, 1929).

4.20 Sociedade

Um certo número de interpretações globais da sociedade brasileira merece registro, a começar pelo longínquo *Brasil Errado* (Almeida, 1932), passando pelas reflexões de Gilberto Freire (1959) sobre o patriarcalismo, pela ótica marxista de Nelson Werneck Sodré (1962, 1963) e pelo importante tratado weberiano de Raimundo Faoro (1975). Não se pode esquecer as contribuições de Fernando Henrique Cardoso (1958), Luís Carlos Bresser Pereira (1972), Carlos Estevam Martins (1977), Luciano Martins (1976), Gláucio Soares (1973), Wanderley Guilherme dos Santos (1979), Juarez Brandão Lopes (1964), Otávio Ianni (1963, 1963a, 1968) e Francisco Weffort (1978), os dois últimos debruçando-se sobre o fenômeno do populismo.

4.21 Trabalhadores

Pode-se afirmar que os estudos sobre trabalhadores no Brasil surgem apenas na década de 60, mais precisamente depois do movimento de 1964 e da expansão da pós-graduação no país. Obras anteriores sobre a categoria social são exceções, como as de Hermínio Linhares (1955) ou Evaristo de Moraes Filho (1952). Mencione-se como preocupação correlata o opúsculo de Lídia Besouchet (1938) e o documentário oficial do salário mínimo (Vários autores, 1940).

Muitos trabalhos contemplam o movimento operário florescente nos primeiros anos do século sob a égide do anarquismo e do socialismo. Outros abordam período mais recente. De uma e outra vertentes podem ser destacadas: Kenneth Erikson (1979), Hans Füchtner (1980), Timothy Harding (1974), Edgard Rodrigues (s/d), José Albertino Rodrigues (1968), Leônicio Martins Rodrigues (1966, 1968, 1970), Jover Teles (1962), Everardo Dias (1977).

Diferentes autores cuidam das relações da classe operária com o Estado e a estrutura política, como Werneck Vianna, Francisco Weffort, Carlos Estevam Martins e Maria Hermínia Tavares de Almeida, todos já mencionados, e Paulo Sérgio Pinheiro (1977), Azis Simão (1966), José Álvaro Moisés (1978). Documentação do movimento operário foi reunida em 3 volumes por Edgard Carone (1979-1984), os dois primeiros abrangendo nosso período, e por Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall para a República Velha (Pinheiro, 1979-1981).

Cabe relacionar também obras sobre categorias específicas, como os ferroviários (Segnini,

1982), os bancários (Canedo, 1978), os portuários (Sarti, 1981), os operários navais (Barsted, 1982), ou sobre grupamentos locais, como os trabalhadores de Juiz de Fora (Loiola, 1980). Um tema de grande realce para a questão é o da previdência social (Cohn, 1980), ainda carente de aprofundamento.

4.22 Empresários

Paralelamente aos estudos sobre o trabalho, os empresários emergiram também na historiografia. Contam-se análises da ideologia industrialista (Carone, 1977; Leme, 1978; Lima, 1976; Street, 1980), das relações da burguesia com o Estado e a classe operária (Diniz, 1978; Gomes, 1979; Sodré, 1964), históricos de entidades empresariais (Barros, 1975; Carone, 1978; Confederação Nacional do Comércio, 1966; Oliveira, 1969; Poliano, 1945; Wid, 1977) e biografias de empresários de renome como Guilherme Guinle (Barros, 1982), Francisco Matarazzo (Martins, 1967), José Ermírio de Moraes (Scantimburgo, 1975) e Roberto Simonsen (Fanganiello, 1970).

4.23 Militares

A história militar brasileira, depois de viver dias de glória com a Guerra do Paraguai, voltou a ser impulsionada com o conflito mundial de 1939-1945, a segunda grande oportunidade de intervenção das forças armadas nacionais em combate externo. A última guerra gerou numerosos trabalhos de autoria preponderantemente militar (Brayner, 1968, 1977; Duarte, 1963, 1971; Gama, 1982; Lima, 1980; Lins, 1975; Moraes, 1947, 1949; Silveira, 1983; Waack, 1985). Abundam, em nosso período, as biografias e memórias de grandes soldados (Araripe, 1960; Avelar, 1949; Barreto, 1950, 1971; Bastos, 1965; Câmara, 1985; Camargo, 1981; Carvalho, 1936, 1952, 1956, 1959, 1961-1964, 1967; Chagas, 1946; Costa, 1960; Coutinho, 1975; Denys, 1980; Figueiredo, 1944; Klinger, 1944-1953, 1958; Malan, 1977; Moraes, 1969; Pessoa, 1972; Queirós, 1937; Silva, 1945; Sodré, 1967; Tavares, 1976, Távora, 1973-1976).

Um militar importantíssimo ainda a pedir um estudo é Góis Monteiro, que nos deixou um trabalho de reflexão sobre o Exército (referido no tópico sobre a Revolução de 1930), um volume de depoimentos (Coutinho, 1956) e marcas profundas na corporação militar. Um brasileiro que teve acesso a seu arquivo publicou pequeno opúsculo por uma universidade australiana (Smith, 1979).

Algumas instituições como o Superior Tribunal Militar (Barbosa, 1952; Vários autores, 1981), o Clube Militar (Bijos, s/d), o Clube Naval (Carvalho, 1968), mereceram incipientes histórias. Os outros ramos das forças armadas, a Marinha (Andrea, 1955-1956) e a Aeronáutica (Sousa, 1943; Wanderley, 1967), e mesmo forças auxiliares como as polícias militares de alguns estados (Malvásio, 1967; Mariante, 1972; Pereira, 1950) lhes seguiram os passos.

Análises globais da instituição castrense tornaram-se mais comuns para o período pós-64, embora apliquem-se à era Vargas os estudos de Alfred Stepan (1975), Frank McCann (1982), Jeová Mota (1976) e Nelson Werneck Sodré (1965).

4.24 Pensamento Político

Nesse capítulo, destacam-se trabalhos voltados para recuperar e interpretar a ideologia autoritária no Brasil, todo-poderosa no Estado Novo, mas de robusta sobrevida nos períodos de democracia representativa. Consultem-se os textos dos expoentes dessa corrente, Azevedo Amaral (1934, 1935, 1938), Francisco Campos (1940) e Oliveira Viana (1920, 1923, 1925, 1930, 1938, 1949, 1951, 1952), e as análises de Jarbas Medeiros (1978) e Lúcia Lippi Oliveira (1982).

Dispõe-se também de estudos sobre o socialismo (Chacon, 1965; Morais Filho, 1981), o positivismo (Lins, 1967), o nacionalismo (Pinto, 1960; Sodré, 1959), as relações entre a intelectualidade e a classe dirigente (Miceli, 1979) e visões abrangentes como a de Carlos Guilherme Mota (1977) e o grande painel de Wilson Martins (1976-1979).

Como antecâmara do período, convém ter em conta o volume *À Margem da História da República* (Vários autores, 1924), que reúne colaborações de um vasto grupo de intelectuais prenunciando a crise da República Velha.

4.25 Imprensa

Lamentável é a indigência de obras de história da imprensa, que, inclusive, nos obrigou, quando preparávamos o *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*, a recorrer quase exclusivamente a entrevistas para escrever a história dos principais jornais brasileiros. Existe um relevante estudo sobre a liberdade de expressão escrita no país (Costela, 1970), uma panorâmica história da imprensa de Nelson Werneck Sodré (1966), uma surpreendentemente detalhada história da imprensa pernambucana em 8 volumes

(Nascimento, 1962-1982) e pouca coisa mais: a *Folha de São Paulo* (Mota, 1980), o *Diário de Notícias* (Leitão, 1960), o *Diário de Pernambuco* (Jambo, 1975), *A Província do Pará* (Roque, 1976) e *A União*, de João Pessoa (Martins, 1977) mereceram volumes próprios. O *Estado de São Paulo* publicou alguma coisa sobre sua história em suplemento especial por ocasião do centenário do jornal em 1975, além de ter sido analisado do ponto de vista ideológico no período 1930-1937 (Capelato, 1980). Há algumas teses de história e comunicação (Barros, 1978; Pedroso, 1983) e só.

4.26 Igreja

Não são muitos os trabalhos dedicados às instituições católicas do período. O projeto de elaboração de uma história da Igreja no Brasil do ponto de vista do povo, depois de publicar em 1980 o segundo volume, relativo ao século XIX, silenciou até o momento. Os principais trabalhos voltados para o tema ocupam-se do pensamento católico (Torres, 1968; Veloso, 1978; Vilaça, 1975), das relações da Igreja com o Estado e as classes sociais (Alves, 1979; Brunneau, 1974; Todaro, 1971) e das presenças marcantes do Cardeal Leme (Gabaglia, 1962) e de Alceu Amoroso Lima (Lima, 1936, 1938, 1973, 1983, 1984, s/d; Vilaça, 1983). Algumas obras sobre dioceses particulares podem oferecer frutos para a pesquisa (Lima, 1976; Balém, 1969; Schubert, 1948).

O grande incremento de estudos sobre a Igreja deve-se à emergência de novos temas, sintetizados sob a legenda da "opção preferencial pelos pobres", mas este é um fenômeno posterior à era que analisamos.

4.27 Biografias e Memórias

Pode-se afirmar que existem sobre cada um dos principais personagens da história européia ou norte-americana uma ou mais biografias que são instrumentais para a construção historiográfica. Entre nós, não só esse gênero, mas também as memórias ocorrem em volume muito inferior ao indispensável. Desprezadas em certa fase pela historiografia moderna, ainda traumatizada pela deformação passada que conduziu a verdadeiro biografismo de nossa história, são hoje de novo valorizadas como ferramentas para a reconstituição de determinadas conjunturas, como elemento ratificador de embricamentos estruturais, como base para estudos de ideologia e história das mentalidades. O perigo das deturpações, derivadas da ânsia de autoexplicação nas

memórias ou da simples adulação nas biografias encomendadas, pode ser expurgado pelo rigor da análise crítica, sem esquecer contudo que é contingência presente em maior ou menor grau em toda fonte histórica. Repitamos, a propósito, que a história oral possibilita a publicação de memórias de outro modo condenadas a desaparecer com o personagem.

Nesse gênero convivem muitos escritos primários e provincianos com obras de fôlego como a *biografia de Afrânio de Melo Franco* por seu filho (Franco, 1976), trabalhos de apurado rigor como a de Vargas por Paulo Brandi (1983) e prodígios literários como o afresco pintado por Pedro Nava (1972, 1973, 1976, 1978, 1981, 1983). É incrível que personagens do relevo de um Osvaldo Aranha e um Góis Monteiro só sejam tratados fragmentariamente, ao passo que outros, como Estillac Leal, padrão do militar nacionalista da década de 50, continue um vazio historiográfico.

Na relação bibliográfica que se segue está arrolada a produção desse gênero, além de trabalhos conexos, como as coletâneas comemorativas, as reuniões de discursos e outros escritos.

4.28 História Regional

Podem ser muito proveitosos os trabalhos de enfoque regional ou local. Submetendo à lente de aumento uma realidade delimitada, capacitam-se a descrevê-la e interpretá-la com maior nitidez e detalhe. Reunidas e articuladas, po-

dem fornecer subsídios valiosos para o conhecimento da história nacional. Contudo, padecem freqüentemente dos males do provincianismo, da ausência de metodologia e de superficialidade primária. Exemplo positivo de abordagem regional como via de compreensão da totalidade é o tríptico dos brazilianistas Levine (1980), Love (1982) e Wirth (1982), secundado pelo texto de Cortés (1974).

Alguns estados da federação foram retratados por livros de concepção metodológica moderna, outros mereceram volumes competentes, terceiros dispõem apenas de trabalhos de nível ginásial e há mesmo, desconfiamos, os que permanecem virgens como objeto de estudo no período. Nesta seção listamos as principais obras do gênero.

5. Conclusão

À guisa de fecho, gostaria de dizer apenas que o esforço que me custou este trabalho estará plenamente recompensado se ele for útil aos que se iniciam no estudo de período tão denso de nossa história, se trouxer indicações que abreviem a pesquisa e ajudem a resgatar uma época, iluminando o presente e contribuindo para salvar as fontes do passado, ameaçadas como aqueles "duzentos anos de papelada de cartório e sacristia", que na denúncia de Pedro Nava "flambejou, estalou no fogo, derreteu seus lacres verdes, negros, vermelhos, espalhou-se em cinza e virou fumaça num fundo de casa".

Notas

1. Um balanço sintético da historiografia brasileira se encontra no artigo de Francisco Iglesias, "A história no Brasil". In: Mário Guimarães Ferri e Shozo Motoyama (coords.), *História das Ciências no Brasil*. São Paulo, Edusp/EPU/CNPq, 1979, v. 1, pp. 265-301.
2. *História e historiografia: Brasil pós-64*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985, pp. 89-97.
3. Sobre essa categoria de documento ver o artigo de Amado Luís Cervo, "Fontes parlamentares brasileiras e os estudos históricos", *Latin American Research Review*, v. 16, n. 2, 1981.
4. Rio de Janeiro, FCRB/FGV-CPDOC, 1979.
5. Uma relação dos periódicos integrantes desse arquivo foi publicada em *Memória e História*, São Paulo, 1, 1981.
6. Para maiores detalhes, ver Fundação Getúlio Vargas, CPDOC, *Guia dos Arquivos*. CPDOC 1985. Rio de Janeiro, FGV, 1985.
7. Sobre o assunto, consultar o trabalho de Marcelo de Paiva Abreu. *Notas sobre algumas fontes primárias estrangeiras para a história econômica brasileira*. Rio de Janeiro, PUC - Depto. de Economia, 1984, mimeo. [Texto para discussão n.º 64], que abarca arquivos norte-americanos e europeus,

e de Mônica Hirst. *Fontes primárias americanas para o estudo das relações Brasil-EUA*. Trabalho apresentado no seminário "O Brasil e a nova ordem internacional", Nova Friburgo, 1-3 de dezembro de 1978, mimeo., assim como a relação de guias de arquivos estrangeiros de interesse para os estudos brasileiros em Robert Levine. *Brazil since 1930; an annotated bibliography for social historians*. New York & Londres, Garland, 1980.

8. *Biography and society: the life history approach in the social sciences*. Beverly Hills, Sage Publications, 1981.

9. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. *Programa de história oral: catálogo de depoimentos*. Rio de Janeiro, FGV, 1981.

10. Fundação Getúlio Vargas, CPDOC. *História da ciência no Brasil: acervo de depoimentos*. Rio de Janeiro, Finep, 1984.

11. *Catálogo de depoimentos - 1970/1982*. São Paulo, s/d [Cadernos do MIS n.º 3].

12. *Dados*, vol. 27, n. 1, 1984; e "Histórias de Vida na América Latina". *BIB*, n. 16, 2.º sem. 1983.

13. Afonso Arinos de Melo Franco. *O intelectual e o político: encontro com Afonso Arinos*. Organizado por Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani e Maria Teresa Teixeira. Brasília, D. Quixote, 1983, 460p.; Aspásia Camargo; Eduardo Raposo e Sérgio Flaksman, *O Nordeste e a política: diálogo com José Américo de Almeida*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1984, 579p.; Carlos Lacerda, *Depoimento*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978, 469p.; Eclea Bosi, *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, São Paulo, T. A. Queirós, 1979, 402p.; Ernani Amaral Peixoto, *Artes da Política: Diálogos com Amaral Peixoto*, por Aspásia Camargo, Maria Celina Soares d'Araújo, Lúcia Hipólito e Dora Flaksman, Rio de Janeiro, Nova Fronteira/UFF, 1986, 588p.; Juraci Magalhães, *Minhas Memórias Provisórias: Depoimentos Prestados ao CPDOC*, Coord. de Alzira Alves de Abreu, Eduardo Raposo e Paulo Cesar Farah, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982, 337p.; Lourenço Dantas Mota, *A História Viva*, São Paulo, O Estado de São Paulo, 1981-82, 3v.; Osvaldo Cordeiro de Farias, *Meio século de combate: diálogo com Cordeiro de Farias*, por Aspásia Camargo e Walder de Góes, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981, 757p.; e Valentina Rocha Lima (coord.), *Getúlio: uma História Oral*, Rio de Janeiro, Record, 1986, 321p.

14. *Brazil Since 1930*, op. cit., p. 17.

15. *Periódicos Brasileiros em Microformas; Catálogo Coletivo*. Rio de Janeiro, 1981.

16. "Prefácio", In: Paulo Brandi, *Vargas: da Vida para a História*, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p. 15.

17. "Jacques Julliard, "A Política", In: Jacques Le Goff & Pierre Nora, *História: Novas Abordagens*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976, pp. 180-96.

18. Nelson Werneck Sodré, *O Que se Deve Ler para Conhecer o Brasil*, 5.ª ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1976, p. 17.

Bibliografia

1. Bibliografias e Obras de Referência

Aguiar, Neuma

1983. "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: um Ensaio Bibliográfico". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 16, p. 25-43, 2.º semestre.

Albuquerque, João Alves de

1938. *Cearenses no Rio*. Fortaleza, Urânia.

1942. *Cearenses no Rio e em São Paulo*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Batista de Sousa.

- Almeida, Horácio de
1972. *Contribuição para uma Bibliografia Paraibana*. Rio de Janeiro.
- Andrade, Francisco de Assis
1975. "Relação dos Chefes de Governo Mineiro e seus Secretários: 1894 a 31 de Dezembro de 1974". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 26, p. 7-62, maio.
- Araújo, Alceu Maynard
1960. "Chefes do Governo Paulista, de 24.10.1930 a 14.3.1947". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n. 58, p. 325-476.
- Bazzanella, Valdemiro
1956. *Estratificação e Mobilidade Social no Brasil; Fontes Bibliográficas*. Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais.
- Beleza, Newton
1955. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura.
- Bittencourt, Agnello
1973. *Dicionário Amazonense de Biografias*. s.l., Conquista.
- Borges, Ricardo
1960. *Vultos Notáveis do Pará*. Belém, Conselho Estadual de Cultura.
- Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados
1966-1983. *Deputados Brasileiros: Repertório Biográfico dos Membros da Câmara dos Deputados*. Brasília, 6 v.
1976. *Deputados Brasileiros 1826-1976*. Brasília.
- Brasil. Congresso. Senado Federal
1974-1983. *Senadores: Dados Biográficos*. Brasília, 4 v.
- Brasil. Ministério da Fazenda
1972. *Ministros da Fazenda: 1822-1972*. Rio de Janeiro. [2.^a ed. *Ministros da Fazenda: 1808-1983*. Rio de Janeiro, Museu da Fazenda Federal, 1983.]
1975. *O Erário e seus Homens Públicos*. Rio de Janeiro, Museu da Fazenda.
- Brasil. Ministério da Justiça
1974. *Relação dos Ministros da Justiça: 1822-1974*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- Brasil. Ministério da Viação e Obras Públicas
1961. *Dados Biográficos dos Ministros: 1861-1961*. Rio de Janeiro, Serv. Doc. MVOP. [2.^a ed., 1969.]
- Brasil. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio
1955. *Documentário Foto-Biográfico dos Ex-Ministros que Ocuparam a Pasta do Trabalho, Indústria e Comércio*. Rio de Janeiro, Serv. Doc. MTIC.
- Brasil. Presidência da República. Gabinete Civil
1984. *Governos da República*. Brasília.
- Brasil. Presidente
1978. *Mensagens Presidenciais*. Brasília, Câmara dos Deputados. [Documentos Parlamentares 127.]
- Brasil. Tribunal Superior Eleitoral
1961-1973. *Dados Estatísticos*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 9 v.
- British Chamber of Commerce of São Paulo and Southern Brazil, The
1933. *Personalidades no Brasil: Men of Affairs in Brazil*. São Paulo.
- Bulhões, Augusto de
1955. *Ministros da Fazenda do Brasil: 1808-1954*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Câmara Comercial, Industrial e de Administração de São Paulo
s/d. *Quem é Personalidade no Brasil*. São Paulo.
- Campos, Queirós
1962-1966. "Fichário parlamentar da 4.^a e 5.^a legislaturas". *Correio Brasiliense*, Brasília.

- Cheibub, Zairo Borges
1981. *Bibliografia Brasileira de Relações Internacionais e Política Externa, 1930-1980*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Cisneiros, Amador
1953. *Parlamentares Brasileiros*. Rio de Janeiro, Batista de Sousa.
- Conde, Roberto Cortés & Stein, Stanley J. (ed.)
1977. *Latin America: a Guide to Economic History (1830-1930)*. Berkeley, Los Angeles, Univ. California Press.
- Correia, Carlos Humberto
1979. *Guia dos Governantes de Santa Catarina*. Florianópolis, Sec. Educ. Cultura.
1983. *Os Governantes de Santa Catarina, 1739-1982; notas biográficas*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- Cortés, C.
1957. *Homens e Instituições no Rio*. Rio de Janeiro.
- Coutinho, Afrânio
1961. *Brasil e Brasileiros de Hoje*. Rio de Janeiro, Sul Americana, 2 v.
- Dantas, Benedito Evanes & Costa, Iolanda Ramos da
1966. *Ementário de Legislação Político-Eleitoral Brasileira (1821-1966)*. Rio de Janeiro, Brasileira.
- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
1975-1977. *Bibliografia do Café*. Brasília, 2 v.
1976. *Bibliografia da Cana-de-Açúcar*. v. 1: 1817-1976. Brasília.
- Ferreira, Joaquim Carvalho
1980. *Presidentes e Governadores de Goiás*. Goiânia, Ed. UFG.
- Fleischer, David Verge
1981. *Repertório Biográfico dos Senhores Deputados*, abrangendo o período de 1946-1967. Brasília, Câmara dos Deputados.
- Fundação Casa de Rui Barbosa
1985. *Processo de Modernização do Brasil, 1850-1930. Economia e Sociedade: uma Bibliografia*. Elab. de Ângela Porto, Lilian A. Fritsch e Sílvia F. Padilha. Rio de Janeiro, FCRB – Biblioteca Crefisul.
- Fundação Getúlio Vargas. CPDOC
1978. *Bibliografia: Tenentismo*. Rio de Janeiro, FGV.
1984-1985. *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983*. Coord. de Israel Beloch e Alzira Alves de Abreu. Rio de Janeiro, Forense-Universitária/Finep, 4 v.
- Godinho, Vanor R. & Andrade, Osvaldo S.
1934. *Constituintes Brasileiros de 1934*. Rio de Janeiro, Santo Antônio.
- Guaraná, Manuel Armindo Cordeiro
1925. *Dicionário Biobibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Guerra Filho, Rufino D'Almeida & Placer, Xavier
1966. *Ministério e Ministros da Agricultura, 1860-1966*. Rio de Janeiro, Serv. Inf. Agrícola.
- Guimarães, Argeu
1938. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro de Diplomacia, Política Externa e Direito Internacional*. Rio de Janeiro, ed. do autor.
- Guimarães, Hugo Vítor
1952. *Deputados Provinciais e Estaduais do Ceará: Assembléias Legislativas de 1835 a 1947*. Fortaleza, Jurídica.
- Hirschowicz, Erwin
1945. *Contemporâneos Interamericanos: Biobibliografias de Contemporâneos Interamericanos Ilustrados*. Rio de Janeiro, Enciclopédia Contemporânea Interamericana. [2.^a ed., 1949.]

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1957-1958. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. Rio de Janeiro, IBGE, 36 v.
- Lacombe, Loureço Luís
1973. *Os Chefes do Executivo Fluminense*. Petrópolis, Museu Imperial.
- Lago, Laurênio
1934. *O Estado-Maior General do Exército Brasileiro* (período republicano). Rio de Janeiro, Imp. do EME.
1938. *Relação Nominal dos Generais Efetivos do Exército Brasileiro*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
1940. *Supremo Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal: Dados Biográficos, 1828-1939*. Rio de Janeiro, Imp. Militar.
1944. *Conselheiros de Guerra, Vogais e Ministros do Conselho Supremo Militar; Ministros do Supremo Tribunal Militar; Dados Biográficos, 1808-1943*. Rio de Janeiro, Imp. Militar.
1944a. *Generais da República: 15 de novembro de 1889 a 31 de dezembro de 1943*. Rio de Janeiro, Imp. Militar.
- Levine, Robert M.
1980. *Brazil since 1930: an Annotated Bibliography for Social Historians*. New York & London, Garland.
- Lopes, Teodorico & Torres, Gentil
1950. *Ministros da Guerra do Brasil, 1808-1950*. 4.^a ed., Rio de Janeiro, Pongetti.
- Macedo, Roberto
1966-1978. "Efemérides cariocas". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 271, p. 11-150, abr./jun. 1966; n. 280, p. 43-206, jul./set. 1968; n. 283, p. 3-168, abr./jun. 1969; n. 294, p. 3-178, jan./mar. 1972; n. 302, p. 3-146, jan./mar. 1974; n. 304, p. 5-157, jul./set. 1974; n. 315, p. 5-157, abr./jun. 1977; n. 319, p. 121-256, abr./jun. 1978; n. 320, p. 162-345, jul./set. 1978; n. 321, p. 53-221, out./dez. 1978.
- Matos, José Miguel de
1974. *Perfis*. Teresina, Cia. Ed. do Piauí.
- Medeiros, Ana Lúcia & Hirst, Mônica (org.)
1982. *Bibliografia Histórica: 1930-1945*. Brasília, Ed. UnB.
- Medeiros, Ana Lúcia & Araújo, Maria Celina Soares d' (org.)
1983. *Vargas e os Anos Cinquenta: Bibliografia*. Rio de Janeiro, FGV.
- Meirinho, Jali & Jamundá, Teobaldo Costa
1973. *Nomes que Ajudaram a Fazer Santa Catarina*. Florianópolis, Edeme.
- Melo, Luís Correia de
1954. *Dicionário de Autores Paulistas*. São Paulo, Andriolis.
- Mendonça, Rubens de
1953. *Dicionário Biográfico Matogrossense*. São Paulo, Mercúrio. [2.^a ed. Goiânia, Rio Bonito, 1971.]
- Meneses, Raimundo de
1969. *Dicionário Literário Brasileiro*. São Paulo, Saraiva, 5 v. [2.^a ed. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1978.]
- Miceli, Sérgio
1984. "Fontes para o Estudo da Elite Eclesiástica Brasileira, 1890-1940". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 18, p. 45-70, 2.^o semestre.
- Morais, Rubens Borba de & Berrien, William
1949. *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros*. Rio de Janeiro, Sousa.
- Moreira, Júlio Estrela
1960. *Dicionário Bibliográfico do Paraná*. Curitiba, Imp. Oficial do Estado.
- Moura, Gerson
1982. "Brasil-Argentina: Fontes Bibliográficas". *Revista Interamericana de Bibliografia*, Washington, v. 32, n. 3-4, p. 297-321.

- Moura, Gerson & Lima, Maria Regina Soares de
1982a. "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira". *Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 13, p. 5-36, 1.º semestre.
- Nicolas, Maria
1954. *Cem anos de vida parlamentar . . . Deputados provinciais e estaduais do Paraná: Assembléias Legislativas e Constituintes; 1854-1954*. Curitiba, Assembléia Legislativa do Paraná.
- Nóbrega, Apoiônio
1960. "Chefes do Executivo Paraibano". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, n. 249, p. 45-145, out./dez.
- Oliveira, Lúcia Lippi; Gomes, Eduardo Rodrigues & Whately, Maria Celina
1980. *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30: uma Bibliografia Comentada da Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, FGV-INL.
- Ribeiro Filho, J. S.
1965. *Dicionário Biobibliográfico de Escritores Cariocas*. Rio de Janeiro, Brasiliana.
- Richard Neto, Gustavo
1959. *Homens Ilustres de Santa Catarina*. Florianópolis, Empr. Publ. Catarinense.
- Roque, Carlos
1967. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém, Amazônica Ed., 6 v.
- Santos, Pedro dos
1934. *Os Nossos Ministros de Estado*. Rio de Janeiro, A. Coelho Branco.
- Silva, Gastão Pereira da
1947. *Constituinte de 46: Dados Biográficos*. Rio de Janeiro, Spinoza.
- Silva, Raimundo Nonato da
1960. *Bacharéis de Olinda e Recife; norte-riograndenses formados de 1832 a 1932*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Silva, Zedar Perfeito da
1948. *Perfis de Alguns Catarinenses Ilustres*. Rio de Janeiro, Jornal do Comércio-Rodrigues
- Silva Junior, João Ignácio da
1943. *Galeria Biografia Nacional*. Porto Alegre, Tip. do Centro.
- Skidmore, Thomas E.
1975-1976. "The Historiography of Brazil, 1889-1964". *Hispanic American Historical Review*, n. 55, p. 716-49, nov. 1975; n. 56, p. 81-109, fev. 1976.
- Sociedade Brasileira de Expansão Comercial
1948-. *Quem é Quem no Brasil: Biografias Contemporâneas*. São Paulo, 10 v.
- Sousa, Antônio Loureiro de
1949. *Baianos Ilustres*. Salvador, Tip. Beneditina. [2.ª ed. Salvador, Gov. Est. Bahia/El Beneditina, 1973.]
- Spalding, Valter
1958. *Governadores do Rio Grande do Sul (1737-1957)*. Porto Alegre, Champagnat.
1969-1973. *Construtores do Rio Grande*. Porto Alegre, Sulina, 3 v.
- Vaitsman, Maurício
1960. *Sangue Novo no Congresso (deputados de 1959-1962)*. Rio de Janeiro, J. Ozon.
- Vários autores
1940. *Who's Who in Latin America: a Biographical Dictionary of the Outstanding Living Men and Women of Spanish America and Brazil*. California, Stanford Univ. Press.
1954. *Os Eleitos do IV Centenário*. São Paulo, Doc. Nacionais.
1967. "Efemérides Paulistas". *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, n. 63, p. 3-286, jan.-jun.
1970. *Novo Dicionário de História do Brasil*, ilustrado. São Paulo, Melhoramentos.
1971. *Who's Who in Brazil*. São Paulo, Who's Who in Brazil Ed., 2 v.

1976. "Relação dos deputados estaduais de 1899 a 1937 e dos senadores estaduais de 1895 a 1930. O Poder Legislativo em Minas Gerais (1947-1975). Deputados federais por Minas Gerais (1891-1975)". *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, n. 27, p. 11-172, dez.
- 1977-1982. *Enciclopédia Saraiva de Direito*. São Paulo, Saraiva, 78 v.
- s/d. *Who's Who in Brazilian Economic Life*; an annual biographical dictionary of men and women representing a vital force in Brazil's drive for economic development. São Paulo, Soc. Brasileira de Publicações Culturais e Econômicas.
- Velho Sobrinho, João Francisco
1937-1940. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Pongetti/Ministério da Educação e Saúde, 2 v.
- Vilas-Boas, Pedro
1974. *Notas de Bibliografia Sul-Rio-Grandense*. Porto Alegre, A Nação/Inst. Est. do Livro.
- 2. Obras Gerais Sobre o Período**
- Andrade, Almir de
1950. *Contribuição à História Administrativa do Brasil*; na República até o ano de 1945. Rio de Janeiro, 2 v.
- Basbaum, Leôncio
1968. *História Sincera da República*. 3.º v. de 1930 a 1960. São Paulo, Alfa-Omega.
- Bastos, Abguar
1969-1973. *História da Política Revolucionária no Brasil*. Rio de Janeiro, Conquista, 2 v.
- Belo, José Maria
1940. *História da República*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira. [4.ª ed. *História da República (1889-1954)*; síntese de sessenta e cinco anos de vida brasileira. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959.]
- Burns, E. Bradford
1966. *A Documentary History of Brazil*. New York, Alfred A. Knopf.
1970. *A History of Brazil*. New York, Columbia Univ. Press.
- Carneiro, Glauco
1965. *História das Revoluções Brasileiras*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 2 v.
- Carone, Edgard
1965. *Revoluções do Brasil Contemporâneo; 1922-1938*. São Paulo, DESA. [2.ª ed. São Paulo, Difel, 1975.]
1974. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo, Difel.
1974a. *A República Nova (1930-1937)*. São Paulo, Difel.
1976. *A Terceira República (1937-1945)*. São Paulo, Difel.
1976a. *O Estado Novo (1937-1945)*. São Paulo, Difel.
1980. *A Quarta República (1945-1964)*. São Paulo, Difel.
1985. *A República Liberal; I – Instituições e Classes Sociais (1945-1964)*. São Paulo, Difel.
1985a. *A República Liberal; II – Evolução Política (1945-1964)*. São Paulo, Difel.
- Costa, Edgard
1964-1967. *Os Grandes Julgamentos do Supremo Tribunal Federal*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 5 v.
- Cunha, Mário Wagner Vieira da
1963. *O Sistema Administrativo Brasileiro, 1930/1945*. Rio de Janeiro, INEP.
- Fausto, Boris (org.)
1981-1984. *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, v. 3 e 4. [História Geral da Civilização Brasileira, 10 e 11.]
- Flynn, Peter
1978. *Brazil, a Political Analysis*. London, Benn.

- Leal, Hamilton
1962. *História das Instituições Políticas do Brasil*. Rio de Janeiro.
- Lowenstein, Kurt
1942. *Brazil Under Vargas*. New York, Macmillan.
- Mendes Júnior, Antônio & Maranhão, Ricardo
1981. *Brasil História: Texto e Consulta*. v. 4: Era de Vargas. São Paulo, Brasiliense.
- Mota, Carlos Guilherme (org.)
1968. *Brasil em Perspectiva*. São Paulo, Difel.
- Quadros, Jânio & Franco, Afonso Arinos de Melo
1967. *História do Povo Brasileiro*. São Paulo, Jânio Quadros Eds. Culturais, 6 v.
- Schmitter, Philippe C.
1971. *Interest Conflict and Political Change in Brazil*. California, Stanford Univ. Press.
- Silva, Hélio
1964. *1922: Sangue na Areia de Copacabana*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1965. *1926: a Grande Marcha*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1966. *1930: a Revolução Traída*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1966a. *1931: os Tenentes no Poder*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1967. *1932: a Guerra Paulista*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1968. *1933: a Crise do Tenentismo*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1969. *1934: a Constituinte*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1969a. *1935: a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1970. *1937: Todos os Golpes se Parecem*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1971. *1938: Terrorismo em Campo Verde*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1972. *1939: Véspera de Guerra*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1972a. *1942: Guerra no Continente*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1974. *1944: o Brasil na Guerra*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1976. *1945: Por Que Depuseram Vargas*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1978. *1954: um Tiro no Coração*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Skidmore, Thomas E.
1969. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro, Saga. [4.^a ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.]
- Wahrlich, Beatriz Maria de Sousa
1983. *Reforma Administrativa na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, FGV.
- 3. Crise da República Velha**
- Castro, Sertório de
1932. *A República que a Revolução Destruiu*. Rio de Janeiro, Freitas Bastos. [2.^a ed. Brasília, Ed. UnB, 1982.]
- Lacerda, Maurício de
1927. *Entre Duas Revoluções*. Rio de Janeiro.
- Lima, Azevedo
1958. *Reminiscências de um Carcomido*. Rio de Janeiro, Leo Ed.
- Sodré, Alcindo
1932. *A Gênese da Desordem*. São Paulo, Soc. Imprensa Paulista.
- 4. Tenentismo**
- Barros, João Alberto Lins de
1953. *Memórias de um Revolucionário: 1.^a parte: a Marcha da Coluna*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

- Camargo, Aires de
1925. *Patriotas Paulistas na Coluna Sul*. São Paulo, Livraria Liberdade.
- Carneiro, Glauco
1966. *O Revolucionário Siqueira Campos*. Rio de Janeiro, Record, 2 v.
- Carone, Edgard
1975. *O Tenentismo*. São Paulo, Difel.
- Chevalier, Carlos (org.)
1930. *Os 18 do Forte*; coletânea organizada pelo Cap. Carlos Chevalier sobre Siqueira Campos, comandante dos 18 do Forte de Copacabana, 1922-1930. [Rio de Janeiro.]
- Correia, Ana Maria Martinez
1976. *A Rebelião de 1924 em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.
- Coutinho, Lourival
1956. *O General Góis Depõe . . .* 3.^a ed., Rio de Janeiro, Coelho Branco.
- Forjaz, Maria Cecília Spina
1977. *Tenentismo e Política: Tenentismo e Camadas Médias Urbanas na Crise da Primeira República*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1978. *Tenentismo e Aliança Liberal (1927-1930)*. São Paulo, Polis.
- Landucci, Ítalo
1952. *Cenas e Episódios da Coluna Prestes e da Revolução de 1934*. 2.^a ed., São Paulo, Brasiliense.
- Lima, Lourenço Moreira
1931. *Marchas e Combates: A Coluna Invicta e a Revolução de Outubro*. Porto Alegre, Globo, 2 v. [3.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.]
- Macaulay, Neill
s/d. *A Coluna Prestes: Revolução no Brasil*. Rio de Janeiro-São Paulo, Difel.
- Noronha, Abílio de
1924. *Narrando a verdade: Contribuição para a História da Revolta em São Paulo*. 3.^a ed., São Paulo.
- Santa Rosa, Virgínio
1932. *O Sentido do Tenentismo*. Rio de Janeiro, Schmidt. [3.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1976.]
- Távora, Juarez
1927. *À Guisa de Depoimento sobre a Revolução Brasileira de 1924*. São Paulo, O Combate.
1973-1976. *Uma Vida e Muitas Lutas*. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 3 v.

5. Revolução de 1930

- Almeida, Gil de
1934. *Homens e Fatos de uma Revolução*. Rio de Janeiro, Calvino Filho.
- Anselmo, Otacílio
1970. *A Revolução de 1930 no Ceará*. Fortaleza, UFCE.
- Araripe, Tristão de Alencar
1960. *Tasso Fragoso: Um Pouco de História no Nosso Exército*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Barreto, João de Deus Noronha Mena
1950. *Os Mena Barreto, Seis Gerações de Soldados, 1769-1950*. Rio de Janeiro, Laemmert.
- Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados
1982. *Aliança Liberal: Documentos da Campanha Presidencial*. Introd. de Ricardo Velez Rodríguez. 2.^a ed. Brasília.
- Carvalho, Álvaro de
1978. *Nas Vésperas da Revolução: 70 Dias na Presidência da Paraíba. 26 de julho a 4 de outubro de 1930*. 2.^a ed., João Pessoa, Acauã.

- Carvalho, Estevão Leitão de
1933. *Na Revolução de 1930: a Atitude do 8.º R.I. (Guarnição de Passo Fundo)*. Rio de Janeiro, Schmidt.
- Concentração Conservadora
1930. *Concentração Conservadora em Minas Gerais; a Ação do Dr. Carvalho Brito na Atual Campanha da Sucessão Presidencial da República*. Rio de Janeiro, Alba.
- Dantas, José Ibarê Costa
1983. *Revolução de 1930 em Sergipe: dos Tenentes aos Coronéis*. São Paulo, Cortez-UFS.
- Fausto, Boris
1970. *A Revolução de 1930: Historiografia e História*. São Paulo, Brasiliense.
- Figueiredo, Eurico de Lima (org.)
1979. *Os Militares e a Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Fontoura, João Neves da
1963. *Memórias*. 2.º v. *A Aliança Liberal e a Revolução de 1930*. Porto Alegre, Globo.
- Franco, Virgílio de Melo
1931. *Outubro de 1930*. Rio de Janeiro, Schmidt.
- Fundação Getúlio Vargas. CPDOC
1982. *A Revolução de 1930: Textos e Documentos*. Brasília, Ed. UnB, 2 v.
1983. *A Revolução de 1930: Seminário Internacional*. Seminário realizado pelo CPDOC da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 1980. Brasília, Ed. UnB.
- Inojosa, Joaquim
1980. *República de Princesa (José Pereira X João Pessoa – 1930)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Jardim, Renato
s/d. *A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo*. 3.ª ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Joffily, José
1979. *Revolta e Revolução: 50 anos depois*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
1980. *Anayde Beiriz: Paixão e Morte na Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Cia. Bras. Artes Gráficas.
- Leite, Aureliano
1931. *Memórias de um Revolucionário: a Revolução de 1930. Pródromos e Conseqüências*. São Paulo.
- Lima Sobrinho, Alexandre Barbosa
1933. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*. São Paulo, Unitas. [2.ª ed. *A Verdade sobre a revolução de outubro – 1930*. São Paulo, Alfa-Omega, 1975.]
- Love, Joseph L.
1975. *O Regionalismo Gaúcho e as Origens da Revolução de 1930*. São Paulo, Perspectiva.
- Malan, Alfredo Souto
1977. *Uma Escolha, um Destino* (Vida do Gen. Malan D'Angrogne). Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Monteiro, Pedro Aurélio de Góis
s/d. *A Revolução de 1930 e a Finalidade Política do Exército (esboço histórico)*. Rio de Janeiro, Adersen.
- Morais, Aurino de
1933. *Minas na Aliança Liberal e na Revolução*. 2.ª ed., Belo Horizonte, Pindorama.
- Rodrigues, Inês Caminha Lopes
1981. *A Revolta de Princesa: Poder Armado X Poder Instituído*. São Paulo, Brasiliense. [Tudo é História 19.]
- Silva, José Calasans Brandão da
1980. *A Revolução de 1930 na Bahia (Documentos e Estudos)*. Salvador, UFBA.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

1983. *Simpósio sobre a Revolução de 1930*. Porto Alegre, Erus.

Vidal, Ademar

1933. *1930: História da Revolução na Paraíba*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional. [2.^a ed. João Pessoa e a Revolução de 1930. Rio de Janeiro, Graal, 1978.]

6. Governo Provisório e Constituinte de 1934

Almeida, José Américo de

1933. *O Ministério da Viação no Governo Provisório: Relatório*. Rio de Janeiro.

1934. *O Ciclo Revolucionário no Ministério da Viação: Relatório*. Rio de Janeiro.

Borges, Vavy Pacheco

1979. *Getúlio Vargas e a Oligarquia Paulista: História de uma Esperança e de Muitos Desenganos através dos Jornais da Oligarquia: 1926-1932*. São Paulo, Brasiliense.

Brasil. Assembléia Nacional Constituinte, 1934

1934-1937. *Anais da Assembléia Nacional Constituinte*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 22 v.

Cavalcanti, Temístocles

1933. *À Margem do Anteprojeto Constitucional (Notas e Apontamentos)*. Rio de Janeiro, Pongetti.

Cisneiros, Amador

1931. *A Nova República*; 1.^a parte: A Junta Governativa (sua instituição de fato); 2.^a parte: O Governo Provisório (sua formação jurídica). Rio de Janeiro, Luís Schnoor.

Gomes, Ângela Maria de Castro (coord.)

1980. *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Mangabeira, João

1934. *Em Torno da Constituição*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

Moura, Hastínfilo de

1936. *Da Primeira à Segunda República*. Rio de Janeiro, Pongetti.

Nogueira Filho, Paulo

1958. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930*. São Paulo, Anhembi, 2 v. [2.^a ed. Rio de Janeiro, J. Olímpio, 1965.]

Ramos, Plínio de Abreu

1980. *Os Partidos Paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis, Vozes.

7. Revolução de 1932

Donato, Hernani

1982. *A Revolução de 1932*. São Paulo, Círculo do Livro-Livros Abril.

Duarte, Paulo

1947. *Palmares pelo Aveso*. São Paulo, Progresso.

Figueiredo, Euclides

1954. *Contribuição para a História da Revolução Constitucionalista de 1932*. São Paulo, Martins. [2.^a ed., 1977.]

Fontoura, João Neves da

1933. *Acuso!* Rio de Janeiro.

1933a. *Por São Paulo e pelo Brasil*. 2.^a ed., s.n.e.

Hilton, Stanley

1982. *A Guerra Civil Brasileira (História da Revolução Constitucionalista de 1932)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

- Klinger, Bertoldo
1944-1953. *Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 7 v.
- Leite, Aureliano
1934. *Martírio e Glória de São Paulo*. São Paulo.
- Nogueira Filho, Paulo
1965-1981. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: A Guerra Cívica*. Rio de Janeiro, J. Olímpio; São Paulo, UAE, 6 v.
- Pereira, Antônio Carlos
1982. *Folha Dobrada: Documento e História do Povo Paulista em 1932*. São Paulo, O Estado de São Paulo.
- Picchia, Menotti del
1932. *A Revolução Paulista; Através de um Testemunho do Gabinete do Governador*. São Paulo.
- Silva, Herculano de Carvalho e
1932. *A Revolução Constitucionalista*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

8. Revolta de 1935 e Comunismo

- Amado, Jorgê
1942. *O Cavaleiro da Esperança: Vida de Luís Carlos Prestes*. Buenos Aires. [20.^a ed. Rio de Janeiro, Record, 1979.]
1946. *Homens e Coisas do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Horizonte.
1954. *Os Subterrâneos da Liberdade*. São Paulo, Martins, 3 v.
- Aragão, José Campos de
1973. *A Intentona Comunista de 1935*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Barata, Agildo
s/d. *Vida de um Revolucionário (Memórias)*. Rio de Janeiro, Melso. [2.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.]
- Barbedo, Alceu
1947. *O Fechamento do Partido Comunista do Brasil (Os Pareceres Barbedo)*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Basbaum, Leônicio
1976. *Uma Vida em Seis Tempos*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Bastos, Abguar
1946. *Prestes e a Revolução Social*. Rio de Janeiro, Calvino.
- Bezerra, Gregório
1967. *Eu, Gregório Bezerra, Acuso!* s.n.e.
1979. *Memórias*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 2 v.
- Brandão, Otávio
1978. *Combates e Batalhas; Memórias*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Campos, Augusto de
1982. *Pagu – Patrícia Galvão – Vida e Obra*. São Paulo, Brasiliense.
- Carone, Edgard
1982. *O PCB*. São Paulo, Difel, 3 v.
- Carvalho, Ferdinando de
1981. *Lembra-vo de 35*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Cavalcanti, Paulo
1978-1985. *O Caso Eu Conto como o Caso Foi: Memórias*. São Paulo, Alfa-Omega; Recife, Guararapes, 4 v.
- Chaves Neto, Elias
1978. *Minha Vida e as Lutas de Meu Tempo*. São Paulo, Alfa-Omega.

- Chilcote, Ronald H.
1974. *The Brazilian Communist Party: Conflict and Integration, 1922-1972*. New York, Oxford Univ. Press.
- Cordeiro, Cristiano
1982. "Documentos e Ensaio". *Memória e História*, São Paulo, 2.
- Dulles, John W. Foster
1977. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
1985. *O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Inquérito Policial Militar n.º 709
1966. *O Comunismo no Brasil: IPM n.º 709*. Rio de Janeiro, Bib. Exército, 4 v.
- Konder, Leandro
1983. *Barão de Itararé*. São Paulo, Brasiliense.
- Koval, Boris
1982. *História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Lafayette, Pedro
1946. *Os Crimes do Partido Comunista*. Rio de Janeiro, Moderna.
- Levine, Robert
1970. *The Vargas Regime: the Critical Years, 1934-1938*. New York, Columbia Univ. Press.
- Lima, Heitor Ferreira
1982. *Caminhos Percorridos: Memórias de Militância*. São Paulo, Brasiliense.
- Maklouf, Luís et alii
1980. *Pedro Pomar*. São Paulo, Brasil-Debates.
- Martins, Carlos Estevam & Almeida, Maria Hermínia Tavares de
1974. *Modus in Rebus: Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*. São Paulo, mimeo.
- Morais, Denis de & Viana, Francisco
1982. *Prestes: Lutas e Autocríticas*. Petrópolis, Vozes.
- Morais, Fernando
1985. *Olga: a Vida de Olga Benário Prestes, Judia Comunista, Entregue a Hitler pelo Governo Vargas*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Osório, Antônio J. et alii
1948. *Prestes: Estudos e Depoimentos*. s.l., Comissão Central do Cinquentenário de Luís Carlos Prestes.
- Partido Comunista do Brasil
1947. *A Bancada Comunista na Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro, Horizonte.
- Peralva, Osvaldo
1960. *O Retrato*. Belo Horizonte, Itatiaia.
- Pereira, Astrojildo
1962. *A Formação do PCB (1922-1929): Notas e Documentos*. Rio de Janeiro, Vitória. [2.ª ed. *Ensaio Histórico e Político*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.]
1981. "Documentos Inéditos". *Memória e História*. São Paulo, 1.
- Pinto, Heráclito Fontoura Sobral
1979. *Por Que Defendo os Comunistas*. Belo Horizonte, Comunicação-Universidade Católica de Minas Gerais.
- Polícia Civil do Distrito Federal
1936. *A Insurreição de 27 de Novembro: Relatório do Delegado Eurico Bellens Porto*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Prestes, Luís Carlos
1947. *Problemas Atuais da Democracia*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Rodrigues, Leôncio Martins
1981. "O PCB: os Dirigentes e a Organização". In: Bóris Fausto (org.), *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, v. 3, p. 361-443. [História Geral da Civilização Brasileira 10.]

- Santos, Davino Francisco dos
1948. *A Marcha Vermelha*. Rio de Janeiro, Saraiva.
- Segatto, José Antônio
1981. *Breve História do PCB*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Segatto, José Antônio et alii
1982. *PCB. Memória Fotográfica: 1922-1982*. São Paulo, Brasiliense.
- Silva, Hélio
1969. *1935: a Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Sodré, Nelson Werneck
1984. *Contribuição à História do PCB*. São Paulo, Global.
- Tavares, José Nilo
1982. *Conciliação e Radicalização Política no Brasil: Ensaio de História Política*. Petrópolis, Vozes.
- Vários autores
1980. *PCB – Processo de Cassação do Registro (1947)*. Belo Horizonte, Aldeia Global.
- Vergolino, Honorato Himalaia
1938. *Denúncia dos Cabeças da Revolução de 27 de novembro de 1935*, apresentada ao Tribunal de Segurança Nacional pelo Procurador Honorato Himalaia Vergolino. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Vianna, Luiz Werneck
1976. *Liberálismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Vinhas, Moisés
1982. *O Partidão; a Luta por um Partido de Massa, 1922-1974*. São Paulo, Hucitec.
- Weffort, Francisco C.
s/d. *Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964*. São Paulo, mimeo.

9. Integralismo

- Araújo, Ricardo Benzaquen de
1984. *A Cor da Esperança: Totalitarismo e Revolução no Integralismo de Plínio Salgado*. Rio de Janeiro, CPDOC, mimeo.
- Barroso, Gustavo
1933. *Integralismo em Marcha*. Rio de Janeiro, Schmidt.
1934. *Integralismo de Norte a Sul*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1935. *O Que o Integralismo Deve Saber*. 3.ª ed. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1936. *O Espírito do Século XX*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1937. *Integralismo e Catolicismo*. 2.ª ed. Rio de Janeiro, ABC.
1937a. *A Sinagoga Paulista*. 3.ª ed. Rio de Janeiro.
1937-1939. *História Secreta do Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1938. *Comunismo, Cristianismo, Corporativismo*. Rio de Janeiro, ABC.
- Broxson, Elmer R.
1972. *Plínio Salgado and Brazilian Integralism, 1932-1938*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. Ph.D. Catholic Univ. America, 1972.
- Chasin, José
1978. *O Integralismo de Plínio Salgado: Forma de Progressividade no Capitalismo Hiper-Tardio*. São Paulo, Ciências Humanas.
- Melo, Olbiano de
1957. *A Marcha da Revolução Social no Brasil: Ensaio Histórico-Sociológico do Período 1922-1954*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.

- Nasser, David
 1947. *A Revolução dos Covardes: Diário Secreto de Severo Fournier, Reportagens Políticas e Ordens da Censura do Ditador*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro. [2.^a ed., 1966.]
- Reale, Miguel
 1936. *Atualidade do Mundo Antigo*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1936a. *Perspectivas Integralistas*. 2.^a ed. Rio de Janeiro.
 1937. *ABC do Integralismo*. 2.^a ed. Rio de Janeiro.
- Salgado, Plínio
 1934. *A Quarta Humanidade*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1934a. *O Sofrimento Universal*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1935. *Psicologia da Revolução*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1935a. *O Que é Integralismo*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, Schmidt.
 1937. *Páginas de Combate*. Rio de Janeiro, H. Antunes.
 1950. *O Integralismo Perante a Nação*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Clássica Brasileira.
 s/d. *Discursos. 1.^a série: 1946-1947*. São Paulo, Panorama.
 s/d.a. *Integralismo na Vida Brasileira*. Rio de Janeiro, Clássica Brasileira.
- Serejo, Jatir de Carvalho
 1959. *Meu Depoimento*. Rio de Janeiro.
- Trindade, Hélgio
 1974. *Integralismo: o Fascismo Brasileiro na Década de 30*. São Paulo, Difel.
- 10. Estado Novo**
- Almeida, José Américo de
 1965. *A Palavra e o Tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Campos, Reinaldo Pompeu de
 1982. *Repressão Judicial no Estado Novo; Esquerda e Direita no Banco dos Réus*. Rio de Janeiro, Achiamé.
- Cavalcanti, Orlando
 1978. *Os Insurretos de 43; o Manifesto dos Mineiros e suas Conseqüências*. 2.^a ed., Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Congresso Brasileiro de Escritores, I
 1945. *I Congresso Brasileiro de Escritores*. São Paulo, Rev. Tribunais.
- Garcia, Nelson Jahr
 1982. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda Política. a Legitimação do Estado Autoritário Perante as Classes Subalternas*. São Paulo, Loiola.
- Miranda, Pontes de
 1938. *Comentários à Constituição Federal de 10 de Novembro de 1937*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Nasser, David
 1948. *Falta Alguém em Nuremberg: Torturas da Polícia de Filinto Strubling Müller*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Eds. do Povo.
- Oliveira, Armando Sales de
 1937. *Jornada Democrática (Discursos Políticos)*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Ramos, Graciliano
 1954. *Memórias do Cárcere*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 4 v.
- Schwartzman, Simon (org.)
 1983. *Estado Novo, um Auto-Retrato. (Arquivo Gustavo Capanema)*. Brasília, Ed. UnB.
- Silva, Hélio.
 1980. *A Ameaça Vermelha; o Plano Cohen*. Porto Alegre, L&PM.

11. Deposição de Vargas – 1945

Chagas, Paulo Pinheiro

1946. *O Brigadeiro da Libertação*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Z. Valverde.

Franco, Virgílio de Melo

1946. *A Campanha da UDN (1944-1945)*. Rio de Janeiro, Z. Valverde.

Gomes, Eduardo

1946. *Campanha da Libertação*. São Paulo, Martins.

Sette, Adir Pontes

1947. *A Verdade sobre a Deposição de Getúlio Vargas (Documentário)*. Contendo a íntegra do famoso discurso do Senador Getúlio Vargas, proferido no Senado a 13 de dezembro de 1946 e um extrato do discurso de Porto Alegre. Juiz de Fora, Gazeta Comercial.

12. Constituinte de 1946 e Governo Dutra

Almino, João

1980. *Democratas Autoritários; Liberdades Individuais, de Associação Política e Sindical na Constituinte de 1946*. São Paulo, Brasiliense.

Brasil. Assembléia Nacional Constituinte, 1946

1947. *Anais*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 23 v.

Caó, José

1949. *Dutra – o Presidente e a Restauração Democrática*. São Paulo, Instituto Progresso.

Duarte, José

1947. *A Constituição Brasileira de 1946*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional, 3 v.

Leite, Mauro Renault & Novelli Júnior

1983. *Marechal Eurico Gaspar Dutra: o Dever da Verdade*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

Mourão, Milcíades M.

1955. *Dutra: História de um Governo*. Rio de Janeiro, Pongetti.

Oliveira, José Teixeira de (org.)

1956. *O Governo Dutra: Algumas Realizações, Diretrizes Doutrinárias, um Período de Paz*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

Pereira, Osni Duarte

1964. *Que é a Constituição?* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

Sousa, Maria do Carmo Campelo de

1976. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.

Vale, Osvaldo Trigueiro do

1978. *O General Dutra e a Redemocratização de 1945*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

13. Segundo Governo Vargas

Almeida, Rômulo Barreto de

1985. *O Nordeste no Segundo Governo Vargas*. Fortaleza, Banco do Nordeste do Brasil.

Araújo, Maria Celina Soares d'

1983. *O Segundo Governo Vargas, 1951-1954: Democracia, Partidos e Crise Política*. Rio de Janeiro, Zahar.

Cruz, Adelina Maria Alves Novais e et alii

1983. *Impasse na Democracia Brasileira, 1951-1955, Coletânea de Documentos*. Rio de Janeiro, FGV.

Fontoura, João Neves da

1957. *Documentos de um ex-Ministro (Peronismo – Minerais Atômicos – Política Externa)*. Rio de Janeiro, Simões.

Leite, Cleanto de Paiva
1959. *O Assessoramento da Presidência da República*. Rio de Janeiro, FGV.

Nasser, David
1966. *O Anjo Negro de Getúlio*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.

Sampaio, Nelson de Sousa
1964. *Do Inquérito Parlamentar*. Rio de Janeiro, FGV.

14. Crise de Agosto de 1954

Baldessarini, Hugo
1957. *Crônica de uma Época (de 1850 ao Atentado contra Carlos Lacerda); Getúlio Vargas e o Crime da Toneleros*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.

Boito Júnior, Armando
1982. *O Golpe de 1954: a Burguesia contra o Populismo*. São Paulo, Brasiliense. [Tudo é História 55.]

César, Afonso
1956. *Política, Cifão e Sangue: Documentário do 24 de agosto*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, Andes.

Cony, Carlos Heitor
1974. *Quem Matou Vargas*. Rio de Janeiro, Bloch.

Machado, Francisco Zenha
1955. *Os Últimos Dias do Governo de Vargas; a Crise Política de Agosto de 1954*. Rio de Janeiro, Luz.

Nascimento, Alcino João do
1978. *Mataram o Presidente: Memórias do Pistoleiro que Mudou a História do Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.

Távora, Araken
1966. *O Dia em que Vargas Morreu*. Rio de Janeiro, Ed. do Repórter.

15. Governo Café Filho e Movimento de 11 de Novembro de 1955

Brasil. Ministério da Guerra
1960. *Subsídios para a História dos Acontecimentos de Novembro de 1955*. Rio de Janeiro.

Café Filho, João
1966. *Do Sindicato ao Catete: Memórias Políticas e Confissões Humanas*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 2 v.

Corbisier, Roland
1976. *JK e a Luta pela Presidência: uma Campanha Civilista*. São Paulo, Duas Cidades.

Costa, Jofre Gomes da
1960. *Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro.

Kubitschek, Juscelino
1959. *Uma Campanha Democrática*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

Ramos, Plínio de Abreu
1960. *Brasil, 11 de Novembro*. São Paulo, Fulgor.

Rocha, Bento Munhoz da
1960. *Radiografia de Novembro*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

16. Petróleo

Carvalho, Estêvão Leitão de
1949. *Petróleo! Salvação ou Desgraça do Brasil*. Rio de Janeiro.

- Carvalho, Getúlio
1977. *Petrobrás: do Monopólio aos Contratos de Risco*. Rio de Janeiro, Forense-Universitária.
- Cohn, Gabriel
1968. *Petróleo e Nacionalismo*. São Paulo, Difel.
- Fonseca, Gondim da
1955. *Que Sabe Você sobre Petróleo*. 4.ª ed. Rio de Janeiro, S. José.
- Lobato, José Bento Monteiro
1936. *O Escândalo do Petróleo*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Mangabeira, Francisco
1964. *Imperialismo, Petróleo, Petrobrás*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Mascarenhas, Anderson O.
1959. *Roboré, um Torpedo contra a Petrobrás*. São Paulo, Fulgor.
- Miranda, Maria Augusta Tibiriçá
1983. *O Petróleo é Nosso: a Luta Contra o "Entreguismo", pelo Monopólio Estatal, 1947-1953*. Petrópolis, Vozes.
- Pereira, Jesus Soares
1975. *Petróleo, Energia Elétrica, Siderurgia: a Luta pela Emancipação. Um Depoimento de Jesus Soares Pereira sobre a Política de Vargas*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Smith, Peter Seaborn
1978. *Petróleo e Política no Brasil Moderno*. Rio de Janeiro, Art Nova-UnB.
- Távora, Juarez
1955. *Petróleo para o Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Vítor, Mário
1970. *A Batalha do Petróleo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

17. Partidos Políticos

- Audrá, Artur
1952. *A Bancada do PTB no Congresso Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Benevides, Maria Vitória de Mesquita
1981. *A UDN e o Udenismo: Ambigüidades do Libelismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Carmo, José de Arimatéia Pinto do
1948. *Diretrizes Partidárias*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Chacon, Vamireh
1981. *História dos Partidos Políticos Brasileiros*. Brasília, Ed. UnB.
- Dacanal, José Hildebrando, & Gonzaga, Sergius (org.)
1979. *RS: Economia e Política*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- Dulci, Otávio Soares
1977. *A UDN e o Antipopulismo no Brasil*. Belo Horizonte, UFMG.
- Fleischer, David V. (org.)
1981. *Os Partidos Políticos no Brasil*. Brasília, Ed. UnB, 2 v.
- Franco, Afonso Arinos de Melo
1974. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*. 2.ª ed. São Paulo, Alfa-Omega.
- Hippolito, Lúcia
1985. *De Raposas e Reformistas; o PSD e a Experiência Democrática Brasileira (1945-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lenzi, Carlos Alberto Silveira
1983. *Partidos e Políticos de Santa Catarina*. Florianópolis, Lunardelli-UFSC.

- Lima Junior, Olavo Brasil de
1983. *Os Partidos Políticos Brasileiros: a Experiência Federal e Regional, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Graal.
- Montenegro, Abelardo F.
1980. *Os Partidos Políticos do Ceará*. Fortaleza, UFC.
- Nogueira Filho, Paulo
1958. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: o Partido Democrático e a Revolução de 1930*. São Paulo, Anhembi, 2 v. [2.^a ed. Rio de Janeiro, José Olímpio, 1965.]
- Oliveira, Lúcia Lippi
1973. *Partidos Políticos Brasileiros: o Partido Social Democrático*. Rio de Janeiro, IUPERJ. Tese (Mestre em Ciência Política) IUPERJ, 1973.
- Pesavento, Sandra Jataí
1980. *RS: a Economia e o Poder nos Anos 30*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- Peterson, Phyllis Jane
1975. *Brazilian Political Parties: Formation, Organization and Leadership, 1945-1959*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D. em Ciência Política) Univ. Michigan, 1962.]
- Ramos, Plínio de Abreu
1980. *Os Partidos Paulistas e o Estado Novo*. Petrópolis, Vozes.
- Sampaio, Consuelo Novais
1985. *O Poder Legislativo na Bahia*. Salvador, Assembléia Legislativa.
- Sampaio, Regina
1982. *Ademar de Barros e o PSP*. São Paulo, Global.
- Souza, Maria do Carmo Campelo de
1976. *Estado e Partidos Políticos no Brasil*. Rio de Janeiro, Alfa-Omega.
- Trindade, Hégio
1980. *Poder Legislativo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul: 1891-1937*. Porto Alegre, Sulina.
1980a. *Revolução de 1930: Partidos e Imprensa Partidária no Rio Grande do Sul (1928-1937)*. Porto Alegre, L&PM.

18. Relações Internacionais

- Abreu, Marcelo de Paiva
1977. *Brazil and the World Economy, 1930-1945: Aspects of Foreign Economic Policies and International Economic Relations under Vargas*. Cambridge, mimeo. [Tese (Ph.D. Economia) Univ. Cambridge.]
- Barros, Jaime de
1938. *Sete Anos de Política Exterior do Brasil (Aspectos Principais) 1930-1937*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Cheibub, Zairo Borges
1980. *A Guerra da Coreia e as Relações Brasil-Estados Unidos (1951-1953)*. Niterói, UFF, mimeo.
- Chiavenato, Júlio José
1980. *A Guerra do Chaco (Leia-se Petróleo)*. São Paulo, Brasiliense.
- Cooke, Morris Llewellyn
1944. *Brazil on the March: a Study on the International Cooperation*. New York & London, McGraw-Hill.
- Costa, Sérgio Correia da
1942. *A Diplomacia Brasileira na Questão de Letícia*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.

- Dalbey, Richard Overton
 1970. *The German Private Schools of Southern Brazil during the Vargas Years, 1930-1945; German nationalism vs. Brazilian nationalization*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms, 1970. [Tese (Ph.D. em Educação) Indiana Univ., 1969.]
- Gambini, Roberto
 1977. *O Duplo Jogo de Getúlio Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo*. São Paulo, Símbolo.
- Giffin, Donald Warren
 1975. *The Normal Years: Brazilian-American Relations, 1930-1939*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D. em História) Vanderbilt Univ., 1972.]
- Hilton, Stanley
 1977. *O Brasil e a Crise Internacional, 1930/1945*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
 1977a. *O Brasil e as Grandes Potências: os Aspectos Políticos da Rivalidade Comercial, 1930-1939*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
 1977b. *Suástica sobre o Brasil: a História da Espionagem Alemã no Brasil, 1939-1944*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Lira, Heitor
 1981. *Minha Vida Diplomática*. Brasília, Ed. UnB, 2 v.
- Maia, Jorge
 1940. *Um Decênio de Política Externa*. Rio de Janeiro, DIP.
- McCann Junior, Frank D.
 1973. *The Brazilian-American Alliance, 1937-1945*. New York, Princeton Univ. Press.
- Monteiro, Jaecir
 1984. *Nacionalização do Ensino: uma Contribuição à História da Educação*. Florianópolis, Ed. UFSC.
- Moura, Gerson
 1980. *Autonomia na Dependência: a Política Externa Brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Naburo, Maurício
 1982. *Reflexões e Reminiscências*. Rio de Janeiro, FGV.
- Py, Aurélio da Silva
 1942. *A 5.ª Coluna no Brasil: a Conspiração Nazi no Rio Grande do Sul*. 2.ª ed., Porto Alegre, Globo.
- Sousa, Carlos Alves de
 1979. *Um Embaixador em Tempos de Crise*. Rio de Janeiro, F. Alves.
- Sousa, J. P. Coelho de
 s/d. *Denúncia: o Nazismo nas Escolas do Rio Grande*. Conferência Realizada na Associação Brasileira de Educação, no Rio de Janeiro, em novembro de 1941. 3.ª ed., Porto Alegre, Thurmman.
- Vários autores
 1968. *O III Reich e o Brasil: a Correspondência entre Berlim e suas Embaixadas no Rio de Janeiro e em outras Capitais do Continente*. Rio de Janeiro, Laudes, 2 v.

19. Economia

- Baer, Werner
 1970. *Siderurgia e Desenvolvimento Brasileiro*. Rio de Janeiro, Zahar.
 1977. *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil*. 3.ª ed. Rio de Janeiro, FGV.
- Bandeira, Muniz
 1973. *Presença dos Estados Unidos no Brasil (Dois Séculos de História)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

- Bastos, Humberto
1953. *A Conquista Siderúrgica no Brasil*. São Paulo, Martins.
- Bouças, Valentim
1950. *História da Dívida Externa*. Rio de Janeiro.
1953. *Estudos Econômicos e Financeiros*. Rio de Janeiro, 2 v.
1955. *Finanças do Brasil; Dívida Externa 1824-1945*. Rio de Janeiro.
- Branco, Catulo
1975. *Energia Elétrica e Capital Estrangeiro no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Brasil. Instituto Brasileiro do Café
1962. *Curso de Economia Cafeeira*. Rio de Janeiro.
- Cano, Wilson
1977. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, Difel.
- Comissão Nacional de Política Agrária
1956. *Reforma Agrária no Brasil; estudos e projetos*. Rio de Janeiro.
- Companhia Vale do Rio Doce
1982. *Companhia Vale do Rio Doce – 40 anos*. Rio de Janeiro.
- Conselho Técnico de Economia e Finanças
1938. *A Grande Siderurgia e a Exportação de Minério de Ferro Brasileiro em Larga Escala*. Rio de Janeiro.
- Costa, Aguinaldo
1945. *Apontamentos para uma Reforma Agrária*. São Paulo.
- Dean, Warren
s/d. *A Industrialização de São Paulo (1880-1945)*. 2.^a ed. São Paulo, Difel.
- Delfim Neto, Antônio
1979. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, FGV-Suplan.
- Duarte, Nestor
1953. *Reforma Agrária*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Saúde.
- Duque, Hélio
1976. *A Luta pela Modernização Cafeeira: Assim Agem as Multinacionais*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Furtado, Celso
1959. *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
1961. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- Guimarães, Alberto Passos
1963. *Inflação e Monopólio no Brasil*. Rio de Janeiro.
1964. *Quatro Séculos de Latifúndio*. São Paulo, Fulgor.
1979. *A Crise Agrária*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Ianni, Otávio
1971. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Krasner, Stephen D.
1973. *Manipulating International Commodity Markets: Brazilian Coffee Policy, 1906-1962*. Cambridge, Mass.
- Leff, Nathaniel H.
1977. *Política Econômica e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Perspectiva.
- Levi, Maria Bárbara
1977. *História da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, IBMEC.
- Malan, Pedro Sampaio et alii
1977. *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil, 1939-1952*. Rio de Janeiro, IPEA. [Relatório de Pesquisa 36.]

- Moura, Aristóteles
1959. *Capitais Estrangeiros no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
- Neuhaus, Paulo (coord.)
1980. *Economia Brasileira: uma Visão Histórica*. Rio de Janeiro, Campus.
- Normano, J. F.
1939. *Evolução Econômica do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
1944. *A Luta pela América do Sul*. Rio de Janeiro.
- Passos, Gabriel de Resende
1958. *Antologia Nacionalista: Brasileiros contra o Brasil*. São Paulo, Fulgor.
1959. *Nacionalismo*. São Paulo, Fulgor.
1961. *Temas Nacionalistas*. São Paulo, Fulgor.
- Peláez, Carlos Manuel & Suzigan, Wilson
1976. *História Monetária do Brasil: Análise da Política, Comportamento e Instituições Monetárias*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES. [2.^a ed. Brasília, Ed. UnB, 1981.]
- Pereira, Osni Duarte
1960. *Estudos Nacionalistas*. São Paulo, Fulgor.
- Prado Júnior, Caio
1945. *História Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.
1966. *A Revolução Brasileira*. São Paulo, Brasiliense.
- Rady, Donald Edmund
1968. *Brazil's Volta Redonda Steel Center: a Quarter Century of Progress, 1941-1966*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D.) Univ. California.]
- Rippy, J. Fred
1929. *Rivalry of the United States and Great Britain over Latin America*. Baltimore.
- Silva, Sérgio
1976. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Silveira, Cid
1962. *Café, um Drama na Economia Nacional: Análise do Mercado Exportador*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Simonsen, Roberto Cochrane
1939. *Evolução Industrial do Brasil*. Memorando preparado a convite do Conselho Federal de Comércio Exterior, especialmente para a Missão Universitária Norte-Americana em visita ao Brasil. São Paulo, Revista dos Tribunais. [2.^a ed. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973.]
- Simonsen, Roberto Cochrane & Gudín, Eugênio
1977. *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira: Coletânea da Polêmica Simonsen X Gudín . . .* Rio de Janeiro, IPEA.
- Singer, Paul I.
1982. *Guia da Inflação para o Povo*. 8.^a ed. Petrópolis, Vozes.
- Sirks, Swiatoslaw et alii
1966. *Energia Elétrica: Pioneirismo e Desenvolvimento na Região Rio-São Paulo*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro.
- Soares, Edmundo de Macedo
1972. *O Ferro na História e na Economia do Brasil*. Rio de Janeiro, Comissão Executiva Central do Sesquicentenário da Independência do Brasil.
- Stein, Stanley J.
1979. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil, 1850-1950*. Rio de Janeiro, Campus.
- Szmrecsányi, Tamás
1979. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)*. São Paulo, Hucitec-Unicamp.

- Taunay, Afonso d'Escragnoille
1939-1941. *História do Café no Brasil*. Rio de Janeiro, Depto. Nac. Café, 11 v.
- Valla, Victor V.
1978. *A Penetração Norte-Americana na Economia Brasileira, 1898-1928*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico.
- Vários autores
1952. *Reforma Agrária no Mundo e no Brasil*. Rio de Janeiro, Serv. Inf. Agrícola.
1965. *25 Anos de Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Gráf. Record.
1977. *Energia Elétrica no Brasil (da Primeira Lâmpada à Eletrobrás)*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
1982. *O Setor de Eletricidade no Brasil e a Criação da Eletrobrás: Levantamento Cronológico*. Rio de Janeiro, Eletrobrás.
- Vilela, Aníbal Vilanova & Suzigan, Wilson
1973. *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, IPEA.
- Vinhas, M.
1968. *Problemas Agrário-Camponeses no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Wirth, John D.
1973. *A Política do Desenvolvimento na Era de Vargas*. Rio de Janeiro, FGV.

20. Sociedade

- Almeida, Martins de
1932. *Brasil Errado*. Rio de Janeiro, Schmidt. [2.^a ed., 1953.]
- Cardoso, Fernando Henrique
1975. *Autoritarismo e Democratização*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Faoro, Raimundo
1958. *Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro*. Porto Alegre, Globo, 2 v. [2.^a ed. Porto Alegre, Globo; São Paulo, Edusp, 1975, 2 v.]
- Freire, Gilberto
1959. *Ordem e Progresso: Introdução à História da Sociedade Patriarcal no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 2 v.
- Ianni, Otávio
1963. *Estado e Capitalismo (Estrutura Social e Industrialização no Brasil)*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1963a. *Industrialização e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1968. *O Colapso do Populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Lopes, Juarez Rubens Brandão
1964. *Sociedade Industrial no Brasil*. São Paulo, Difel. [2.^a ed., 1971.]
- Martins, Carlos Estevam
1977. *Capitalismo de Estado e Modelo Político no Brasil*. Rio de Janeiro, Graal.
- Martins, Luciano
1976. *Pouvoir et Développement Economique: Formation et Evolution des Structures Politiques au Brésil*. Paris, Anthropos.
- Pereira, Luís Carlos Bresser
1968. *Desenvolvimento e Crise no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar. [3.^a ed. São Paulo, Brasiliense, 1972.]
- Santos, Wanderley Guilherme dos
1979. *Cidadania e Justiça: a Política Social na Ordem Brasileira*. Rio de Janeiro, Campus.
- Soares, Gláucio Ari Dillon
1973. *Sociedade e Política no Brasil: Desenvolvimento, Classe e Política durante a Segunda República*. São Paulo, Difel.

Sodré, Nelson Werneck

1962. *Formação História do Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

1963. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

Weffort, Francisco C.

1978. *O Populismo na Política Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

21. Trabalhadores

Barsted, Denis Linhares

1982. *Medição de Forças: o Movimento Grevista de 1953 e a Época dos Operários Navais*. Rio de Janeiro, Zahar.

Besouchet, Lídia

1938. *História da Criação do Ministério do Trabalho*. Rio de Janeiro, Ministério do Trabalho Indústria e Comércio.

Canedo, Letícia Bicalho

1978. *O Sindicalismo Bancário em São Paulo no Período 1923-1944: seu Significado Político*. São Paulo, Símbolo.

Carone, Edgard

1979-1984. *Movimento Operário no Brasil*. São Paulo, Difel, 3 v.

Cohn, Amélia

1980. *Providência Social e Processo Político no Brasil*. São Paulo, Moderna.

Dias, Everardo

1977. *História das Lutas Sociais no Brasil*. 2.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega. [1.^a ed., 1962.]

Erickson, Kenneth Paul

1979. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Füchtner, Hans

1980. *Os Sindicatos Brasileiros: Organização e Função Política*. Rio de Janeiro, Graal.

Harding, Timothy Fox

1974. *The Political History of Organized Labor in Brazil*. Ann Arbor Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D. em História Moderna) Stanford Univ., 1973.]

Linhares, Hermínio

1955. *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*. Rio de Janeiro, s.ed. [2.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1977.]

Loiola, Maria Andrea

1980. *Os Sindicatos e o PTB: Estudo de um Caso em Minas Gerais*. Petrópolis, Vozes-Cebrap.

Martins, Carlos Estevam & Almeida, Maria Hermínia Tavares de

1974. *Modus in Rebus: Partidos e Classes na Queda do Estado Novo*. São Paulo, mimeo.

Moisés, José Álvaro

1978. *Greve de Massa e Crise Política: Estudo da Greve dos 300 mil em São Paulo: 1953-1954*. São Paulo, Polis.

Morais Filho, Evaristo de

1952. *O Problema do Sindicato Único no Brasil: Seus Fundamentos Sociológicos*. Rio de Janeiro, A Noite. [2.^a ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1978.]

Pinheiro, Paulo Sérgio

1977. *Política e Trabalho no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega.

Pinheiro, Paulo Sérgio & Hall, Michael

1979-1981. *A Classe Operária no Brasil*. São Paulo, Alfa-Omega/Brasiliense.

Rodrigues, Edgard

s/d. *Novos Rumos: Pesquisa Social 1922-1946*. Rio de Janeiro, Mundo Livre.

s/d.a. *Trabalho e Conflito: Pesquisa 1906-1937*. s.n.e.

- Rodrigues, José Albertino
1968. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo, Difel. [2.^a ed. São Paulo, Símbolo, 1979.]
- Rodrigues, Leôncio Martins
1966. *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Difel.
1968. *Sindicalismo e Sociedade*. São Paulo, Difel.
1970. *Industrialização e Atitudes Operárias*. São Paulo, Brasiliense.
- Sarti, Ingrid
1981. *Porto Vermelho: os Estivadores Santistas no Sindicato e na Política*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Segnini, Liliana R. Petrilli
1982. *Ferrovia e Ferroviários: uma Contribuição para a Análise do Poder Disciplinar na Empresa*. São Paulo, Cortez.
- Simão, Azis
1966. *Sindicato e Estado: suas Relações na Formação do Proletariado de São Paulo*. São Paulo, Dominus, EDUSP.
- Teles, Jover
1962. *O Movimento Sindical no Brasil*. Rio de Janeiro, Vitória.
- Vários autores
1940. *Salário Mínimo: Legislação, Estatística, Doutrina*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Vianna, Luiz Werneck
1976. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Weffort, Francisco C.
1973. "Origens do Sindicalismo Populista: a Conjuntura de Após-Guerra". *Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, abr./jun.
s/d. *Partidos, Sindicatos e Democracia: Algumas Questões para a História do Período 1945-1964*. São Paulo, mimeo.

22. Empresários

- Barros, Eudes
1975. *A Associação Comercial no Império e na República*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Olímpica.
- Barros, Geraldo Mendes de
1982. *Guilherme Guinle, 1882-1960: Ensaio Biográfico*. Rio de Janeiro, Agir.
- Carone, Edgard
1977. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo, Difel.
1978. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*. Rio de Janeiro, Cátedra.
- Confederação Nacional do Comércio
1966. *Confederação Nacional do Comércio: 20 anos de Lutas pelo Brasil*. Rio de Janeiro.
- Diniz, Eli
1978. *Empresário, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Fanganiello, Helena
1970. *Roberto Simonsen e o Desenvolvimento Econômico*. São Paulo, USP.
- Gomes, Ângela Maria de Castro
1979. *Burguesia e Trabalho: Política e Legislação Social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro, Campus.
- Leme, Marisa Saenz
1978. *A Ideologia dos Industriais Brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis, Vozes.
- Lima, Heitor Ferreira
1976. *Três Industrialistas Brasileiros: Maud - Rui Barbosa - Simonsen*. São Paulo, Alfa-Omega.

- Martins, José de Sousa
1967. *Empresário e Empresa na Biografia do Conde Matarazzo*. Rio de Janeiro, UFRJ – Instituto de Ciências Sociais. [2.^a ed. *Conde Matarazzo: o Empresário e a Empresa*. São Paulo, Hucitec, 1976.]
- Oliveira, Clóvis
1969. *Do CIESP à FIESP: História de uma Instituição do Empresariado Industrial Paulista*. São Paulo.
- Poiano, Luís Marques
1945. *A Sociedade Nacional de Agricultura: Resumo Histórico*. Rio de Janeiro, SNA.
- Scantimburgo, João de
1975. *José Ermírio de Moraes: o Homem e a Obra*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Sodré, Nelson Werneck
1964. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Street, Jorge
1980. *Idéias Sociais de Jorge Street*. Rio de Janeiro-Brasília, Fundação Casa de Rui Barbosa-Senado Federal, 3 v.
- Weid, Elisabeth von der et alii
1977. *Apontamentos para a História do Centro Industrial do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro.

23. Militares

- Andrea, Júlio
1955-1956. *A Marinha Brasileira: Flores de Glórias e de Epopéias Memoráveis*. Rio de Janeiro, Ministério da Marinha.
- Araripe, Tristão de Alencar
1960. *Tasso Fragoso, um Pouco de História do Nosso Exército*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Avelar, Romeu de
1949. *General Góis Monteiro, o Comandante de um Destino*. Maceió.
- Barbosa, Raimundo Rodrigues
1952. *História do Superior Tribunal Militar*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
- Barreto, João de Deus Noronha Mena
1950. *Os Mena Barreto, Seis Gerações de Soldados (1769-1950)*. Rio de Janeiro.
1971. *Ainda os Mena Barreto, 1919-1969*. s.n.e.
- Bastos, Joaquim Justino Alves
1965. *Encontro com o Tempo*. Porto Alegre, Globo.
- Bijos, Gerardo Majella
s/d. *O Clube Militar e seus Presidentes*. Rio de Janeiro.
- Brayner, Floriano de Lima
1968. *A Verdade sobre a FEB*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1977. *Recordando os Bravos: Eu Convivi com Eles – Campanha da Itália*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Câmara, Hiram de Freitas
1985. *Marechal José Pessoa: a Força de um Ideal*. Edição comemorativa do centenário de nascimento (1885-1985). Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Camargo, Aspásia & Góes, Walder de
1981. *Meio Século de Combate: Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Carneiro, Glauco
1966. *O Revolucionário Siqueira Campos*. Rio de Janeiro, Record, 2 v.
- Carvalho, Antônio Maria de
1968. *Histórico do Clube Naval (12 de Abril de 1984 a 11 de Junho de 1968)*. Rio de Janeiro, Batista de Sousa.

- Carvalho, Estêvão Leitão de
 1936. *A Conferência do Desarmamento*. Rio de Janeiro.
 1952. *A Serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro.
 1956. *A Paz do Chaco: como Foi Executada no Campo de Batalha*. Rio de Janeiro.
 1959. *Dever Militar e Política Partidária*. Rio de Janeiro.
 1961-1964. *Memórias de um Soldado Legalista*. Rio de Janeiro, Imp. Exército, 3 v.
 1967. *Memórias de um Soldado Reformado*. Rio de Janeiro, Imp. Exército.
- Chagas, Paulo Pinheiro
 1946. *O Brigadeiro da Libertação*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Z. Valverde.
- Costa, Jofre Gomes da
 1960. *Marechal Henrique Lott*. Rio de Janeiro.
- Coutinho, Edilberto
 1975. *Rondon, o Civilizador da Última Fronteira*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Coutinho, Lourival
 1956. *O General Góis Depõe . . .* Rio de Janeiro, Coelho Branco.
- Denys, Odílio
 1980. *Ciclo Revolucionário Brasileiro: 5 de Julho de 1922 a 31 de Março de 1964*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Duarte, Paulo Q.
 1963. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
 1971. *O Nordeste na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Record.
- Figueiredo, Lima
 1944. *Grandes Soldados do Brasil*. 3.^a ed. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Gama, Artur Oscar Saldanha da
 1982. *A Marinha do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Capemi Ed.
- Klinger, Bertoldo
 1944-1953. *Narrativas Autobiográficas*. Rio de Janeiro, O Cruzeiro, 7 v.
 1958. *Parada e Desfile de uma Vida de Voluntário do Brasil na Primeira Metade do Século*. Rio de Janeiro.
- Lima, Rui Moreira
 1980. *Senta a Pua!* Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Lins, Maria de Lourdes Ferreira
 1975. *A Força Expedicionária Brasileira: uma Tentativa de Interpretação*. São Paulo, Unidas.
- Malan, Alfredo Souto
 1977. *Uma Escolha, um Destino: Vida do General Malan D'Angrogne*. Rio de Janeiro, Bib. Exército.
- Malvásio, Luís Sebastião
 1967. *História da Força Pública de São Paulo*. São Paulo, Polícia Militar do Estado.
- Mariante, Hélio Moro
 1972. *Crônica da Brigada Militar Gaúcha*. Porto Alegre, Imp. Oficial.
- McCann, Frank D.
 1982. *A Nação Armada: Ensaio sobre a História do Exército Brasileiro*. Recife, Guararapes.
- Morais, Berta et alii
 1949. *Depoimento de Oficiais da Reserva sobre a FEB*. São Paulo, Instituto Progresso.
- Morais, João Batista Mascarenhas de
 1947. *A FEB pelo seu Comandante*. São Paulo, Instituto Progresso.
 1969. *Memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 2 v.
- Mota, Jeová
 1976. *Formação do Oficial do Exército*. Rio de Janeiro, Cia. Brasileira de Artes Gráficas.
- Pereira, Miguel José
 1950. *Esboço Histórico da Brigada Militar do Rio Grande do Sul*. 2.^a ed. Porto Alegre, Brigada Militar.

- Pessoa, Pantaleão
1972. *Reminiscências e Imposições de uma Vida (1885-1965)*. Rio de Janeiro.
- Queirós, Antero
1937. *Um Chefe: Subsídios para a História do Brasil no Período 1930-1937*. Rio de Janeiro.
- Silva, Gastão Pereira da
1945. *Brigadeiro Eduardo Gomes*. Rio de Janeiro, Pan-Americana.
- Silveira, Joel & Mitke, Tarsilo
1983. *A Luta dos Pracinhas: a FEB na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro, Record.
- Smith, Peter Seaborn
1979. *Góis Monteiro and the Role of the Army in Brazil*. Bundoora, La Trobe Univ.
- Sodré, Nelson Werneck
1965. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
1967. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Sousa, José Garcia de
1943. *A Verdade sobre a História da Aeronáutica*. Rio de Janeiro, Leuzinger.
- Stepan, Alfred
1975. *Os Militares na Política*. Rio de Janeiro, Artenova.
- Tavares, Aurélio de Lira
1976. *O Brasil de Minha Geração*. Rio de Janeiro, Bib. Exército, 2 v.
- Távora, Juarez
1973-1976. *Uma Vida e Muitas Lutas*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 3 v.
- Vários autores
1981. *Superior Tribunal Militar: 173 anos de história*. Brasília.
- Waack, William
1985. *As Duas Faces da Glória*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Wanderley, Nelson Freire Lavenère
1967. *História da Força Aérea Brasileira*. Rio de Janeiro, Ministério da Aeronáutica/Depto. Impr. Nacional. [2.^a ed. Rio de Janeiro, Ministério da Aeronáutica/Ed. Gráf. Brasileira, 1975.]

24. Pensamento Político

- Amaral, Antônio José Azevedo do
1934. *O Brasil na Crise Atual*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
1936. *Renovação Nacional*. Rio de Janeiro, Imp. Nacional.
1938. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Campos, Francisco
1940. *O Estado Nacional: sua Estrutura, seu Conteúdo Ideológico*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Chacon, Vamireh
1965. *História das Idéias Socialistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Lins, Ivan
1967. *História do Positivismo no Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Martins, Wilson
1976-1979. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix-EDUSP, 7 v.
- Medeiros, Jarbas
1978. *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945*. Rio de Janeiro, FGV.
- Miceli, Sérgio
1979. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo, Difel.

- Morais Filho, Evaristo de (org.)
1981. *O Socialismo Brasileiro*. Brasília, Ed. UnB-Câmara dos Deputados.
- Mota, Carlos Guilherme
1977. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Ática.
- Oliveira, Lúcia Lippi; Veloso, Mônica Pimenta & Gomes, Ângela Maria de Castro
1982. *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Pinto, Álvaro Vieira
1960. *Consciência e Realidade Nacional*. Rio de Janeiro, 2 v.
- Sodré, Nelson Werneck
1959. *Razes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro, ISEB.
- Vários autores
1924. *À Margem da História da República: Ideais, Crenças e Afirmações*. Rio de Janeiro, Anuário do Brasil.
- Viana, Oliveira
1920. *O Idealismo da Constituição*. Rio de Janeiro.
1923. *Evolução do Povo Brasileiro*. Rio de Janeiro.
1925. *O Ocaso do Império*. Rio de Janeiro.
1930. *Problemas de Política Objetiva*. Rio de Janeiro.
1938. *Problemas de Direito Corporativo*. Rio de Janeiro.
1949. *Instituições Políticas Brasileiras*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 2 v. [2.^a ed. Rio de Janeiro, Record, 1974, 2 v.]
1951. *Direito do Trabalho e Democracia Social*. Rio de Janeiro.
1952. *Problemas de Organização e Problemas de Direção*. Rio de Janeiro.

25. Imprensa

- Barros, Teodoro de
1978. *Última Hora e a Renovação da Imprensa Brasileira*. Niterói, mimeo. Tese (Mestre) UFF, 1978.
- Capelato, Maria Helena & Prado, Maria Lígia
1980. *O Bravo Matutino (Imprensa e Ideologia no Jornal "O Estado de São Paulo")*. São Paulo, Alfa-Omega.
- Costela, Antônio Fernando
1970. *O Controle da Informação no Brasil: Evolução Histórica da Legislação Brasileira de Imprensa*. Petrópolis, Vozes.
- Estado de São Paulo, O
1975. *O Estado de São Paulo*. Suplemento do Centenário, São Paulo.
- Jambo, Arnóldo
1975. *Diário de Pernambuco (História e Jornal de Quinze Décadas)*. Recife, Diário de Pernambuco.
- Leitão, César Luís
1960. *Apontamentos Históricos do Diário de Notícias, 1930-1960*. Rio de Janeiro, Majela.
- Martins, Eduardo
1977. *A União, Jornal e História da Paraíba: sua Evolução Gráfica e Editorial*. João Pessoa, A União.
- Mota, Carlos Guilherme & Capelato, Maria Helena
1980. *História da Folha de São Paulo*. São Paulo, Impres.
- Nascimento, Luís do
1962-1982. *História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife, UFPe, 8 v.
- Pedroso, Rosa Nívea
1983. *A Produção do Discurso de Informação num Jornal Sensacionalista*. Rio de Janeiro, mimeo. [Tese (Mestre) Esc. Comunicação UFRJ.]

Roque, Carlos

1976. *História de A Província do Pará*. Belém, Mitograph.

Sodré, Nelson Werneck

1966. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

26. Igreja

Alves, Márcio Moreira

1979. *A Igreja e a Política no Brasil*. São Paulo, Brasiliense.

Balém, João Maria

1969. "Os Bispos de Porto Alegre". *Unitas*, Porto Alegre, v. 58, n. 1, p. 3-21.

Bruneau, Thomas

1974. *O Catolicismo Brasileiro numa Época de Transição*. São Paulo, Loiola.

Gabaglia, Laurita Pessoa Raja

1962. *O Cardeal Leme (1882-1942)*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

Lima, Alceu Amoroso

1936. *Indicações Políticas: da Revolução à Constituição*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.

1938. *Elementos de Ação Católica*. Rio de Janeiro, ABC.

1973. *Memórias Improvisadas: Diálogos com Medeiros Lima*. Petrópolis, Vozes.

1983. *Tristão de Ataíde & Lourenço Dantas Mota: Diálogo*. São Paulo, Brasiliense.

1984. *Memorando dos 90: Entrevistas e Depoimentos Coligidos por Francisco de Assis Barbosa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

s/d. *Política*. São Paulo, Tip. Rossolillo.

Lima, Maurílio César de

1976. *A Arquidiocese de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Brasília.

Schubert, Guilherme

1948. *A Província Eclesiástica do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Agir.

Todaro, Margareth Patrice

1971. *Pastors, Prophets and Politicians: a Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D.) Columbia Univ., 1971.]

Torres, João Camilo de Oliveira

1968. *História das Idéias Religiosas no Brasil*. São Paulo, Grijalbo.

Veloso, Mônica Pimenta

1978. "A Ordem: uma Revista de Doutrina, Política e Cultura Católica". *Revista de Ciência Política*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 21, set.

Vilaça, Antônio Carlos

1975. *O Pensamento Católico no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar.

1983. *O Desafio da Liberdade: a Vida de Alceu Amoroso Lima*. Rio de Janeiro, Agir.

27. Biografias e Memórias

Albuquerque, Epitácio Pessoa Cavalcanti de

1979. *João Pessoa: o Sentido de uma Vida e de uma Época*. João Pessoa, Acauã.

Aleixo, José Carlos Brandi & Chagas, Carlos

1976. *Pedro Aleixo, Testemunhos e Lições*. Brasília, Senado Federal.

Almeida, José Américo de

1954. *Ocasos de Sangue*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

1964-1965. *Discursos do seu Tempo*. João Pessoa, UFPB, 2 v.

1965. *A Palavra e o Tempo (1937-1945-1950)*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

1968. *O Ano do Nego: Memórias*. Rio de Janeiro, Record. [2.^a ed. João Pessoa, Sec. Educ. Paraíba/A União, 1978.]

1970. *Eu e Eles*, Getúlio Vargas, Virgílio de Melo Franco, Augusto dos Anjos, Eptácio Pessoa, José Lins do Rego, Graça Aranha, João Cabral de Melo Neto, Assis Chateaubriand. Rio de Janeiro, Nosso Tempo/INL.
- Amado, Gilberto
1958. *Presença na Política*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1960. *Depois da Política*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Amora, Paulo
1964. *Bernardes, o Estadista de Minas na República*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Andrada, Fábio
1946. *Antônio Carlos: o Andrada da República*. Juiz de Fora.
- Araújo, Rosa Maria Barboza de
1981. *O Batismo do Trabalho: a Experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Araújo, Rubens Vidal
1985. *Os Vargas*. Rio de Janeiro, Globo.
- Barata, Mário
1971. *Presença de Assis Chateaubriand na Vida Brasileira*. São Paulo, Martins.
- Beloch, Israel
1985. *Capa Preta e Lurdinha: Tenório Cavalcanti e o Povo da Baixada*. Rio de Janeiro, Record.
- Bourne, Richard
1974. *Getúlio Vargas of Brazil, 1883-1954: Sphinx of the Pampas*. London, C. Knight.
- Brandi, Paulo
1983. *Vargas, da Vida para a História*. Rio de Janeiro, Zahar.
- Camaro, Aspásia; Raposo, Eduardo & Flaksman, Sérgio
1984. *O Nordeste e a Política: Diálogo com José Américo de Almeida*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Café Filho, João
1966. *Do Sindicato ao Catete: Memórias Políticas e Confissões Humanas*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 2 v.
- Campos, Francisco
1979. *Discursos Parlamentares*. Sel. e introd. de Paulo Bonavides. Rio de Janeiro-Brasília, José Olímpio-Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 6.]
- Campos, Milton
1951. *Compromisso Democrático*. Belo Horizonte, Sec. Educação do Est. de Minas Gerais.
1972. *Testemunhos e Ensinos*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Capanema, Gustavo
1980. *Discursos e Outros Escritos*. Rio de Janeiro, Pallas.
- Carneiro, Glauco
1977-1978. *Luzardo, o Último Caudilho*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2 v.
- Carrazzoni, André
1939. *Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Carvalho, Último de
1973. *Antes que Eu me Esqueça*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Cavalheiro, Edgard
1962. *Monteiro Lobato: Vida e Obra*. 3.ª ed. São Paulo, Brasiliense, 2 v.
- Cunha, José Antônio Flores da
1982. *Discursos Parlamentares*; sel. e introd. de Nize Maria Campos Pellanda. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 19.]

- Chagas, Paulo Pinheiro
 1977. *Esse Velho Vento da Aventura: Memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio-INL.
 1983. *As Idéias Não Morrem: Ensaio, Crítica e Tribuna*. 2.^a ed. Belo Horizonte, Itatiaia-INL.
- Daudt Filho, João
 1949. *Memórias*. 3.^a ed. Rio de Janeiro.
- Debes, Célio
 1982. *Júlio Prestes e a Primeira República*. São Paulo, IMESP-DAESP.
- Duarte, Paulo
 1946. *Prisão, Exílio, Luta . . .* Rio de Janeiro, Z. Valverde.
 1975-1980. *Memórias*. São Paulo, Hucitec; Rio de Janeiro, Paz e Terra, 10 v.
- Dulles, John W. Foster
 s/d. *Getúlio Vargas: Biografia Política*. Rio de Janeiro, Renes.
- Espíndola, Itamar
 1970. *Meneses Pimentel: Educador, Governante e Político*. Fortaleza, Greceel.
- Faria, Antônio Augusto de & Barros, Edgard Luís de
 1982. *Getúlio Vargas e sua Época*. São Paulo, Global.
 1984. *O Retrato do Velho*. São Paulo, Atual.
- Figueiredo, Euclides
 1982. *Discursos Parlamentares*. Sel. e introd. de Vamireh Chacon. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 23.]
- Fontoura, João Neves da
 1958-1963. *Memórias*. Porto Alegre, Globo, 2 v.
 1978. *Discursos Parlamentares*. Sel. e introd. de Héglio Trindade. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 8.]
- Franco, Afonso Arinos de Melo
 1965. *A Escalada*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1968. *Planalto*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1976. *Alto-Mar Maralto*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1976a. *Um Estadista da República*; Afrânio de Melo Franco e seu tempo. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Nova Aguilar.
 1983. *O Intelectual e o Político: Encontros com Afonso Arinos*. Por Aspásia Camargo, Maria Clara Mariani e Maria Teresa Teixeira. Brasília, Senado Federal-Dom Quixote; Rio de Janeiro, CPDOC/FGV.
- Freire, Vitorino
 1978. *A Laje da Raposa: Memórias*. Rio de Janeiro, Guavira.
- Frischauer, Paul
 1943. *Presidente Vargas*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional.
- Furtado, João Maria
 1976. *Vertentes (Memórias)*. Rio de Janeiro, Olímpica.
- Guillobel, Renato de Almeida
 1973. *Memórias*. Rio de Janeiro, IBGE.
- Gurgel, Heitor
 1950. *O Governo Amaral Peixoto, 1937-1945: Subsídios para a História Político-Administrativa do Estado do Rio*. Rio de Janeiro, Depto. Imp. Nacional.
- Henriques, Afonso
 1966. *Ascensão e Queda de Getúlio Vargas*. Rio de Janeiro, Record, 3 v.
- Jamundá, Teobaldo Costa
 1968. *Nereu Ramos, o da Hora da Reconstrução Nacional*. Florianópolis, Ed. Autor.
- Josefson, Leon
 1975. *Vargas - Aço, Petróleo e Urânio*. Rio de Janeiro, Gernasa.

- Krieger, Daniel
1976. *Desde as Missões . . . Saudades, Lutas, Esperanças*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Kubitschek, Juscelino
1959. *Quatro Anos no Governo de Minas Gerais (1951-1955): Síntese das Realizações do Governador Juscelino Kubitschek de Oliveira*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1974-1976. *Meu Caminho para Brasília*. Rio de Janeiro, Bloch, 2 v.
- Lacerda, Carlos
1978. *Depoimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- Leite, Aureliano
1966. *Páginas de uma Longa Vida*. São Paulo, Martins.
- Lima, Hermes
1974. *Travessia: Memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Lima Filho, Andrade
1976. *China Gordo: Agamenon Magalhães e sua Época*. Recife, Ed. Universitária.
1979. *Itinerário de Osório Borba, o homem que cuspiu maribondos*. Recife, Assoc. Imprensa de Pernambuco.
- Lins, Etelvino
1977. *Um Depoimento Político: Episódios e Observações*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Lusardo, João Batista
1983. *Discursos Parlamentares*. Sel. e Introd. de Glauco Carneiro. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 22.]
- Magalhães, Agamenon
1983. *Discursos Parlamentares*. Sel. e Introd. de Nilo Pereira. Brasília, Câmara de Deputados. [Perfis Parlamentares 24.]
- Magalhães, Bruno de Almeida
1973. *Artur Bernardes, Estadista da República*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Magalhães, Juraci
1957. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1982. *Minhas Memórias Provisórias*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Mangabeira, Francisco
1979. *João Mangabeira: República e Socialismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Mangabeira, João
1980. *Idéias Políticas de João Mangabeira*. Brasília, Senado Federal; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 3 v.
1982. *João Mangabeira na UnB: Conferências, Comentários e Debates de um Simpósio Realizado de 3 a 6 de novembro de 1981*. Brasília, Ed. UnB.
- Mangabeira, Otávio
1978. *Discursos Parlamentares*. Sel. e Introd. de Josafá Marinho. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 10.]
- Meneses, José Rafael
1967. *José Américo, um Homem do Bem Comum*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- Monteiro, Frederico Mindello Carneiro
1977. *Depoimentos Biográficos*. Rio de Janeiro, Gráf. Olímpica.
- Mota, Lourenço Dantas
1981-1983. *A História Vivida*. São Paulo, O Estado de São Paulo, 3 v.
- Mota Filho, Cândido
1972. *Contagem Regressiva: Memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1977. *Dias Lidos e Vividos: Memórias – 2*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Nabuco, Carolina
1962. *A Vida de Virgílio de Melo Franco*. Rio de Janeiro, José Olímpio.

- Nava, Pedro
 1972. *Baú de Ossos*. Rio de Janeiro, Sabiá.
 1973. *Balão Cativo*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1976. *Chão de Ferro*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1978. *Beira-Mar*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1981. *Galo-das-Trevas*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
 1983. *O Círio Perfeito*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.
- O'Donnell, F. Talaia
 1976. *Oswaldo Aranha*. Porto Alegre, Garatuja-Inst. Est. Livro-DAC/SEC.
- Oliveira, Yves de
 1971. *Otávio Mangabeira: Alma e Voz da República*. Rio de Janeiro.
- Otávio, José
 1978. *João Pessoa Perante a História (Textos Básicos e Estudos Críticos)*. João Pessoa, Sec. Educ. Cultura da Paraíba-A União.
- Pandolfi, Dulce Chaves
 1984. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*. Recife, Fund. Joaquim Nabuco-Massangana.
- Peixoto, Alzira Vargas do Amaral
 1960. *Getúlio Vargas, Meu Pai*. Porto Alegre, Globo.
- Pereira, Nilo
 1973. *Agamenon Magalhães, uma Evocação Pessoal*. Recife, Taperoá.
- Picchia, Menotti del
 1972. *A Longa Viagem*. São Paulo, Martins-Cons. Est. Cultura.
- Pilla, Raul
 1980. *Discursos Parlamentares*. Sel. e Introd. de Geraldo Guedes com colab. de Antônio Carlos Pojo do Rego. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 6.]
- Rebello Filho, Antônio Dias
 1980. *Carlos Lacerda, Meu Amigo*. Rio de Janeiro, Record.
- Rocha, Hildon
 1981. *Memória Indiscreta*. Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- Sá, Mem de
 1981. *Tempo de Lembrar: Memórias*. Rio de Janeiro, José Olímpio-INL.
- Sales, José Bento Teixeira de
 1975. *Milton Campos, uma Vocação Liberal*. Belo Horizonte, Vega.
- Salgado, Plínio
 1982. *Discursos Parlamentares*. Sel. e Introd. de Gumercindo Rocha Dorea. Brasília, Câmara dos Deputados. [Perfis Parlamentares 18.]
- Santos, J. F. Assunção dos
 1958. *Uma Linhagem Sul-Rio-Grandense: os Antunes Maciel – Pequeno Ensaio de Genealogia Histórica*. Rio de Janeiro.
- Schneider, Regina Portela
 1981. *Flores da Cunha, o Último Gaúcho Legendário*. Porto Alegre, Esc. Sup. Teologia S. Lourenço de Brindes – Martins Livreiro.
- Schwartzman, Simon; Bomeny, Helena Maria Bousquet & Costa, Vanda Maria Ribeiro
 1984. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra-EDUSP.
- Silva, A. C. Pacheco e
 1966. *Armando de Sales Oliveira*. São Paulo, Martins.
- Silva, Hélio
 1980. *Vargas*. Porto Alegre, L&PM.
- Silva, Vera Alice Cardoso & Delgado, Lucília de Almeida Neves
 1985. *Tancredo Neves: a Trajetória de um Liberal*. Petrópolis, Vozes.

- Sousa, J. P. Coelho de
1958. *O Pensamento Político de Assis Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
- Távora, Fernandes
1961. *Algo de Minha Vida*. Fortaleza.
- Teixeira, Pedro Ludovico
1973. *Memórias*. 2.^a ed. Goiânia, Cultura Goiana.
- Valadares, Benedito
1966. *Tempos Idos e Vividos*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira.
- Vargas, Getúlio
1938-1947. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 11 v.
1942. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1944. *Discurso de Posse na Academia Brasileira de Letras*. Rio de Janeiro, América.
1950. *A Política Trabalhista no Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1951. *A Campanha Presidencial*. Rio de Janeiro, José Olímpio.
1952-1969. *O Governo Trabalhista do Brasil*. Rio de Janeiro, José Olímpio, 4 v.
- Vasconcelos, João Batista de
1940. *O Comandante Ari Parreiras*. Rio de Janeiro, Z. Valverde.
- Vasconcelos Filho, J. I. Cabral de
1982. *Da Revolução de 30 ao Terror do Estado Novo: Subsídios para a História de uma Época*. Rio de Janeiro, Cátedra.
- Vergara, Luís
1960. *Fui Secretário de Getúlio Vargas*. Porto Alegre, Globo.
- Vianna, Maria Lúcia Teixeira Werneck
1974. *Getúlio Vargas (1883-1954)*, São Paulo, Ed. Três. [Grandes Personalidades de Todos os Tempos 15.]
- Whitaker, José Maria
1978. *O Milagre de Minha Vida*. São Paulo, Hucitec.

28. História Regional

- Altavila, Jaime de
1978. *História da Civilização das Alagoas*. 7.^a ed. Maceió, Edufal.
- Cabral, Osvaldo R.
1970. *História de Santa Catarina*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Laudes.
s/d. *Breve Notícia sobre o Poder Legislativo de Santa Catarina: suas Legislaturas e seus Legisladores de 1835 a 1974*. Florianópolis, Lunardelli.
- Cascudo, Luís da Câmara
1955. *História do Rio Grande do Norte*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, MEC.
1972. *Uma História da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte: Conclusões, Pesquisas e Documentário*. Natal, Fund. José Augusto.
- Castelo Branco Filho, Moisés
1975. *Depoimento para a História da Revolução no Piauí (Período Revolucionário 1922-1931)*. 2.^a ed. Rio de Janeiro, Artenova.
- Conniff, Michael
1975. *Rio de Janeiro in the Depression Era, 1928-1937*. s.n.t. [Tese (Ph.D. em Filosofia) Stanford Univ.]
- Correia Filho, Virgílio
1969. *História de Mato Grosso*. Rio de Janeiro, INL.
- Cortés, Carlos E.
1974. *Gaucho Politics in Brazil: the Politics of Rio Grande do Sul, 1930-1964*. Albuquerque, Univ. New Mexico Press.

- Cruz, Ernesto
 1973. *História do Pará*. 2.^a ed. Belém, Governo do Est. Pará, 2 v.
 1974. *O Poder Judiciário do Pará: Três Períodos Políticos – Colonial, Imperial, Republicano*. Belém, Governo do Est. Pará, 2 v.
 s/d. *História do Poder Legislativo do Pará*. Belém, Imp. Universitária, 2 v.
- Docca, Emílio Fernandes de Sousa
 1954. *História do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro, Simões.
- Ferreira Filho, Artur
 1960. *História Geral do Rio Grande do Sul, 1503-1967*. 2.^a ed. Porto Alegre, Globo.
- Fleischer, David Verge
 1975. *Political Recruitment in the State of Minas Gerais, Brazil 1890-1970*. Ann Arbor, Xerox Univ. Microfilms. [Tese (Ph.D. em Ciência Política) Univ. of Florida.]
- Fortes, Amir Borges
 1960. *Compêndio de História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Sulina.
 1963. *História Administrativa, Judiciária e Eclesiástica do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre.
- Leite, Aureliano
 1954. *História da Civilização Paulista*. São Paulo, Saraiva.
- Levine, Robert
 1980. *A Velha Usina: Pernambuco na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Lobo, Eulália Maria Lahmeyer
 1978. *História do Rio de Janeiro (do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro)*. Rio de Janeiro, IBMEC, 2 v.
- Love, Joseph L.
 1982. *A Locomotiva: São Paulo na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Meireles, Mário M.
 1960. *História do Maranhão*. Rio de Janeiro, DASP.
- Melo, Agenor Bandeira de
 1970. *Cartilha Histórica da Bahia*. Rio de Janeiro, Cívica.
- Mendonça, Rubens de
 1970. *História de Mato Grosso, Através de seus Governadores*. 2.^a ed., s.l., s.ed.
- Morais, Tancredo
 1954. *Resumo Histórico Antropogeográfico do Estado de Alagoas*. Rio de Janeiro, Pongetti.
- Morse, Richard M.
 1970. *Formação Histórica de São Paulo: de Comunidade a Metrópole*. São Paulo, Difel.
- Novais, Maria Estela de
 s/d. *História do Espírito Santo*. Vitória, Fundo Edit. do Espírito Santo.
- Oliveira, José Teixeira de
 1975. *História do Estado do Espírito Santo*. 2.^a ed. Vitória, Fundo Cultural do Espírito Santo.
- Pinto, Luís
 1973. *Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba*. Rio de Janeiro, Leitura.
- Rego Neto, Hugo Napoleão do
 1974. *Fatos da História do Piauí*. Rio de Janeiro, Apec.
- Reis, José de Oliveira
 1977. *O Rio de Janeiro e seus Prefeitos*. Rio de Janeiro, Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 4 v.
- Roque, Carlos
 1967. *Grande Enciclopédia da Amazônia*. Belém, Amazônica, 6 v.

- Sá, Mem de
1973. *A Politização do Rio Grande*. São Leopoldo, Tabajara.
- Sampaio, Consuelo Novais
1979. *Crisis in the Brazilian Oligarchical System: a Case Study on Bahia, 1889-1937*. Baltimore, mimeo. [Tese (Ph.D.) The Johns Hopkins Univ., 1979.]
- Sampaio, Nelson de Sousa
1960. *O Diálogo Democrático na Bahia*. Belo Horizonte, Revista Brasileira de Estudos Políticos. [Estudos Sociais e Políticos 8.]
- Silva, Riograndino da Costa e
1968. *Notas à Margem da História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Globo.
- Stresser, Aderbal (org.)
1953. *Primeiro Centenário da Emancipação Política do Paraná*. Porto Alegre, Globo.
- Tavares, Luís Henrique Dias
1979. *História da Bahia*. 6.^a ed. São Paulo, Ática-INL.
- Tocantins, Leandro
1961. *Formação Histórica do Acre*. Rio de Janeiro, Conquista, 3 v.
- Torres, João Camilo de Oliveira
1962. *História de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Dif. Pan-Americana do Livro, 5 v.
- Vários autores
1968. *História do Paraná*. Curitiba, Grafipar, 3 v.
1970. *História de Santa Catarina*. Curitiba, Grafipar, 2 v.
1974. "A Revolução de 1930 no Paraná". *Boletim do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense*, Curitiba, n. 21.
s/d. *O Rio Grande Atual*. Enciclopédia Rio-Grandense. Canoas, Ed. Regional, 4 v.
- Wirth, John D.
1982. *O Fiel da Balança: Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- Wynne, J. Pires
1973. *História de Sergipe*. Rio de Janeiro, Pongetti, 2 v.

Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro

O Mestrado em Ciências Sociais da UFRJ foi criado em 1980 tendo sido credenciado pelo Conselho Federal de Educação em 1983. Objetiva aprofundar a formação de docentes e pesquisadores no campo das Ciências Sociais, particularmente nas duas áreas de concentração oferecidas pelo Programa: Sociologia e Política; e incentivar a produção de conhecimentos dentro de uma perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais.

Na área de concentração em Sociologia, as linhas de interesse e pesquisa que poderão ser desenvolvidas durante o curso são: Sociologia Urbana e Cultura Operária, Processo e Organização do Trabalho, Sociologia Rural, Ideologias, Políticas Sociais e Movimentos Sociais.

Na área de concentração em Política as linhas de interesse e pesquisa que poderão ser desenvolvidas durante o curso são: Estado e Sociedade, Poder e Classes Sociais, Representação Política, Partidos Políticos e Sistemas Eleitorais, Política Internacional.

Estrutura Curricular

Os alunos deverão realizar 30 créditos de curso e apresentar uma Tese de Mestrado para obtenção do título. De acordo com o regimento da Universidade, o aluno só poderá apresentar a

Dissertação de Tese de Mestrado se obtiver um Coeficiente de Rendimento Acadêmico superior a 2 (dois).

Os créditos de curso deverão seguir a seguinte estrutura:

1. Todos os alunos deverão realizar 10 créditos de disciplinas obrigatórias: Teoria Sociológica (3 créditos); Estado e Sociedade (3 créditos); Metodologia e Investigação em Ciências Sociais (3 créditos); Estudo de Problemas Brasileiros (1 crédito).
2. Os alunos deverão realizar 9 créditos em disciplinas específicas, sendo que seis créditos são obrigatoriamente escolhidos entre disciplinas de sua área de concentração: *Área de Concentração em Sociologia*: Estrutura de Classes e Estratificação Social; Ideologia e Instituições; Sociologia Industrial e do Trabalho; Sociologia Rural; Movimentos Sociais; Sociologia Urbana; Teoria Sociológica II; e Poder e Estrutura de Conhecimento. *Área de Concentração em Ciência Política*: Estrutura de Poder na Sociedade Brasileira; Partidos e Organizações Políticas; Sindicalismo e Política no Brasil; O Pensamento Social e Político no Brasil; Estado e Ideologia; Relações Internacionais; e Estado e Desenvolvimento na América Latina.
3. Os alunos deverão realizar ainda 6 créditos de disciplinas eletivas, escolhidas de um elenco que inclui, entre outras: Processo de Trabalho e Organização Industrial; Mulher e

Trabalho; Movimentos Sociais Urbanos; Movimentos Sociais Rurais; Religiões Afro-Brasileiras e Cultura Negra; Produção e Reprodução da Força de Trabalho; Burocracia, Tecnocracia e Poder Político; Dominação e Relações de Classe; e Repressão e Crime na Sociedade Brasileira.

4. Finalmente, os alunos deverão completar os 30 créditos de curso realizando: Seminário de Pesquisa (3 créditos); e Metodologia I, ou Metodologia II, ou Metodologia III (2 créditos).

É facultado ao aluno realizar 6 créditos em outros cursos de Mestrado.

Publicações

O Mestrado em Ciências Sociais publica a série *Textos para Discussão*, que tem como objetivo publicar trabalhos inéditos do seu corpo docente dentro de um círculo limitado de distribuição. Encontram-se em circulação os seguintes textos:

- "Processo de Trabalho e Ciências Sociais. A Contribuição do GT 'Processo de Trabalho e Reivindicações Sociais'". Alice Rangel de Paiva Abreu, outubro de 1985.
- "Família e Proletarização Industrial: a Constituição de um Mercado de Trabalho Específico em uma Grande Fábrica Têxtil". Maria Rosilene Barbosa Alvim, dezembro de 1985.
- "O Medo do Feitiço. É Crime Trabalhar no Santo? Verdades e Mentiras sobre a Repressão às Religiões Mediúnicas". Yvonne Maggie, dezembro de 1985.
- "Migração e Migrantes: uma Nova Versão". Neide Esterici, dezembro de 1985.
- "Processo de Trabalho, Descentralização da Atividade Produtiva e Segmentação do Mercado de Trabalho: algumas Tendências Recentes". Alice Rangel de Paiva Abreu, dezembro de 1985.

Pesquisas Concluídas e em Andamento

- *Ideologia e Representações* – "Estratégias Políticas de Lideranças Religiosas (A Umbanda como Modo de Vida)", Yvonne Maggie; "O Samba Enredo como Discurso Político-Ideológico", Aluizio Alves Filho; "Serviço Social no Sistema Penitenciário Brasileiro", Moema E. de Oliveira Toscano; "Homeopatia: uma Instituição Médica Alternativa", Madel Therezinha Luz; "A Memória Histórica do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do

Brasil, 1958-1967", Bila Sorj; "Teoria Social e Modernidade", Bernardo Sorj; "Trajetória e Perfil dos Intelectuais e da 'Vanguarda Revolucionária' dos Anos 60 e 70 no Brasil", Alzira Alves de Abreu.

- *Trabalho e Condições de Vida de Trabalhadores Urbanos* – "Ensino Técnico e Hierarquia da Empresa: um Estudo de Caso", Regina Lucia de Moraes Morel; "Família Operária", Maria Rosilene Barbosa Alvim; "Vida Operária e Política (Aspirações Políticas da Classe Trabalhadora)", Elina Gonçalves da Fonte Pessanha; "Profissionalização e Trajetória Operária", José Ricardo Ramalho; "Informática, Descentralização Industrial e Mercado de Trabalho", Bila Sorj e Alice Rangel Paiva Abreu.
- *Trabalho e Condições de Vida no Meio Rural* – "Campeinato e Plantation", Beatriz M. Alasia de Heredia; "Feira e Reprodução Social do Campeinato no Brejo da Paraíba", Marie France Garcia; "Estudo sobre Peonagem na Amazônia", Neide Esterici.
- *Estado, Política e Relações Internacionais* – "Política Externa e Modernização Estrutural: a Instrumentalização do Novo Papel Internacional do Brasil, 1960-1983", Antonio Celso Alves Pereira; "Conduta Política das Forças Armadas no Brasil", Leda Ulysséa Barreto; "Crise e Golpe de Estado no Brasil, 1961-1964", José Paulo Bandeira da Silveira.

Corpo Docente

Alice Rangel de Paiva Abreu, Doutor, USP; Alzira Alves de Abreu, Doutor, Universidade de Paris; Aluizio Alves Filho, Mestre, IUPERJ; Antonio Celso Alves Pereira, Doutor, UFRJ; Beatriz Maria Alasia de Heredia, Doutor, UFRJ; Bila Sorj, Ph.D., Manchester; Darcy Ribeiro, Titular, UFRJ; Elina Gonçalves da Fonte Pessanha, Doutor, USP; José Flávio Pessoa de Barros, Doutor, USP; José Paulo Bandeira da Silveira, Mestre, PUC-SP; José Ricardo Ramalho, Mestre, USP; Leda Ulysséa Barreto, Livre-Docente, UFRJ; Madel Therezinha Luz, Doutor, USP; Maria Rosilene Barbosa Alvim, Doutor, UFRJ; Maria Stella Amorim, Livre-Docente, UFRJ; Marie France Garcia, Doutor, UFRJ; Miriam Limoeiro Cardoso, Doutor, USP; Moema Eulália de Oliveira Toscano, Livre-Docente, PUC-RJ; Neide Esterici, Doutor, USP; Oswaldo Herbster Gusmão, Titular, UFRJ; Regina Lucia de Moraes Morel, Mestre, UnB; Yvonne Maggie, Mestre, UFRJ; Bernardo Sorj, Ph.D., Manchester.



● **Assinaturas para o Brasil**

| | <i>Individual</i> | <i>Institucional</i> |
|---|-------------------|----------------------|
| Assinatura Anual do BIB (2 números) | Cz\$ 200,00 | Cz\$ 400,00 |
| Assinatura Anual do BIB, incluindo a Revista Brasileira de Ciências Sociais (3 números) | Cz\$ 500,00 | Cz\$ 1.000,00 |

● **For subscribers outside Brazil**

| | <i>Individual</i> | <i>Institucional</i> |
|---|-------------------|----------------------|
| Annual subscription of BIB (2 issues) | US\$ 20.00 | US\$ 50.00 |
| Subscriptions of BIB, including Revista Brasileira de Ciências Sociais (3 issues) | US\$ 45.00 | US\$ 90.00 |

bib

Sim, desejo receber regularmente o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade estado cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

bib

Sim, desejo receber regularmente o Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais – BIB.

nome

instituição

endereço

cidade estado cep

data

Este pedido deverá ser enviado à Editoria do BIB, Rua da Matriz, 82 – Botafogo, CEP 22260 Rio de Janeiro, RJ.

✂

Resenhas Bibliográficas publicadas pelo BIB

BIB 1, *Eli Diniz Cerqueira* e *Renato Raul Boschi*, "Estado e Sociedade no Brasil: Uma Revisão Crítica". **BIB 2**, *Anthony Seeger* e *Eduardo Viveiros de Castro*, "Pontos de Vista sobre os Índios Brasileiros: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 3**, *Luiz Werneck Vianna*, "Estudos sobre Sindicalismo e Movimento Operário: Resenha de Algumas Tendências". **BIB 4**, *Lucia Lippi Oliveira*, "Revolução de 1930: Uma Bibliografia Comentada". **BIB 5**, *Bolivar Lamounier* e *Maria D'Alva Gil Kinzo*, "Partidos Políticos, Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978". **BIB 6**, *Alba Zaluar Guimarães*, "Movimentos 'Messiânicos' Brasileiros: Uma Leitura". **BIB 7**, *Roque de Barros Laraia*, "Relações entre Negros e Brancos no Brasil". **BIB 8**, *Amaury de Souza*, "População e Política Populacional no Brasil: Uma Resenha de Estudos Recentes". **BIB 9**, *Maria Valéria Junho Pena*, "A Mulher na Força de Trabalho" e *Pedro Jacobi*, "Movimentos Sociais Urbanos". **BIB 10**, *Lia F. G. Fukui*, "Estudos e Pesquisas sobre Família do Brasil". **BIB 11**, *Luiz Antonio Cunha*, "Educação e Sociedade no Brasil" e *Licia do Prado Valladares* e *Ademir Figueiredo*, "Habitação no Brasil: Uma Introdução à Literatura Recente". **BIB 12**, *Maria Tereza Sadek de Souza*, "Análise sobre o Pensamento Social e Político Brasileiro" e *José Guilherme C. Magnani*, "Cultura Popular: Controvérsias e Perspectivas". **BIB 13**, *Gerson Moura* e *Maria Regina Soares de Lima*, "Relações Internacionais e Política Externa Brasileira: Uma Resenha Bibliográfica". **BIB 14**, *Licia Valladares* e *Magda Prates Coelho*, "Pobreza Urbana e Mercado de Trabalho: Uma Análise Bibliográfica". **BIB 15**, *José Cesar Gnacarini* e *Margarida Moura*, "Estrutura Agrária Brasileira: Permanência e Diversificação de um Debate". **BIB 16**, *Aspásia Camargo*, *Lucia Hippólito* e *Valentina da Rocha Lima*, "Histórias de Vida na América Latina" e *Neuma Aguiar*, "Mulheres na Força de Trabalho na América Latina: Um Ensaio Bibliográfico". **BIB 17**, *Julio Cesar Melatti*, "A Antropologia no 'Novo Sindicalismo', Cidadania e Fábrica" e *Leôncio Martins Rodrigues*, "Temas de Ciências Sociais". **BIB 18**, *Rubem Cesar Fernandes*, "Religiões Populares: Uma Visão Parcial da Literatura Recente" e *Mariza Corrêa*, "Mulher e Família: Um Debate sobre a Literatura Recente". **BIB 19**, *Edmundo Campos Coelho*, "A Instituição Militar no Brasil". **BIB 20**, *Maria Alice Rezende de Carvalho*, "Letras, Sociedade & Política: Imagens do Rio de Janeiro". **BIB 21**, *Sonia Nahas de Carvalho*, "Um Questionamento da Bibliografia Brasileira sobre Políticas Urbanas" e *Tania Salem*, "Família em Camadas Médias: Uma Perspectiva Antropológica".

O BIB divulga periodicamente as atividades e realizações mais relevantes dos cientistas sociais brasileiros visando estimular a organização de uma rede de intercâmbio e cooperação institucional e científica.

O BIB, portanto, depende de você e da cooperação que você forneça.

Solicitamos o envio de comentários e de informações sobre teses, pesquisas e eventos para poder manter a continuidade do Boletim.

A correspondência pode ser enviada a

**Associação Nacional de Pós-Graduação e
Pesquisa em Ciências Sociais**
Editoria do BIB
Rua da Matriz, 82 — Botafogo
22.260 — Rio de Janeiro — RJ